

EDITORIAL

Tudo menos transparência

força de querer aparentar que é o que não é e de fingir que não está a defraudar as esperanças que semeou e as mudanças que prometeu, fazendo uma política de direita semelhante à que vinha de trás, a governação do PS mergulha cada vez mais nos terrenos pantanosos da falta de transparência.

Nada explica que um Governo tão loquaz e que tanto prometeu privilegiar o diálogo com o País deixe arrastar sem esclarecimento rigoroso questões da mais alta importância para a economia e os interesses nacionais ou até susceptíveis de atingirem a imagem externa de Portugal.

Em relação a este último aspecto pensamos naturalmente no lamentável incidente diplomático com a África do Sul que levou ao prematuro afastamento daquele país do embaixador Vasco Valente.

Conhecem-se, sobre o que terá passado, as versões do «Expresso», da «Capital», do «Público» e de outros jornais, todas apresentadas como bebidas na melhor fonte, ao mesmo tempo que alguns meios parecem apostados em fomentar a intriga.

Falta com toda a evidência uma versão oficial do Governo português que esvazie as especulações, onde existam, e explique ao País os fundamentos do seu procedimento nesta grave questão.

Tal é a necessidade que seguramente reconhecem todos aqueles que desejam, como nós, que não sejam prejudicadas as relações de amizade entre Portugal e a África do Sul, nem o contributo dos seus esforços comuns a favor da causa da autodeterminação e da independência do povo de Timor Leste, no quadro geral da ONU.

A prudência e a contenção que, apesar de tudo, se podem compreender em relação a um incidente diplomático da natureza do que referimos atrás, não têm qualquer explicação no que se refere a numerosas actuações recentes do Governo designadamente no domínio das suas relações com grandes grupos económicos e onde a falta de transparência é a nota dominante.

Referimo-nos, entre outros, a casos tão obscuros como o acordo do Governo com a Grão-Pará, de Fernanda Pires da Silva, sobre o autódromo do Estoril, ao acordo do Governo com a Sonae, de Belmiro de Azevedo, sobre a Torralta, ao acordo do Governo com os Mellos para o encerramento dos estaleiros da Margueira, da venda dos seus terrenos retirados do PDM de Almada e novas concessões na indústria naval.

Neste último caso, nem é sequer adequado falar de falta de transparência, pois, as evidências das dezenas de milhões de contos com que foram favorecidos os antigos monopolistas da CUF são tão fortes que não deixam dúvidas de que se trata de um verdadeiro «totoloto para os Mellos com dinheiros públicos» que o Governo lhes proporcionou, como oportunamente observou Carlos Carvalhas.

Negociatas desta conformidade estavam até agora reservadas ao processo das privatizações, com casos tão escandalosos e lesivos dos interesses do povo português como a recente privatização da EDP.

Mas ao Governo PS já não chega levar as privatizações até às últimas consequências com a completa eliminação do sector público que passou a ser admitida na revisão da Constituição que aprovou com o PSD e o PP, introduz a prática dos acordos bilaterais com os grandes grupos capitalistas para lhes conferir de forma despidorada privilégios, posições, poderes e milhões dos dinheiros públicos.

É o prosseguimento com novos desenvolvimentos da política de direita a favor do grande capital que na Resolução Polí-

tica do XV Congresso do PCP se descreve com grande rigor. Assim:

«O reforço do poder do grande capital sobre a economia portuguesa tem tido como principais instrumentos um poder político submetido aos seus interesses, o nefasto processo de privatizações (...) a distribuição privilegiada dos fundos estruturais (comunitários e nacionais), uma política fiscal de benefício descarado das grandes empresas e das actividades financeiras e especulativas, a crescente desregulamentação da economia, o agravamento da exploração dos trabalhadores e a degradação dos seus direitos.»

Só que apesar das leis estarem cada vez mais afeiçoadas a esta política de favor ao grande capital há procedimentos legais obrigatórios e regras mínimas de transparência que é duvidoso que estejam a ser observadas nestes casos.

Escândalos políticos e morais são eles de uma dimensão que se julgava impensável no Portugal democrático nascido do 25 de Abril e ainda mais com um Governo PS. Mas não serão mais do que isso? Lembrem-se os exemplos da Espanha do PSOE e já continuados pela governação PP.

Há, pois, todas as razões para investigar. É para isso que existem órgãos e poderes de fiscalização na República.

A falta de transparência é, também, uma das características dominantes que envolve o conflito da TAP e que se aplica às diferentes partes em confronto, com realce, naturalmente, para a actuação do Governo e da própria administração da empresa.

Os planos de privatização da companhia aérea nacional que os responsáveis governamentais inscreveram no seu programa de liquidação do sector público da economia e as rivalidades entre os potentados privados que perfilam as suas candidaturas à tomada da empresa pelo mais baixo preço possível, são circunstâncias indissociáveis

da crise em que a TAP se tem arrastado.

O Governo PS procura agora disfarçar as suas altas responsabilidades na progressiva degradação da situação recorrendo a medidas de força desproporcionadas e que podem constituir grave precedente em relação à violação dos direitos dos trabalhadores.

Referimo-nos tanto à requisição civil, de duvidosa legalidade, como às anunciadas sanções, incluindo o despedimento de «grevistas», de suspensão do acordo de empresa e de alteração, por golpe de portaria, do regime de horários que vigora para os pilotos.

Ao insurgir-se justamente contra estas medidas de força, os comunistas da TAP, através de um comunicado do Secretariado da Célula, observam com pertinência: «Uma estranha convergência de vontades parece sustentar este braço de ferro.» E perguntam com acutilância: «Que objectivos se escondem para tanta intransigência?»

De qualquer maneira, o que é evidente, desde já, é que a desastrada intervenção do Governo, em vez de atenuar as razões do conflito, está a agravar as tensões, a cristalizar as crispções e a conduzir o processo para um caminho em que o regresso ao bom senso e procura de soluções cada vez mais complicado.

Por isso mesmo, o Gabinete de Imprensa do PCP, falando em nome do Partido, salientou que «não é pelo recurso à força que se pode encontrar uma justa solução do conflito da TAP», apelando, na mesma altura, «ao retomar da via da negociação para que seja possível um acordo que compatibilize os direitos e interesses do conjunto dos trabalhadores, a estabilidade e a continuidade da TAP como empresa pública e os interesses nacionais».



A CNA reclama apoios aos agricultores afectados pelas intempéries

RESUMO

6
Quarta-feira

A administração da TAP diz responder favoravelmente a todos os pontos do pré-aviso de greve dos pilotos ■ Relatório preliminar da Câmara Municipal de Loures conclui pela existência de falha humana por negligência no acidente que vitimou três trabalhadores na estação elevatória de esgotos em Belém ■ O presidente da República do Congo, Laurent-Désiré Kabila, termina uma visita oficial a Angola, no decorrer da qual firmou vários acordos de cooperação nas áreas da defesa e segurança ■ Os presidentes croata e bósnio discutem em Split a paralisação do processo de paz na Bósnia ■ Gerry Adams, líder do Sinn Féin, afirma que a divisão da Irlanda "é um erro do passado que deve ser corrigido".

7
Quinta-feira

A Associação Sócio Profissional da Polícia (ASPP) decide convocar um encontro nacional para o dia 24 de Setembro para analisar novas formas de intervenção face ao que consideram ser a atitude não dialogante do Ministro da Administração Interna ■ Trabalhadores da GDL (Gás de Lisboa) cumprem uma greve de 24 horas ■ Pilotos da TAP reúnem em assembleia geral convocada pelo seu sindicato ■ O Sporting anuncia os termos da sua constituição em sociedade desportiva ■ Israel mantém a recusa à entrada de trabalhadores palestinos no seu território ■ O antigo dirigente dos sérvios da Bósnia, Radovan Karadzic, declara-se pronto a ser julgado pelas jurisdições nacionais da Republika Srpska (entidade sérvia da Bósnia), sob a supervisão do Tribunal Penal Internacional, que o acusa de crimes de guerra.

8
Sexta-feira

A Confederação Nacional da Agricultura exige o pagamento de indemnizações aos agricultores afectados pelas intempéries ■ O Sindicato dos Pilotos da Aviação Civil decide avançar com a greve aos voos que não coincidam com o planeamento mensal ■ A aviação israelita bombardeia uma cidade a sul de Beirute ■ O partido Zulu Inkhata rompe as negociações de paz que mantinha com o ANC para pacificar a região do Kwazulu-Natal ■ Manifestantes islamitas protestam em Istambul contra decisão governamental de acabar com o ensino religioso em escolas do Estado.

9
Sábado

Manuela Machado ganha a medalha de prata da maratona feminina dos Mundiais de Atletismo de Atenas ■ O Presidente da República, Jorge Sampaio, é convidado pelo seu homólogo brasileiro para participar

nas comemorações dos 175 anos de independência do Brasil ■ A população de Nagasaki, no Japão, assinala em cerimónia o bombardeamento da sua cidade há 52 anos pelos EUA que causou mais de 70 mil mortos ■ Bill Clinton decreta a proibição de fumar em todos os edifícios federais do poder executivo norte-americano ■ Prosseguem os combates com armas pesadas em Brazzaville, capital do Congo, entre as tropas do presidente Lissouba e milícias do antigo chefe de Estado, Nguesso.

10
Domingo

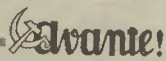
Encerra o primeiro Festival do Sudoeste, em Odemira ■ O líder do PSD acusa o Governo de ter deixado arrastar a crise nas negociações entre a TAP e o Sindicato dos Pilotos ■ Representantes das comunidades cipriotas grega e turca iniciam na cidade suíça de Glion, sob a égide da ONU, conversações com vista à obtenção da paz para a ilha de Chipre ■ Forças leais a Hun Sen, um dos dois co-primeiros-ministros do Camboja, lançam uma ofensiva contra as tropas do príncipe deposto ■ Uma bomba explode em frente a um hotel em Istambul fazendo três feridos.

11
Segunda-feira

O Sindicato dos Pilotos da Aviação Civil decide impugnar a requisição civil decretada pelo Governo ■ A marinha marroquina apresa a largo do Saahra Ocidental um pesqueiro português, sob a alegação de estar a utilizar artes de pesca ilegais ■ O Sporting lança uma Oferta Pública de Subscrição (OPS) de dois milhões de acções ■ Palestinos manifestam-se em Gaza e Ramallah contra a política israelita que compromete o processo de paz ■ Uma série de explosões abala o Norte e o Sul da Índia ■ Prosseguem os combates entre facções rebeldes do exército tadjique.

12
Terça-feira

O Governo decide alterar a portaria que regulamenta as horas de voo, de modo a permitir «legalmente» que o período de trabalho dos pilotos seja alargado ■ O antigo presidente do Sporting, que abandonara recentemente o negócio das águas engarrafadas para se dedicar aos petróleos, volta às origens. Sousa Cintra compra aos belgas a empresa das águas do Alardo por um escudo simbólico, evitando a falência e assumindo um passivo de cerca de um milhão de contos ■ O Presidente do Conselho de Segurança da ONU durante este mês, John Weston, declara a disposição daquele organismo em decretar medidas que obriguem a Unita a cumprir as suas obrigações ■ O Presidente da Síria, Hafez al-Assad, renova compromisso de estabelecer a paz com Israel, fazendo depender esta atitude da restituição dos Montes Golá ao seu país.



Proletários de todos os países: UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socio Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socio Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7.ª A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matricula: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE'S
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A,
— 1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Linhó — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lr. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A, 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A, 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 46 100\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 28 600\$00	50 números: 33 850\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

ACTUAL

Desapontamentos do Pontal

O tradicional Pontal do PSD não foi este ano uma festa, foi um fiasco.

Um fiasco que atesta o mal estar que grasta no PSD nacional. Um fiasco que atinge especialmente os pêsseões algarvios que viram a sua festa relegada para o lugar dos episódios meramente regionais, que perderam o exclusivo das «rentrées» do seu partido e a solidariedade dos «barões» de outras regiões.

Além disto, mesmo a imprensa mais generosa não conseguiu evitar expressões denunciadoras, como «fraca participação», «escasas centenas», «pouco entusiasmo», «frieza e desatenção» e outras semelhantes.

Que diferença com antigos Pontais que a Sic «mal dosamente» não se esqueceu de recordar.

Não faltará quem pense que nada disto se desliga do facto da liderança partidária estar agora nas mãos da Costa do Sol...

O maior desapontamento do Pontal verificou-se, no entanto, na matéria da regionalização, que reúne largo consenso e desfruta de verdadeira popularidade no Algarve.

Esperava-se ver em confronto as posições favoráveis das bases pêsseões algar-

vias a esta reforma descentralizadora do Estado com as cambalhotas dadas em relação a ela por Marcelo Rebelo de Sousa.

Repare-se que estas vão, em menos de ano e meio, do apoio à regionalização formulado no Congresso de Vila da Feira até aos recentes anúncios do voto contra a lei de criação das regiões administrativas e da campanha pelo não nos referendos.

Alguns jornais tinham chegado a anunciar que haveria desafios do líder regional ao líder nacional para que se explicasse e apresentasse as suas propostas.

Ora Marcelo comportou-se no Pontal com a falta de vergonha habitual. Ignorou o assunto, ignorou a população algarvia, ignorou as bases partidárias. Em vez de regionalização falou de municipalismo como Manuel Monteiro.

Por sua vez o líder regional, Mendes Bota, substituiu o fogoso desafio anunciado, pela afirmação de uma respeitosa resignação com a atitude do chefe.

Declarou-se, claro, fiel à causa, mas mais como uma posição de princípio do que como um motivo de luta, pois, foi acrescentando: «Desiludam-se aqueles que

esperam que eu seja um factor de instabilidade. Anunciei o meu voto, mas não contem com declarações».

Assim se julga ele redimido das promessas feitas ao eleitorado do Algarve.

As posições do PSD em relação à regionalização constituem o mais acabado exemplo de farisaísmo a que se tem assistido em Portugal. É uma longa história de embustes e de golpes ao sabor dos interesses conjunturais do PSD. Vem desde a sua entusiástica defesa na Constituinte, quando pretendia transformá-la num instrumento de luta contra o Portugal de Abril. Foi depois mantida no congelador por vários governos laranja e retirada por momentos quando parecia trazer vantagens eleitorais, como aconteceu antes da obtenção de maioria absoluta em 1991, para ser depois alvo dos anátemas cavaquistas e das posições mais recentes de Marcelo.

O PS não podia escolher melhor parceiro para não fazer a regionalização.

■ Carlos Brito

A pérola da revisão

O PCP tem valorizado justamente o significado de alguns aspectos essenciais da revisão constitucional terem sido objecto também de críticas devastadoras por parte de sectores e personalidades de diferente posicionamento político-ideológico.

Mas, a três semanas da votação final da revisão, talvez convenha não ignorar dois outros aspectos do debate sobre a revisão constitucional.

O primeiro é que a revisão PS-PSD teve ainda assim, no conjunto dos «media», mais defensores do que merecia, quase todos eles ignorando olímpicamente os argumentos contrários e procurando zelosamente «dourar a pílula», muitas vezes na base de um turva mistura de ignorância, de ligeireza e de reverência perante o PS.

O segundo aspecto diz respeito às zonas de silêncio ou de menor sensibilidade que se verificaram nas tomadas de posição de alguns destacados críticos não-comunistas da revisão. Assim, por exemplo, se é verdade que alguns criticaram a remissão para lei ordinária posterior das soluções definitivas sobre os sistemas eleitorais para as autarquias e para a AR, muito poucos advertiram vigorosamente dos verdadeiros perigos que aí se perfilam. Assim, por exemplo, quase todos passaram completamente ao lado dos absurdos e das trapalhadas dos referendos sobre a regionalização. Assim, por exemplo, a maioria deixou-se docemente embalar pela promessa do nebuloso «referendo sobre a Europa» e não disse uma palavra sobre o escândalo que é a manutenção do impedimento constitucional de um referendo sobre a ratificação de um novo Tratado da União Europeia e sobre a participação de Portugal na moeda única.

Mas talvez um dos melhores exemplos de como o debate político em Portugal é muitas vezes um puro simulacro esteja na falta de resposta a duas questões que insistentemente colocámos aos patrões da revisão.

De facto, nunca explicaram por que é que, jurando tanto respeito pela proporcionalidade, precisaram de alterar a Constituição no ponto do sistema eleitoral para a AR, quando é uma evidência que qualquer sistema eleitoral futuro que tenham em vista e que respeite a proporcionalidade estaria em princípio protegido pela Constituição em vigor.

Assim como, apesar de tanta conversa mole sobre os círculos uninominais como forma de «aproximação dos deputados aos eleitores», nunca explicaram qual é a arebatadora «aproximação» que se estabelecerá entre o único deputado eleito por um partido e todos os eleitores que nele não tivessem votado e que tivessem votado por candidatos de outras formações políticas.

Nunca responderam, talvez por estarem muito ocupados não apenas a cozinhar as mafeitorias essenciais mas também a alinhar lugares-comuns e alarvidades dignos do Conselheiro Acácio. Como é o caso da nova redacção do artº 241º que, com espantosa profundidade e incomparável utilidade, passa a dispor que «o órgão executivo da autarquia é constituído por um número adequado de membros». E já agora, ridículo por ridículo, que tal anexar à Constituição uma prestimosa tabela com exemplos de números «adequados» e «inadequados» de membros dos órgãos executivos das autarquias?

■ Vítor Dias

CAMBOJA
O fim do «mistério»?

Desde meados do ano passado que o «mistério Pol Pot» vem alimentando notícias, comentários e especulações nos media de todo o mundo. Morreu? Estaria atingido de grave doença e afastado da sinistra liderança dos Khmers Vermelhos? Foi preso ou mesmo assassinado pelos seus próprios correlegionários? Que se passará realmente com o homem que simboliza um dos mais sinistros genocídios que a história contemporânea regista?

O «mistério» foi finalmente desfeito pela cadeia de televisão norte-americana ABC quando no passado dia 28 de Julho apresentou as primeiras imagens em 18 anos de Pol Pot, recolhidas três dias antes por Nate Thayer, durante um «julgamento» realizado no feudo dos Khmers Vermelhos de Anlong Veng no norte do país. Afinal Pol Pot está vivo. Mas velho, doente e sem poder. As imagens divulgadas na grande imprensa, mais do que condenação e repulsa do criminoso, tendem a induzir comiserção. O *Público* de 29.8 titula mesmo «Camboja - as lágrimas de Pol Pot»...

É óbvio que um tal tratamento mediático leva água no bico. Contudo, o mais relevante no plano político não está aí, mas no facto evidente de se tratar de uma encenação e operação mediática visando demonstrar que, fazendo justiça pelas próprias mãos, os Khmers Vermelhos rompem com o seu passado criminoso tornando-se uma força respeitável e num interlocutor necessário no panorama político cambojano. Trata-se de socorrer Norodom Ranariddh, o desacreditado ex-co-primeiro-ministro pelo Funcinpet que se pôs em fuga para França, perante a fulminante derrota militar e política da operação sediosa em que se envolveu com os Khmers Vermelhos contra Hun Sen e o Partido do Povo do Camboja.

O curso dos acontecimentos em Phnon Phen com a derrota da conspiração e a rápida normalização institucional não agrada ao imperialismo e à reacção internacional. O que lhes agrada e convém, no Camboja como em qualquer parte, são governos fracos e subservientes, que se vergam às exigências do FMI e do grande capital transnacional, como se verifica na vizinha Tailândia onde precisamente nestes dias estalou uma crise económica e financeira de colossais proporções. Inquieta-os a perspectiva de que nas eleições previstas para Maio de 1998 as posições do P.P.P. possam sair reforçadas. Daí o papel que reservam ao que resta do bando de Pol Pot, não lhes repugnando branquear e credibilizar homens como Khieu Samphan, ex-primeiro-ministro de Pol Pot e um dos principais responsáveis pela morte de quase 2 milhões de cambojanos entre 17 de Abril de 1975 e 7 de Janeiro de 1979, data em que as forças da Frente de União Nacional para a Salvação do Kampuchea, com o apoio vietnamita, libertaram finalmente o país.

Aqueles que procuram hoje apresentar a derrota do complot reaccionário como um «golpe sangrento» de Hun Sen (*Público* 29.7) e tentam isolar e destabilizar o governo de Phnon Phen (recusa da admissão do Camboja na ASEAN, suspensão da «ajuda» financeira pelos EUA, apelo de Khol à retirada de cidadãos alemães, etc., etc.) são os mesmos que jogaram a carta dos Khmers Vermelhos contra o processo libertador do Camboja, que silenciaram os seus crimes, que aceitaram que continuassem com assento na ONU sob a fachada de «Kampuchea Democrático» já depois de derrotados, que impuseram os apaniguados de Pol Pot nas negociações de Paris, que nada fizeram para os obrigar a depor as armas após as eleições de 1993, antes continuaram a apoiá-los a partir de santuários na Tailândia.

Não admiraria agora que, uma vez mais, com ou sem o inefável concurso de Sihanouk, procurassem impor os restos da camarilha polpotiana como parte indispensável de «diálogos» e «soluções» «internacionalmente aceitáveis». Em nome do «pluripartidarismo» e dos «direitos humanos», naturalmente.

■ Albano Nunes



Foto: Jorge Caria

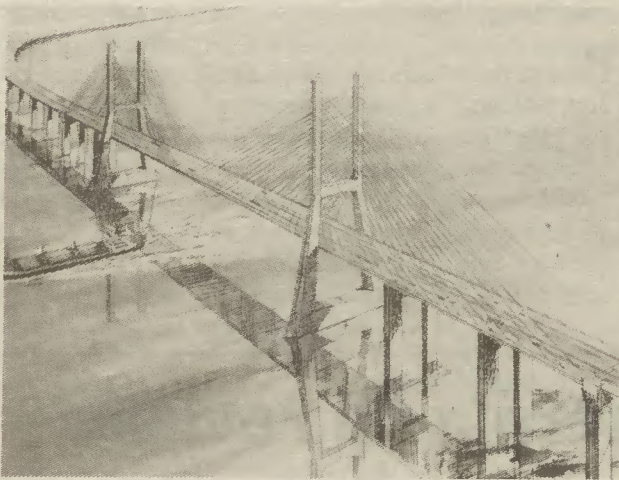
Rosa dos Ventos É o homem, na sua pequenez, que semela tempestades

SEMANA

EXPO aos milhões

O conjunto de investimentos na zona de intervenção da Expo 98 atingiu os 240 milhões de contos, só nas aplicações do ano corrente que se considera ser o ano de maior investimento realizado. Números revelados pelo suplemento de Negócios do «Diário de Notícias» indicam que os privados avançam com boa parte do bolo, cabendo-lhes um investimento global da ordem de 150 milhões. A menos de um ano para a abertura desta exposição internacional, assiste-se a um acele-

ramento nos trabalhos e no consequente esforço financeiro, colocando a Expo na primeira linha da dinamização económica do país. A mão-de-obra utilizada directamente também é significativa, com 7 600 trabalhadores a erguer o projecto (entre os quais se contam 2 700 que laboram contratados por empresas privadas). O projecto é grandioso e já se deixa vislumbrar. Mas também se acentuam as preocupações quanto ao futuro. Quando acabar a festa, que vai ser dos números?



Reflexão sobre o Alentejo

Em importante entrevista concedida ao «Diário do Alentejo», o Bispo de Beja, Manuel Falcão, prestes a completar 75 anos e tendo já colocado o seu lugar à disposição da hierarquia, faz um balanço da sua actividade à frente da diocese e apresenta uma visão preocupada sobre os problemas da região,

cujo desenvolvimento, na sua opinião, «tem que passar por uma reforma agrícola», embora manifestando reservas à que teve lugar em Portugal durante o processo revolucionário de Abril. O prelado, abordando a questão das dificuldades da região, reconhece no entanto o papel das autarquias, «as primeiras

que resolveram alguns problemas fundamentais: abastecimento de água, electrificação, saneamento básico». Falando sobre o projecto do Alqueva, o Bispo de Beja pensa que este «exige um plano de desenvolvimento integrado de todo o Alentejo». O bispo não deixou de referir-se à influência dos comunistas

no Alentejo: «O povo alentejano», disse, «um povo simples e trabalhador, sente-se hoje grato ao Partido Comunista por lhe ter dado capacidade de se exprimir, de ter voz perante as injustiças a que estava sujeito, e que ainda hoje, em parte, está, embora sem a gravidade de tempos passados.»

Pontal - ponto final

Talvez para não desagradar aos que criticaram em congresso o sulismo e o elitismo de quem manda no PSD, a direção «social-democrata» decidiu enfraquecer a tradicional festa do Pontal, no Algarve, onde Cavaco Silva teve os seus momentos mais altos - e também onde, para o final do seu mandato, se começou a esvaziar o entusiasmo laranja. De qualquer modo, não seria de esperar, para o observador menos atento, um tal fiasco. Antecipando para sábado passado a sardinhada algarvia, Marcelo Rebelo

de Sousa deixou Cabrita Neto zangado e o Pontal rarefeito. Entusiasmo, só Mendes Bota mostrou, tentando fazer crer aos desalentados circunstantes que a festa era rija. A «rentrée» política de Marcelo está marcada para dia 24, em Celorico de Basto, onde o líder do PSD se candidata à Assembleia Municipal. As preocupações com tal eleição levaram ainda Marcelo a correr a Celorico, no passado domingo, a participar numa procissão. Uma promessa fez: a de que vai deixar o Governo governar até 1999.



A TAP doente

O Governo não terá conseguido, com a requisição civil, o que não obteve à mesa das negociações - a TAP continua a gerir dificilmente as consequências da luta que opõe os pilotos à administração. Enquanto os pilotos

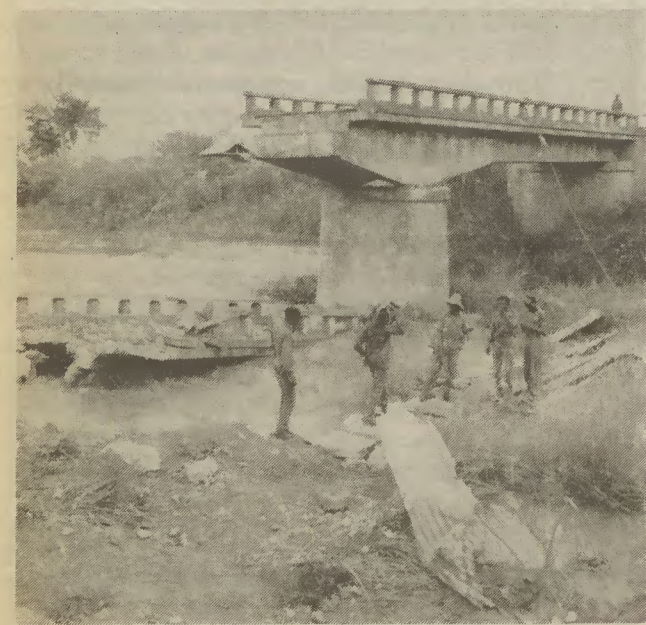
decidiram recorrer aos tribunais alegando a ilegalidade da portaria que determina a requisição civil, esta não conseguiu evitar que a empresa deixasse de cancelar uma série de voos, situação que já deixou em terra mais

de um milhar de passageiros. Com efeito, com uma dúzia de pilotos metendo baixa por doença e alguns recusando ultrapassar o número de horas de voo, a TAP manifesta dificuldades em pôr no ar alguns aparelhos,

faltando aos seus compromissos com o público numa quadra - o Verão - em que a procura é mais acentuada. Só no passado domingo foram cancelados nove voos nas carreiras para a Europa e para as Regiões Autónomas.

Pedalar e correr

A volta a Portugal em bicicleta arrisca-se a perder o interesse, da forma como é organizada e da forma como, no final, os seus resultados se apresentam. A Volta terminou no domingo, mas desde que se desenhou com nitidez, dias antes, a vitória de mais um estrangeiro, o polaco Jaskula, desertou das primeiras dos jornais para se desterrar tristemente nas interiores do fim dos jornais. A correr, porém, os portugueses continuam a dar cartas. Quem cansa sempre alcança. E as portuguesas vão à frente e recebem as medalhas. A juntar-se ao ouro de Carla Sacramento, nos 1 500 metros de Atenas, veio a prata para Manuela Machado, com o segundo lugar na maratona feminina do mesmo Campeonato Mundial de Atletismo. Por seu lado, Fernanda Ribeiro arrecadou o bronze nos 5 000 metros.

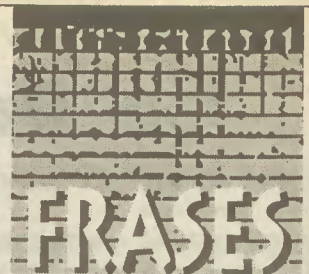


Angola - a paz periga

O general angolano Higinio Carneiro, vice-ministro da Administração do Território, em entrevista ao «Público» de sábado passado, falou de uma real «ameaça à paz em Angola», acusando a Unita de contar ainda com 35 mil homens, 80 por cento dos quais armados, e de o mo-

vimento de Savimbi continuar a adquirir armas a partir de países do Leste europeu e de traficantes internacionais. O general revelou ainda que cerca de 6000 militares das antigas forças do Zaire se encontram em zonas controladas pela Unita. O Governo angolano, por sua vez, terá

incorporado nas Forças Armadas 11 000 elementos oriundos das tropas de Savimbi. Higinio Carneiro, de regresso de Washington e de Nova Iorque, passava por Lisboa onde se encontrou com José Lamego, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação.



«Chamem-nos dinossauros, mas o Governo da Nova Maioria não se aguenta só com independentes. O partido tem de reforçar o seu papel e a revisão dos estatutos deveria caminhar nesse sentido.»

(Marcelo Curto, O Independente, 8.08.97)

«De uma vez por todas, temos de acabar com a história do papão. Os comunistas não comem crianças.»

(António Saleiro, idem)

«O PS é que se deixou ser comido (...) porque pôs acima dos seus interesses os interesses nacionais.»

(idem)

«Tenho recebido inúmeras manifestações de solidariedade (...) Por exemplo, o prof. Marcelo Rebelo de Sousa foi extremamente simpático. Escreveu-me dois cartõezinhos.»

(idem)

«Os socialistas que se comam uns aos outros.»

(Xavier Xufre, ex-PS, candidato pelo PP em Albufeira, O Diabo, 12.08.97)

«Nunca fui socialista por convicção.»

(idem)

«[Em Portugal] Há trinta anos, os analfabetos assumiam-se; hoje são diplomados.»

(José Rabaça, A Capital, 11.08.97)

«Antes, a direita representava a realidade e a esquerda a utopia. Hoje, o PS quer ser o partido da realidade.»

(José António Saraiva, Expresso, 9.08.97)

«Com a União Europeia por cima e a regionalização por baixo, este país havia de ficar tão espalhado e disperso que o Estado iria certamente à vida e a identidade nacional também.»

(Alfredo Barroso, idem)

«A hipocrisia de Bruxelas visa criar dificuldades às refinadoras do Sul da Europa, entre as quais à Petrogal.»

(Patrick Monteiro de Barros, Semanário, 9.08.97)

«O engenheiro Guterres está de boa saúde, com grande vitalidade política, é um homem relativamente novo... Só com uma paciência de chinês é que se poderá estar a preparar o pós-guterrismo.»

(José Lamego, idem)

«O povo alentejano, um povo simples e trabalhador, sente-se hoje grato ao Partido Comunista por lhe ter dado capacidade de se exprimir, de ter voz perante as injustiças a que estava sujeito, e que ainda hoje, em parte, está, embora sem a gravidade de tempos passados.»

(D. Manuel Falcão, bispo de Beja, Diário do Alentejo, 6.08.97)

TRABALHADORES

Agosto sem descanso para milhares de trabalhadores

Lutas e vitórias no calor do Verão

Para milhares de trabalhadores, este mês não significa um período de merecido repouso. Pelo contrário, este Agosto é marcado pelo prosseguimento de lutas laborais, pelo despoletar de novos problemas e novas expressões de descontentamento... e também por algumas vitórias. Os pescadores algarvios ganharam a revisão do contrato e o pagamento do subsídio de Natal.

Foi evitado o encerramento das Águas do Alardo. Os guardas florestais voltam hoje à greve. Os têxteis preparam um novo ânimo na luta pelas 40 horas. Os sindicatos da Administração Pública repudiam as manobras do Governo e exigem o cumprimento integral das matérias acordadas. O patronato da segurança e vigilância mantém-se intransigente.

Têxteis preparam novas batalhas

«Vamos entrar no período de férias sem termos solução para as nossas reivindicações. Quando regressarmos ao trabalho a luta vai ter que continuar até alcançarmos os nossos objectivos» — afirma a Fesete/CGTP-IN, num comunicado aos trabalhadores têxteis, do vestuário e do calçado.

Divulgado após um plenário nacional de sindicatos, a 30 de Julho, o documento reafirma a exigência de que o Governo e os deputados que lhe dão suporte na AR «clarifiquem a Lei das 40 horas e cumpram as promessas, dando corpo às recomendações do senhor Provedor de Justiça». São igualmente reiteradas as reclamações que estão na base da intensa luta desenvolvida

desde o final do ano passado e que a federação e os sindicatos vão retomar depois do período de férias:

— fim do trabalho ao sábado a partir de 1 de Dezembro próximo,

— respeito pelos direitos contratuais (intervalos de 30 minutos no regime de 3 turnos, e pausas de 10 minutos nas linhas de trabalho intensivo e cadenciado, no vestuário, malhas e calçado, que devem continuar a contar como trabalho efectivo),

— período normal de trabalho de 40 horas por semana, com jornadas de 8 horas, de segunda a sexta-feira.

«Enquanto não houver acordo, a luta vai continuar», declara a federação, lembrando que

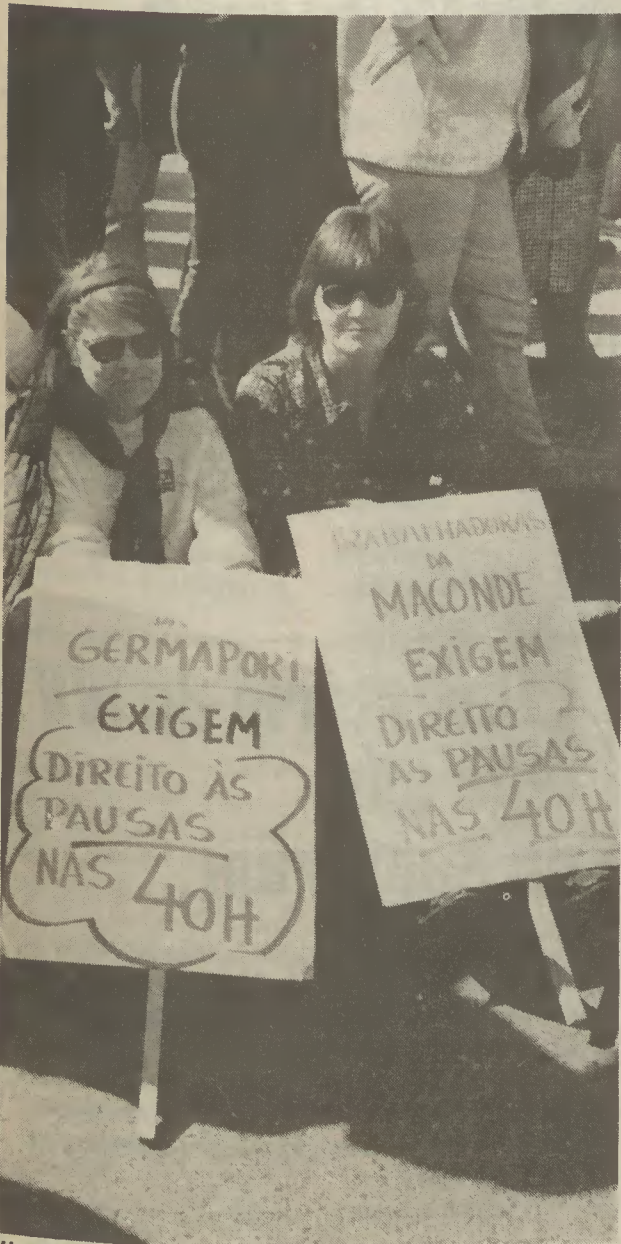
«foi a unidade e a luta dos trabalhadores que forçou o Governo à negociação» e que «o acordo que procuramos negociar será tanto melhor quanto maior for a unidade e a luta dos trabalhadores».

Uma solução

A Fesete, num balanço das reuniões realizadas de 7 de Maio até 29 de Julho com o Governo e o patronato, volta a acusar estes de não quererem aplicar as 40 horas e o fim do trabalho ao sábado. Na última reunião, os representantes dos trabalhadores chegaram a aceitar negociar «propostas muito próximas das apresentadas pelo Governo».

Federação e sindicatos mantiveram-se «disponíveis para aceitar uma solução que passasse por um período transitório na aplicação das 40 horas e o fim do trabalho ao sábado», refere o comunicado.

A parte patronal, contudo, «apresentou propostas para manter o trabalho em 12 sábados por ano, ou seja, 41.30 horas semanais». A ministra Maria João Rodrigues «apresentou também apenas propostas que passavam por continuar a trabalhar ao sábado ou, em alternativa, aumentar 10 minutos ao trabalho diário no primeiro e segundo turnos, e o terceiro turno teria que trabalhar ao sábado de manhã até às 7.40 horas».



Uma pausa justa

«Crispação e falta de transparência»

PCP comenta situação na TAP

O Gabinete de Imprensa do PCP divulgou segunda-feira à tarde um comunicado em que é expressa a «viva preocupação» dos comunistas com a evolução da situação na transportadora aérea nacional. No documento - que aqui publicamos - regista-se a existência de «múltiplos factores e atitudes de crispação e falta de transparência por parte dos principais protagonistas do conflito».

1. O PCP manifesta uma viva preocupação com os mais recentes desenvolvimentos do conflito na TAP, que surgem no quadro de um processo inegavelmente afectado por múltiplos factores e atitudes de crispação e falta de transparência por parte dos principais protagonistas do conflito.

2. A requisição civil decidida pelo Governo constitui grave precedente na violação de direitos dos trabalhadores e é uma medida desproporcionada, injustificada e de discutível sustentação legal, tendo em conta que mesmo a lei invocada define com clareza que esta medida «só tem justificação em casos excepcionalmente graves», o que se afigura não corresponder à situação conhecida de, na TAP, estarem a ser assegurados a maioria dos voos e o essencial do funcionamento da empresa.

3. No agravamento do conflito são indissociáveis as responsabilidades do Governo e da Administração da TAP,

pelo modo autoritário e incompetente como têm conduzido este processo, privilegiando o arrastamento do conflito e a sua excessiva dramatização pública em desfavor de uma serena negociação e da adopção atempada de medidas que procurassem compatibilizar a justa organização e duração do tempo de trabalho com indispensáveis critérios de segurança.

4. Na avaliação das responsabilidades por este conflito e pelas suas consequências negativas para a empresa e para o País devem ser incluídos todos os que, como é o caso do Governo e a nível da empresa, se empenham no projecto de privatização de uma empresa estratégica como a TAP e de liquidação desta empresa pública de bandeira nacional no sector da aeronavegação e que, nesse sentido, estão objectivamente interessados na degradação da sua situação, da sua imagem e da qualidade dos seus serviços.

5. O PCP considera que não é pelo recurso a soluções de força que se pode encontrar uma justa solução do conflito da TAP e apela ao retomar da via da negociação para que seja possível um acordo que compatibilize os direitos e interesses do conjunto dos trabalhadores, a estabilidade e continuidade da TAP como empresa pública e os interesses nacionais.

O Gabinete de Imprensa do PCP

Pescadores algarvios ganham subsídio de Natal

O Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Sul deu por concluído na segunda-feira o processo de luta dos pescadores do sotavento algarvio, cerca de um ano depois do seu início, após a satisfação de todas as reivindicações.

Em comunicado citado pela Agência Lusa, o sindicato regozijou-se com «esta importante vitória» e anunciou o regresso ao mar dos trabalhadores da pesca de cerco da sardinha, ao fim de uma semana de greve.

Relativamente à revisão do contrato colectivo, o STPS afirma que, «no geral foram satisfeitas todas as reivindicações». Em relação ao subsídio de Natal, «foi conquistado o pagamento do mesmo relativamente aos anos de 1996 a 1999».

A contemplação das reivindicações dos pescadores não abrangiu, contudo, as tripulações de duas das sete embarcações do sotavento que se dedicam àquele tipo de pesca, cujos armadores «se recusaram a aceitar o pagamento do subsídio de Natal de 1996».

O sindicato revelou ter já solicitado a «pronta e rápida intervenção» da Inspeção de Trabalho que, por sua vez, apresentará ao Tribunal de Trabalho uma partici-

pação-denúncia pelo não cumprimento do decreto-lei 88/96. O STPS salienta no comunicado «a atitude muito digna» tomada pelos tripulantes daquelas traineiras, a «Nossa Senhora da Piedade» e a «Pescanova», pois «apesar de os armadores lhes recusarem o pagamento do subsídio de Natal de 1996, decidiram suspender a greve e fazerem-se ao mar».

Incentivo

O sindicato salienta, por outro lado, que os pescadores da pesca do cerco à sardinha do sotavento do Algarve, particularmente os de Olhão, «foram muito provavelmente os primeiros pescadores do País a fazer vingar o cumprimento da lei» no que se refere ao subsídio de Natal. «Que isto possa constituir um exemplo, um incentivo, para que todos os nossos camaradas pescadores a nível nacional possam começar a sua luta pelo cumprimento desta importante conquista», vinca o comunicado, notando que esta «foi uma luta muito interessante e o seu sucesso fica a dever-se fundamentalmente à grande unidade dos trabalhadores».

TRABALHADORES

STAD responde ao boicote dos patrões da segurança

«De certeza que vai haver uma reacção do sindicato da classe perante esta atitude de prepotência e de revanchemo do patronato», afirmou Carlos Trindade antonem, depois de as duas associações patronais do sector da vigilância, portaria e segurança terem faltado a uma reunião de conciliação no Ministério do Emprego, para discutir a actualização salarial.

O dirigente do STAD/CGTP (Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza, Domésticas, Profissões Similares e Actividades Diversas) adiantou à Agência Lusa que a direcção sindical, face a esta situação, iria reunir ontem para decidir quais as medidas a tomar.

As negociações directas entre os sindicatos e o patronato não permitiram chegar a acordo, pelo que já se tinha entrado na fase de conciliação, arbitrada pelo Ministério do Emprego. Para repudiar a tentativa patronal de impor aumentos de 3,02 por cento para 1997 e 1998, e ao fim de oito reuniões de conciliação, o sindicato convocou uma jornada de luta para os dias 4 e 5 de Agosto, com greve (que registou, segundo o STAD, uma adesão de cerca de 50 por cento) e uma concentração junto à sede da CIP.

«Esta jornada de luta torna-se ainda mais significativa atendendo à realidade social existente no sector, onde a maioria dos trabalhadores é contratada, bem como às acções intimidatórias, repressivas e discriminatórias das empresas», realçava um comunicado do sindicato, registando também «o descontentamento de vários clientes perante a conflitualidade laboral», cuja responsabilidade o STAD atribui à «intolerante intransigência patronal».

Comissão de Trabalhadores da Portugal Telecom acerca do acordo de 1997

Há sindicalistas com memória curta

«Não tenhamos ilusões, estamos a colher os frutos amargos do mau acordo que entrou em vigor em 28 de Janeiro de 1995 (AE PT/94), com pesadas responsabilidades para o maior sindicato dos ex-TLP», afirma a CT da Portugal Telecom, num comunicado em que faz uma apreciação do processo negocial para a revisão da contratação colectiva deste ano e no qual se insurge contra «sindicalistas que têm a memória curta ou pretendem fazer dos trabalhadores mentecaptos», uma vez que «reivindicam em 1997 o que entregaram por um prato de lantejoulas à administração Todo-Bom em 1995».

A CT começa por referir que «durante 7 sessões, as negociações decorreram a três velocidades – devagar, devagarinho e paradas –, culminando em maratona na madrugada do dia 2 de Agosto, depois de 18 horas de reunião». Regista, de seguida, «alguns passos positivos no sentido da harmonização», ressalvando que «as medidas agora implementadas são manifestamente insuficientes face aos problemas existentes».

Quanto à actualização salarial, no global, a CT entende

que os 3,25 por cento negociados «são insuficientes face à saúde económica da PT» e, «mais uma vez, a produtividade é mal distribuída, ficando a PT com a fatia de leão».

Compromissos

Reconhecendo que os compromissos assumidos pela administração relativamente a outras matérias «são importantes para os trabalhadores, desde que sejam cumpridos», a CT duvida de que eles «não passem de um rol de intenções

que, de forma inteligente, adiam as soluções no tempo»,

sublinhando que «tempo é o que menos temos, se considerarmos as intenções do Governo de privatizar o capital social da empresa a 75 por cento já no próximo mês de Outubro».

No comunicado são apontadas onze matérias (nomeadamente, carreiras, horários, classificação profissional, reformas e direitos dos reformados, critérios de absentismo) em que a CT considera importante que sejam dados novos passos.

Laboratório do IVV retirado de Santarém

O encerramento, pelo Instituto da Vinha e do Vinho, do único laboratório de análises de vinhos existente na região de Santarém mereceu a veemente contestação da direcção distrital do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores, que encara tal medida «no âmbito de uma política mais global de destruição das estruturas do Ministério da Agricultura que apoiam os agricultores e a agricultura nacional».

O fecho do laboratório, segundo o sindicato, prejudica centenas de produtores vitivinícolas, cria uma situação de subaproveitamento de pessoal técnico (deslocado para outras funções, que não têm a ver com a sua carreira profissional) e pode pôr em causa a estabilidade de emprego, se não forem oportunamente acautelados os seus direitos e interesses.

«Sem criar qualquer alternativa credível» ao laboratório encerrado no início do mês, o IVV «provoca uma situação que pode conduzir, nomeadamente, à introdução de vinhos que, antecipadamente, não são controlados». Além disso, os produtores (particulares ou cooperativas) dos concelhos de Santarém, Almeirim, Cartaxo, Rio Maior, Coruche, Chamusca, Salvaterra de Magos e Benavente têm agora que deslocar-se «40 a 80 quilómetros, para verem as suas amostras vnicas analisadas no laboratório do IVV sediado no Catujal», o que vai encarecer a produção.

Hotelaria Patrões bloqueiam contratação colectiva

Reunida no passado dia 31 de Julho, a Direcção do Sindicato da Hotelaria do Sul fez um discussão aprofundada sobre os problemas que afectam actualmente os trabalhadores do sector, concluindo que estes «são consequência de uma grande ofensiva contra os direitos dos trabalhadores, por parte do patronato, a coberto do Governo (dito socialista) do eng. António Guterres».

O Sindicato acusa o actual Governo de «além de não cumprir as promessas eleitorais, se afastar decididamente de uma séria perspectiva social, em benefício das forças do capital, sendo exemplo disso os cozinhados com a direita na revisão da Constituição e a pretensão de liquidar o sistema da Segurança Social. Ao mesmo tempo, sacrifica os interesses do país, em favor do grande capital estrangeiro colocando-se de cócoras perante as imposições de Maastricht».

A Direcção sindical repudia a atitude das associações patronais de bloqueio aos processos de negociação colectiva, a sua insistência em não cumprir a redução do horário de trabalho e a ofensiva contra os direitos dos trabalhadores.

Por outro lado, manifesta total apoio e solidariedade à luta dos trabalhadores da Torralta, perante a situação dúbia do acordo com a Sonae e o Governo, da Clínica das Amoreiras, e do Apolo 70, bem como aos restantes trabalhadores do sector, exortando-os a continuar a luta contra a ofensiva do patronato e contra a política neoliberal do Governo de António Guterres.

Professores no estrangeiro Desacordo mantém-se

Apesar da recente assinatura de um protocolo com o Ministério da Educação relativo às tabelas salariais de 1997 e ao regime Jurídico dos Professores do Ensino de Português no Estrangeiro, o sector continua insatisfeito e espera a que o Governo dê resposta adequada às suas principais preocupações.

Designadamente, o Sindicato dos Professores no Estrangeiro refere que os «desacordos situam-se sobretudo na sobrecarga da componente lectiva do horário semanal dos professores no estrangeiro: 22 horas lectivas em regime de pluridocência, com grupos heterogéneos de alunos e em diversos estabelecimentos de ensino, constituem uma situação irrealista e injusta se compararmos com o que se passa em Portugal e se se pretender uma qualidade de ensino satisfatória», afirmam.

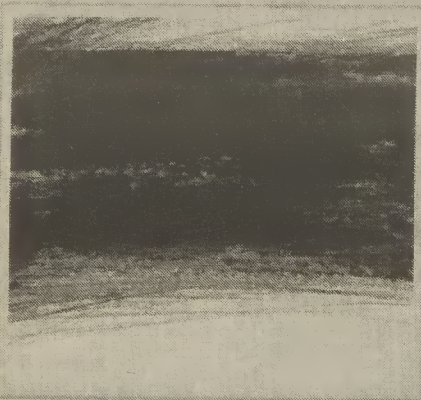
O SPE também não está de acordo que no Regime Jurídico se prevejam concursos especi-

ais para a contratação de professores com formação adquirida no estrangeiro sem que esses mesmos concursos estejam abertos a professores formados em Portugal.

Apesar destas divergências, o SPE subscreveu o protocolo depois de o Ministério da Educação se ter comprometido, no prazo de quatro anos, a reexaminar as várias matérias em questão no âmbito de uma revisão do diploma.

Recorde-se que o SPE/FENPROF propôs que o horário lectivo base dos docentes seja de 20 horas semanais, devendo ser reduzido excepcionalmente caso a distância entre os locais dos cursos, a acessibilidade, a morosidade dos percursos ou a disponibilidade dos espaços escolares o justifiquem.

O Sindicato insistiu ainda na necessidade de se procurar dar mais estabilidade aos professores, propondo a criação de quadros por país correspondentes a 50 por cento das vagas existentes.



CONGRESSO
PCP

UM PARTIDO MAIS FORTE
NOVO RUMO PARA PORTUGAL

Já à venda

Pedidos para
Editorial
«Avante!»

TRABALHADORES

Concentração hoje em Lisboa Guardas florestais voltam à greve

A Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública convocou para hoje e amanhã mais uma paralisação dos guardas florestais de todo o País. Esta tarde tem lugar uma concentração junto ao Ministério das Finanças.

Estas acções têm por objectivo protestar contra o facto de a secretária de Estado do Orçamento se recusar a aprovar o projecto de diploma legal que visa revalorizar a carreira profissional e a atribuir uma bonificação no tempo de serviço para efeitos de aposentação — explica uma nota da federação.

No documento é citada uma informação do secretário de Estado da Agricultura, que revelou sexta-feira, numa reunião com a FNSFP, que o projecto não foi aprovado porque a secretária do Orçamento negou o seu aval. Antes, o próprio gabinete da secretária de Estado comunicou à federação que a revalorização da carreira dos guardas florestais não seria aprovada antes do novo quadro de carreiras de regime geral da Função Pública. Tal posição «põe em causa todo o processo negocial, resultante do acordo celebrado entre o Ministério da Agricultura e a FNSFP, em 9 de Agosto de 1996», considera a federação.

da Agricultura, revelando «um estranho sentido de diálogo e falta de vontade política de resolução de um conflito laboral». «Cabe aos guardas florestais mostrarem a esta responsabilidade governamental o seu pro-

Salário menos que mínimo

O salário mínimo da Administração Pública continua a ser 5,3 por cento inferior ao salário mínimo nacional, esclareceu na

namental», protesta a Frente Comum de Sindicatos.

Para o STAL, que emitiu no dia 6 um comunicado próprio retomando as principais considerações contidas na nota da Frente Comum, «o



O Governo ainda não publicou o diploma previsto no acordo firmado há um ano com os sindicatos (foto de uma concentração em Junho, junto da residência do primeiro-ministro)

A secretária de Estado do Orçamento recusou uma proposta da FNSFP para reunir com os sindicatos e o ministro

fundo descontentamento perante tamanha insensibilidade», conclui a nota divulgada segunda-feira pela federação.

semana passada a Frente Comum de Sindicatos, contestando «a habilidade governamental de propor o início da categoria de servente no índice 110».

Reagindo a notícias surgidas dia 4, a Frente Comum afirma que o Governo «não propôs qualquer aumento do salário mínimo da Função Pública» (índice 100 do regime geral, com um valor de 53820 escudos) e que o valor referido na comunicação social (59300 escudos para o índice 110) «já é praticado desde Janeiro».

«Trata-se, pois, de uma mistificação grosseira falar em qualquer aumento, pois o salário mínimo da Função Pública, a partir do qual se calcula toda a grelha salarial, não foi, infelizmente, objecto de qualquer proposta gover-

Governo reconhece que existe o problema da degradação salarial vigente na Administração Pública, proveniente da diminuição relativa que tem havido no índice 100 relativamente à filosofia inicial». O Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local entende que, nestas circunstâncias, «impõem-se passos conducentes à regularização da degradação salarial, sobretudo dos salários mais baixos, de que é exemplo o referido índice 100». «Esta é a razão de ser da reivindicação apresentada pelo STAL aos sr. primeiro-ministro, substanciada numa actualização salarial intercalar de 5 mil escudos para todos os trabalhadores, a partir de 1 de Setembro», lembra o sindicato.

Agressão antes de férias

Um membro da Comissão de Trabalhadores da Fehst Componentes foi agredido no último dia de laboração, antes das férias, pelo gerente daquela empresa do Complexo Grundig-Blaupunkt — revelou a União dos Sindicatos de Braga.

No dia 1 de Agosto, exercendo um direito legítimo de qualquer representante dos trabalhadores, o membro da CT distribuía um comunicado desejando umas sadias férias, depois de um ano de trabalho e intensa luta; o gerente, sr. Fehst, tentou impedir a distribuição do comunicado e, não satisfeito, deitou as mãos ao pescoço do activista — relata a USB/CGTP, numa nota de imprensa que fez chegar à nossa redacção.

Para a União de Sindicatos de Braga, «esta atitude de prepotência e violência por parte deste gerente deixa ficar em claro o desespero, depois da luta desencadeada pelos trabalhadores do Complexo Grundig-Blaupunkt, entre Novembro de 1996 e Maio de 1997, contra o despedimento colectivo na Grundig Indústria Portugal».

Na nota afirma-se que «o sindicato e o trabalhador tudo farão para processar criminalmente um patrão que agride trabalhadores, não respeita as leis, não respeita as pessoas nem se faz respeitar a si, como estrangeiro, num país onde felizmente ainda existe democracia».

Retomada laboração nas Águas do Alardo

Após seis dias de paragem, a Empresa das Águas do Alardo voltou a laborar normalmente desde a tarde de segunda-feira.

«Para este desfecho, foi decisiva a determinação dos trabalhadores que, desde o anúncio da falência da empresa formulado pela multinacional Spadel, se mantiveram nas suas instalações, com a firme decisão de lutar até às últimas consequências pela laboração da empresa e em defesa dos postos de trabalho» — sublinha-se num comunicado distribuído pela União dos Sindicatos de Castelo Branco e subscrito também pelo Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Indústrias de Bebidas e pela comissão sindical da empresa.

As estruturas sindicais da CGTP reconhecem que «a acção dos trabalhadores foi facilitada pelo empenho demonstrado pelos quadros da empresa e, em particular, pelo Dr. Leal Salvado, advogado da empresa, que desde a primeira hora procurou uma solução imediata e para o futuro da empresa».

Aquele advogado, pormenorizou ao «Avante!» um dirigente do SNTIB, manifestou desde o início aos responsáveis belgas a sua discordância relativamente à falência. A produção foi retomada logo que a multinacional aceitou a sua proposta de se responsabilizar por, no prazo de três meses, encontrar um comprador para a empresa. Antontem foi noticiado que

o empresário Sousa Cintra, um dos possíveis interessados, concretizara o negócio e adquirira as Águas do Alardo, assumindo o seu passivo e propondo-se fazer novos investimentos.

Os representantes dos trabalhadores, no comunicado de segunda-feira, «reafirmam que a empresa é viável» e que «continuarão atentos ao evoluir da situação, contribuindo de forma responsável e determinada para que rapidamente a empresa retome o lugar de destaque que por direito lhe pertence e assim sejam salvaguardados os interesses dos trabalhadores, de Castelo Novo e da Beira Interior».



Perseguições a Sapadores denunciadas pelo STML

«Através do vereador do pelouro de Segurança de Pessoas e Bens, estão em curso acções ilegais de perseguição e tentativa de intimidação dos Sapadores Bombeiros», acusou na semana passada o Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa.

Na nota distribuída à comunicação social dia 7, a comissão executiva do sindicato aponta os factos que justificam tal acusação:

• Foram movidos processos disciplinares a cerca de 15 dos bombeiros que nos dias 19, 20 e 21 de Maio participaram na greve nacional dos trabalhadores da Administração Local; entre os processados encontram-se delegados sindicais do STML.

• Tem vindo a ser negado o direito de reunião sindical no local de trabalho por parte da ANA-EP,

perante a passividade da entidade empregadora dos Sapadores, a CML.

• O Governo, através do despacho ministerial conjunto Nº 24/97, pretende decidir matérias da maior importância para os Sapadores Bombeiros, sem negociar com o STML.

O sindicato denuncia «o comportamento autoritário dos responsáveis do Município de Lisboa e do Governo, entre os quais existe a aparência de «sintonia» com o objectivo de perseguir e tentar afastar vozes e presenças incómodas, como a do STML, e que, quando confrontados com o exercício de direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores, rapidamente perdem o trato brande e democrático do seu habitual «tratamento de imagem», para assumirem a arrogância e o autoritarismo, como agora se vê».

Tribunal de Contas critica CM de Aveiro

Um relatório da Inspeção Geral de Finanças sobre as contas do Parque de Feiras e Exposições de Aveiro vem dar razão à CDU que acusou a Câmara de «voluntarismo empírico e casuístico» na gestão corrente dos recursos financeiros.

Concretamente o relatório afirma que «a Câmara Municipal não terá cumprido o normativo legal» que atribui competência à «Assembleia Municipal, sob proposta ou pedido de autorização da Câmara», para «aprovar posturas e regulamentos».

O mesmo acontece em relação às taxas cobradas pela Câmara Municipal naquele local que nunca foram submetidas à aprovação da Assembleia Municipal.

Para além das decisões que o Tribunal de Contas venha a tomar, a CDU considera que a autarquia deve corrigir outros procedimentos irregulares e deve apresentar à Assembleia Municipal os regulamentos e taxas em falta, nomeadamente no Centro Cultural e de Congresso.

Têxteis de Gouveia e eleitoralismo

A estrutura concelhia da CDU de Gouveia acusa Santinho Pacheco, actual presidente da Câmara, de tentar manipular o drama social vivido na Têxtil Lopes da Costa (TLC) para fins eleitorais.

De facto, depois de afirmar que só se recandidataria a um novo mandato se a crise dos têxteis no concelho fosse resolvida pelo Governo, particularmente a situação da TLC, o edil de Gouveia acabou por vir recentemente a público anunciar «a vitória da TLC sobre a crise» e, em face disso, a sua recandidatura.

Para a CDU tudo não passa de aproveitamento político e recorda que o presidente na campanha de eleitoral de 1995 ameaçou demitir-se da Câmara se no prazo de seis meses após a posse do Governo não fossem tomadas medidas que solucionassem o caso da TLC. A verdade é que passados dois anos e meio nem o presidente se demitiu nem as medidas foram implementadas. Mesmo o anúncio que Santinho Pacheco fez em Junho na Assembleia Municipal de que teriam sido desbloqueados 850 mil contos para TLC foi mais tarde corrigido para um valor substancialmente inferior. De facto, as verbas passaram para 205 mil contos e mesmo assim ainda não foram aplicados.

Por isso, no final de Julho, quando Santinho Pacheco anunciava a sua recandidatura, os trabalhadores da TLC somavam já 17 meses de salários em atraso e mesmo que seja cumprida a promessa de serem pagos em breve dois meses, a verdade é que ainda ficam 15. Acresce que a fábrica está sem matérias-primas, sem créditos e sem projecto.

Por outro lado, a CDU recorda que o PCP - partido que não tem deputados eleitos pelo distrito da Guarda - foi o único que fez uma intervenção de fundo sobre a questão dos têxteis onde incluiu de uma forma muito especial a situação na TLC.

Os comunistas apelam à mobilização dos trabalhadores e das suas estruturas para que continuem vigilantes e a lutar pela viabilização da empresa com o pagamento dos salários em atraso e a manutenção dos postos de trabalho.

PSD/Seixal mente à população

Em comunicado distribuído à imprensa, a Coordenadora da CDU do Seixal desmente o conteúdo dos painéis de propaganda que o PSD afixou em vários pontos do concelho, com a assinatura do seu candidato às próximas eleições autárquicas.

Segundo a Coligação, o candidato social-democrata Luís Rodrigues ao atacar o Boletim Municipal «esqueceu-se» de referir que a publicação «é de utilidade pública e que a sua qualidade mereceu uma menção honrosa do PAPIES 97 (grande prémio anual de trabalhos gráficos). Esqueceu-se de referir que os boletins municipais são prática nacional. Esqueceu-se que a sua adjudicação se faz após concurso público e visto do Tribunal de Contas. Esqueceu-se que o seu custo não é um milhão de contos mas 2.000 contos por cada uma das vinte edições anuais».

Câmara de Nisa lança novo projecto

No âmbito do Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza, a CM de Nisa lançou um projecto no centro histórico que tem como objectivo promover a integração social e económica de 473 habitantes daquela zona. Estão previstas acções de educação de base, formação profissional para desempregados, revitalização das artes e ofícios tradicionais, implementação de pequenas redes de animação turística, educativa, sociocultural recreativa, desportiva, assim como de apoio social às famílias.

O projecto, é denominado Prazer de Viver no Centro Histórico de Nisa, terá início este ano e desenvolve-se até Dezembro de 1999, envolvendo um financiamento global de 70 mil contos.

Braga

Maioria socialista em guerra contra a propaganda da CDU

Desde de Abril passado, quando ganhou maior impacto e adesão na opinião pública bracarense a contestação às obras do Campo da Vinha, que o presidente e a maioria socialista da Câmara de Braga decidiram abrir uma guerra contra o direito de propaganda política e erigiram como alvos o PCP e a CDU.

Ultrapassando a Constituição e a legislação vigente, a Câmara passou a retirar as faixas aéreas, pendões e painéis de propaganda, e justifica a sua actuação com base em normas de um regulamento municipal aprovado em 1989 na Assembleia Municipal.

O PCP, a vereadora da CDU na Câmara e os seus eleitos na Assembleia já exigiram a alteração dessas normas, sustentando que elas são inconstitucionais e ilegais, logo de valor nulo.

A Coligação chegou mesmo a apresentar uma proposta de alterações ao regulamento, baseando-se nomeadamente em pareceres e acórdãos da Comissão Nacional de Eleições e do Tribunal Constitucional indicando que a liberdade de expressão e propaganda não pode ser restringida pelas Câmaras.

Mas como se não bastasse, a autarquia aplica o regulamento que criou de uma forma completamente arbitrária. Ao PCP e CDU proíbe locais fora dos que estão expressos na lei que regula a publicidade e propaganda, dizendo que é prejudicada a estética, o ambiente, o enquadramento dos arruamentos, etc. Ao mesmo tempo,

impõe regras e procedimentos que a lei não determina, como seja a informação para licenciamento prévio, apresentação de plantas topográficas etc. Até nos postes de

não se aplicar. Assim, a Câmara decidiu ocupar um canteiro de jardim na Praça da República, arrancou a relva e aí montou um pavilhão de propaganda que se mantém desde as vésperas do S. João. No mesmo local são afixados os cartazes do PS com o seu slogan de campanha «É bom viver em Braga».

Perante este caso, os comunistas perguntam se o pavilhão

a propaganda política? Por que não olham estes zeladores da estética de Braga para os postes de iluminação pública por toda a cidade?

Constituição é para cumprir

O PCP não desiste de exercer plenamente o seu direito à liberdade de propaganda e afirma que o presidente não pode passar por cima da Constituição do País, cujo texto no seu artigo 37º (Liberdade de expressão e informação) concede a todos «o direito de exprimir e divulgar livremente o seu pensamento pela palavra, a imagem ou outro qualquer meio, bem como o direito de informar, de se informar e de ser informado, sem impedimentos nem discriminações». E o artigo 3º ponto 3 (Soberania e legalidade) é claro ao declarar que «A validade das leis e dos demais actos de Estado, das regiões autónomas e do poder local depende da sua conformidade com a Constituição».

Ou seja, a CDU entende da interpretação destes conceitos constitucionais que num Estado democrático de direito nenhuma lei ordinária ou regulamento pode proibir, censurar ou restringir direitos que a Constituição reconhece aos cidadãos e organizações.



O direito de propaganda é posto em causa nas ruas de Braga

iluminação pública quer proibir a afixação de propaganda.

Dois pesos duas medidas

Entretanto, em causa própria, o regulamento já parece

não tem impacto estético negativo? Se arrancar a relva não tenta contra valores ambientais? E se quem vai pagar este tira e põe não é o dinheiro de todos os municípios?

Por outro lado, perguntam: por que razão a publicidade comercial tem mais direitos que

Gaia

CDU defende medidas de apoio ao comércio tradicional

Em carta aberta dirigida aos pequenos e médios comerciantes de Vila Nova de Gaia, a CDU defende a criação e alteração de vários dispositivos legais por forma a diminuir os custos de exploração sustentados pelo comércio tradicional.

Nomeadamente, a Coligação considera necessário alterar o regime de Arrendamento Urbano para evitar a constituição de rendas especulativas no domínio do arrendamento para fins comerciais e defende a revisão das leis fiscais em vigor no sentido de reduzir os índices tributários a que o comércio está anualmente sujeito.

O encerramento ao domingo das grandes superfícies comerciais é outra das exigências, visando atenuar as discrepâncias de concorrência entre sectores comerciais.

O crescimento urbanístico registado no concelho a partir das décadas de 60/70, e que foi particularmente acelerado nos

anos oitenta e noventa, contribuiu decisivamente para um incremento da actividade comercial. Apesar de positivo para o desenvolvimento económico, este fenómeno não foi contudo acompanhado por um igual crescimento das infra-estruturas.

É o caso da rede viária que se encontra degradada há muitos anos, estando ainda por construir uma boa parte da via de cintura interna que liga a ponte da Arrábida à ponte do Freixo, assim como as vias estruturantes previstas no Plano Director Municipal de Vila Nova de Gaia.

A isto acresce que o concelho não dispõe de uma Conservatória de Registo Comercial, nem de uma delegação do Centro regional de Segurança Social do Porto e o funcionamento das repartições de Finanças e dos serviços de Notariado está demasiado burocratizado.

A CDU considera ainda fundamental criar no concelho uma escola de formação profissional

que possibilite a reciclagem dos actuais comerciantes e a formação de futuros profissionais no sector.

Candidato CDU visita freguesias ribeirinhas

Antero Pires, candidato à CM de Vila Nova de Gaia, acompanhado de Manuel Morais e Carmindo Sousa, respectivamente, cabeças de listas às Juntas de Freguesia de Oliveira do Douro e de Lever, esteve recentemente nas freguesias ribeirinhas a nascente da ponte de S. João, onde divulgou algumas propostas a incluir no programa eleitoral.

Durante a visita às freguesias de Oliveira do Douro, Avintes, Olival, Crestuma e Lever, o candidato da CDU defendeu a elaboração de um plano de pormenor para a zona ribeirinha que

vai desde a ponte D. Luís até aos limites do concelho em Lever, no sentido de criar um plano de ocupação e construção de equipamentos definidos.

Antero Pires considera que é urgente avançar com um programa de despoluição do rio Douro, que envolva os concelhos da Área Metropolitana banhados pelas suas águas, de forma a permitir a recuperação de espécies animais como o sável, a lampreia e o golfinho desaparecidos há cerca de vinte anos. Entre outras propostas, destaca-se ainda a ideia de desenvolver em colaboração com as escolas e grupos juvenis um programa de limpeza de margens. A CDU compromete-se ainda a trabalhar arduamente para a requalificação das praias fluviais existentes, a recuperação através do depósito de areias de praias extintas, como é o caso da de Lever, bem como a criação de piscinas fluviais.

JUVENTUDE

14º Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes Pela Solidariedade Paz e Amizade



De 28 de Julho a 5 de Agosto, decorreu na cidade de Havana, em Cuba, o 14º Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes. Sob o lema «Pela Solidariedade Anti-imperialista, pela Paz e Amizade», participaram mais de 12 mil delegados representando diversas organizações e estruturas juvenis de todo o mundo. Só de Portugal partiram 130 jovens. Sobre as impressões recolhidas durante os 11 dias que durou a iniciativa, o «Avante!» ouviu João Frazão e Paulo Raimundo, membros da Comissão Política da JCP, Osvaldo Marta, membro da Direcção Nacional, e Marta Martins, membro da Secção Internacional da Juventude Comunista Portuguesa.

Como foi constituída a delegação portuguesa?

João Frazão - A participação portuguesa foi organizada pelo Comité Nacional Preparatório que foi constituído com uma base muito alargada de cerca de meia centena de associações e organizações juvenis do nosso país.

Por exemplo?

Desde logo o Conselho Nacional de Juventude, que é a maior plataforma de organizações juvenis em Portugal, numerosas associações de estudantes, organizações partidárias de juventude - JCP, JS, Ecolojovem, Juventude da UDP - e outras estruturas juvenis.

Isso quer dizer que os 130 delegados portugueses que estiveram em Havana representaram um conjunto diversificado estruturas?

Sim. De facto, a delegação era integrada por jovens de vários sectores da sociedade, que expressam pontos de vista políticos muito distintos e têm posições diferentes designadamente sobre a revolução cubana. Como é normal, esta diversidade reflectiu-se nas intervenções dos delegados.

O que é que leva gente com opiniões tão diversas a juntar-se num Festival?

Penso que no fundamental é a causa da solidariedade, nomeadamente com Cuba. Mas este tipo de festivais são uma oportunidade única para fazer contactos e trocar experiências com organizações de praticamente todo o mundo. É por isso uma iniciativa muito enriquecedora que atrai muitos jovens.

Quais foram os principais temas que estiveram em foco?

Paulo Raimundo - Os problemas da juventude, tais como o emprego, educação, saúde, bem como questões relacionadas com o próprio lema do Festival, ou seja a solidariedade anti-imperialista, a paz e a amizade entre os povos, a luta pelos direitos humanos, etc.

Osvaldo Marta - Além disso realizou-se um tribunal anti-imperialista onde foram julgados vários casos de opressão dos povos e de negação do seu direito à autodeterminação.

Pode dizer-se que o Festival foi muito mais do que uma manifestação de solidariedade com Cuba?

JF - Os objectivos do Festival estavam bem definidos e foram cumpridos. É claro que acabou por constituir, naturalmente, uma grande manifestação de solidariedade com Cuba. Por outro lado, ali foram

sociais e políticas no mundo. O Festival reflectiu certamente sobre as novas realidades?

JF - É certo que muitas coisas mudaram, mas outras não mudaram assim tanto. Por isso é fundamental que a luta anti-imperialista continue. Esta é uma das mensagens da declaração final.

OM - Hoje o imperialismo manifesta-se através de formas mais sofisticadas. O bloqueio a Cuba, que segundo os próprios cubanos não é mais do que uma guerra económica, ou mesmo o processo de integração em curso na Europa são novas formas de domínio imperialista, que visam pôr em prática mecanismos para aumentar a exploração do homem e dominar a vontade dos povos.

Durante o Festival os delegados ficaram instalados em casas de famílias cubanas. Foi uma experiência interessante?

Marta Martins - Foi bom porque pudemos acompanhar o dia-a-dia de uma família cubana, conhecer as suas dificuldades, mas também, e apesar tudo isso, sentir um enorme calor humano e uma grande afectividade. Fomos praticamente adoptados pelas famílias.



João Frazão, Osvaldo Marta, Marta Martins e Paulo Raimundo representaram a JCP no Festival de Havana

JF - A possibilidade de vivermos com famílias cubanas, deixou-me completamente maravilhado e ao que sei este é o sentimento generalizado da delegação portuguesa. A família que me recebeu tratou-me como um filho, e naquele momento como o filho mais querido. Penso que todos temos histórias comoventes sobre a forma como fomos aco-

lhidos. Às tantas começamos a perguntar quem é afinal mais solidário? Nós que conseguimos enviar algumas toneladas de papel e de roupa para Cuba ou os cubanos que apesar das enormes dificuldades tiveram mais este acto de coragem de realizar o Festival?

Que iniciativas a JCP pensa realizar em torno do 14º Festival?

Para já, estamos a preparar uma exposição de fotografias que será apresentada na Festa do «Avante!», onde divulgaremos as principais conclusões dos debates realizados. De qualquer forma, o Festival e a experiência que ali adquirimos irá estar presente na nossa actividade durante os tempos mais próximos.

Festival em Havana dá novo impulso ao movimento da juventude e estudantes

A declaração final do 14º Festival Mundial da Juventude e Estudantes sublinha o grande êxito da iniciativa que juntou 12 326 delegados de 132 países em representação de mais de duas mil organizações nacionais, regionais e internacionais, que participaram em numerosos debates políticos, reuniões e outras actividades do Festival.

O êxito do Festival, afirma o texto, «conferiu um novo impulso ao Movimento dos Festivais, passados cinquenta anos da sua criação e oito da realização do 13º Festival de Pyongyang, na República Democrática da Coreia».

Salientando os esforços e o árduo trabalho de muitas organizações juvenis estudantis que souberam ultrapassar as dificuldades no processo de preparação, a Declaração considera que «a reedição desta nobre reunião dos jovens do mundo perante as novas realidades, com forças, motivações e resultados novos, possibilitou o fortalecimento e ampliação do Movimento».

De seguida o texto sublinha que «este Festival se realiza em condições muito diferentes das que existiam em edições anteriores: o desaparecimento da União Soviética e de alguns outros países socialistas; as manobras imperialistas para impor hegemonia e o estabelecimento de modelos neoliberais mediante o processo de globalização, que tem tido consequências graves para a humanidade em especial para os jovens do mundo; o aumento da repressão da exploração, do desemprego e do analfabetismo; a diminuição das condições para a educação; a pobreza; o aumento do fosso entre ricos e pobres e a degradação do meio ambiente, o aumento da toxicod dependência.

«Nos últimos anos o movimento internacional da juventude e dos estudantes

sofreu grandes alterações, ao mesmo tempo que se produziram múltiplas transformações políticas ao nível mundial. Pese as dificuldades, o movimento da juventude e dos estudantes anti-imperialistas continua a sua luta pela paz, a independência nacional, a soberania, a autodeterminação e a democracia, contra o aumento do poderio militar, e pelos direitos políticos, económicos e sociais.

«Nos numerosos debates políticos realizados durante o Festival foram condenadas as políticas agressivas do imperialismo internacional, encabeçado pelos Estados Unidos, as políticas neoliberais, e as suas negativas consequências sociais para os povos de todo o mundo, e lançado o apelo a todas as forças progressistas para através de acções concretas conquistarem os seus direitos e fomentarem modelos alternativos de sociedade».

A Declaração reafirma que as ideias do movimento «se baseiam na necessidade de fomentar um mundo de paz e sem armas nucleares, um mundo de coexistência pacífica favorável à solução dos conflitos entre nações e povos, um mundo onde seja respeitada a igualdade de direitos de todas as nações de se desenvolverem e um mundo de justiça, prosperidade e felicidade para todos».

Os jovens participantes denunciam «energicamente a expansão da NATO» e

exigem «a dissolução desta aliança militar». Neste sentido reclamam «o encerramento de todas as bases militares estrangeiras, a redução dos armamentos, o fim do comércio de armas, a proibição total dos ensaios nucleares e a abolição de todas as armas nucleares, químicas e biológicas».

Ao mesmo tempo, o Festival condena «as acções extraterritoriais como o bloqueio, o embargo, as sanções, a ocupação militar, o terrorismo de Estado e outros actos agressivos adoptados contra os povos e as nações de todas as partes do mundo».

Expressando «apoio à luta contra todos os tipos de discriminações e manifestações fascistas, racistas, de fundamentalismo religioso e de xenofobia», o Festival defendeu «o carácter indivisível e inalienável dos direitos humanos», e condenou «as violações que se registam em diferentes partes do mundo, bem como os governos que violam os direitos humanos dos seus povos».

A Declaração apoia «a luta das mulheres pela igualdade de direitos em todas as esferas» e exige «o direito de os jovens terem acesso a melhores cuidados médicos e a uma educação melhor, verdadeiramente gratuitos, e ao emprego».

Reclamando «uma política de desenvolvimento que preserve o ambiente, respeite a dignidade de todos os seres humanos e distribua equitativamente a riqueza entre todos os cidadãos», o documento pronuncia-se pelo «cancelamento da dívida externa de todos os países do Terceiro Mundo».

Mais adiante, é condenada «a monopolização da informação por parte das

grandes transnacionais e a imposição de modelos culturais contrários à identidade e tradições» e reiterada a ideia de que «só uma verdadeira participação popular com justiça social é sustentáculo da democracia», bem como «o direito dos povos de decidirem sobre o seu próprio sistema democrático». É ainda reclamada «a democratização da Nações Unidas, organização que as forças imperialistas utilizam cada vez mais arbitrariamente, assim como a abolição do direito de veto».

O Festival lançou o apelo a todos os jovens e estudantes do mundo «a procurar a unidade na luta pelos seus direitos e aspirações e em defesa dos mesmos e a formar um movimento juvenil internacional que não só seja capaz de enfrentar as agressões do capitalismo, como também de prosseguir a luta pela transformação da sociedade».

Num momento em que se comemora o trigésimo aniversário da morte em combate de Che Guevara, os participantes do Festival declaram o seu apoio «a todas as causas justas e com os explorados e despojados do planeta».

A Declaração exorta todos os jovens e estudantes democráticos e progressistas a incorporarem-se activamente na preparação do 15º Festival, assinala a hospitalidade do povo cubano e agradece as facilidades concedidas pelo seu governo. Reafirmando o compromisso com o povo de Cuba de defender a sua revolução, os participantes no Festival exigem «o levantamento do bloqueio criminoso dos Estados Unidos contra um país que, apesar da situação muito difícil que atravessa, oferece o seu abraço amistoso a todos os jovens do

Na Câmara de Setúbal Maioria PS em debandada

A Comissão Concelhia de Setúbal do PCP acusou o PS local de "desnorte" na condução dos destinos da Câmara Municipal presidida por Mata Cáceres. Em causa está a anulação da reunião pública camarária agendada para o passado dia 5, motivada pela não comparência de cinco dos seis eleitos do PS. Tal ausência provocou a automática falta de quorum, o que, no entender dos comunistas de Setúbal, constitui "uma grave irresponsabilidade política" e um claro "desrespeito pelos assuntos dos cidadãos".

Recordado pela organização concelhia de Setúbal do PCP, em comunicado subscrito pelo respectivo Secretariado, é o facto de um dos pontos da ordem de trabalhos para a referida reunião ser a "ratificação do Pacto Social da Sociedade Vitória Futebol Clube S.A.D.", cuja escritura, de acordo com notícias na imprensa local, foi rodeada de várias peripécias, levando inclusive a que a assinatura tivesse sido celebrada às 23 horas e 58 minutos.

Ora, como observa o comunicado, é caso para perguntar se "a ausência da maioria PS na reunião da Câmara não significa uma fuga às responsabilidades que coube à vereadora Paula Costa assumir, assinando a escritura em causa sob tal pressão que ela própria se viu na obrigação de invocar laconicamente a solidariedade do presidente neste processo.



Episódios pouco edificantes estão a marcar este final de mandato da gestão PS na Câmara de Setúbal

Tais factos, na opinião dos comunistas de Setúbal, confirmam o "desnorte em que já caiu a gestão da Câmara Municipal", agora ainda mais abalada, sublinham, "pela monumental vaia

com que foi premiado Mata Cáceres" na corrida de toiros realizada na noite do passado dia 2.

"Águas turvas"

Notícias entretanto vindas a pública na imprensa do passado fim-de-semana dão conta de uma situação no mínimo

são quanto à empresa vencedora do concurso, num negócio que segundo as estimativas ronda os 16 milhões de contos. Os prazos estabelecidos para a conclusão do concurso foram já ultrapassados e não houve até ao momento por parte dos responsáveis do Município qualquer explicação para este atraso que, diz-se, está a gerar grande con-

insólita no que se refere ao concurso para a concessão dos serviços de água e saneamento no concelho de Setúbal. Em causa está, concretamente, o impasse que rodeia a deci-

trovância entre as empresas concorrentes e em relação ao qual começam a levantar-se suspeitas, havendo mesmo quem já fale de "águas turvas" no referido concurso.

Com prejuízo para as populações Lutas internas no PS paralisam CCR Alentejo

Existe uma grave situação no seio da CCRA (Comissão Coordenadora Regional do Alentejo), designadamente no plano da sua estrutura dirigente, onde se verificam desinteligências, com nefastos reflexos no funcionamento deste organismo desconcentrado do Governo na região. A denúncia partiu da Comissão Concelhia de Évora do PCP, que, em comunicado, atribuiu esta situação às "contradições e lutas internas" do PS, à sua "instrumentalização partidária" e ao "manobristo eleicoeiro destes cargos públicos".

A testemunhar esta realidade, de acordo com o comunicado da concelhia do PCP, estão as sucessivas demissões que têm ocorrido naquele organismo, tornando-o, pode ler-se, "praticamente ingovernável ao ponto da sua total paralisia ou sujeição exclusiva à estratégia eleitoral do PS para a Câmara Municipal de Évora."

Primeiro, recorde-se, foi a demissão do então presidente da CCRA, Carlos Figueiredo, a que se seguiu um atribulado processo no seio do PS que conduziu à nomeação interina do PS à Câmara, José Ernesto Oliveira, como presidente em regime de substituição. Agora, foi a demissão de Domingos de Sousa do cargo de vice-presidente da CCRA.

Estes factos, na opinião dos comunistas de Évora, para além de reflectirem as referidas contradições e lutas intestinas no PS, demonstram a "total incapacidade da actual direcção da CCRA para levar por diante as responsabilidades que lhe estão cometidas, devido aos desequilíbrios regionais que provoca e aos danos que causa às autarquias locais, quando, em sede de apreciação das suas candidaturas e projectos, as sujeita a decisões discriminatórias com manifesto prejuízo para o Alentejo e suas populações".

Turismo em Angra do Heroísmo PCP reclama medidas que garantam oferta de qualidade

O organismo do PCP na Ilha Terceira, Açores, acusa o Município e a Delegação de Turismo de não terem um "projecto comum orientador" capaz de definir as regras que potenciem a actividade turística naquela ilha. Para os comunistas açorianos é "incompreensível o que se passa em termos turísticos" em Angra do Heroísmo, onde, sublinham, existe uma "desorganização total". No caso do aeroporto,

exemplificam, as queixas vão desde os deficientes acessos, aos maus pavimentos, passando pela desinformação de voos em atraso ou pelas alterações constantes.

Não se ficam todavia por aqui as anomalias e a falta de qualidade no plano da oferta turística. Lembradas são igualmente as "más sinalizações de áreas turísticas", os "atendimentos precários aos visitantes", a "falta de planeamento conjunto de acções

culturais e recreativas", os "transportes públicos deficientes", e mesmo "alguma falta de qualidade nos serviços de restaurantes".

O PCP da Ilha Terceira chama ainda a atenção no seu comunicado para o que se passa, no âmbito do turismo interno, com o Porto das Pipas, o qual, refere, não tem terminal de passageiros para os viajantes do «Independência», «Cruzeiro das Ilhas» e «Espírito Santo».

"É um caos completo sem o mínimo de respeito por quem embarca e desembarca no Porto das Pipas", acusa o Secretariado do PCP da Ilha Terceira, antes de reclamar da Junta Autónoma dos Portos, do Governo Regional e da Câmara Municipal medidas que resolvam de uma vez por todas a construção de um terminal que sirva em condições os passageiros do Grupo Central do Açores.

Legislação do trabalho de estrangeiros PCP lança campanha de esclarecimento

Promovida pelo PCP, está a decorrer uma campanha de esclarecimento junto dos imigrantes que vivem e trabalham no nosso país sobre os diplomas apresentados na Assembleia da República relativos à legislação de trabalho para estrangeiros. Esta acção de informação e esclarecimento, que se desenvolve por todo o País, está a ser acompanhada da distribuição de um folheto onde são explicadas as diferenças entre as propostas contidas no projecto de lei do PCP e as soluções defendidas pelo Governo na sua proposta de lei.

Intitulado "Regulamentação do Trabalho de Estrangeiros em Portugal: assegurar a igualdade de acesso ao emprego ou continuar a discriminação?", o folheto alerta designadamente para o facto de as soluções preconizadas pelo Governo representarem a continuação da discriminação dos trabalhadores imigrantes.

Editado pelo Grupo de Trabalho para as Questões da Imigração e das Minorias Étnicas do PCP, o documento evidencia ainda o modo como a proposta de lei governamental

"confunde perversamente a regulação das relações de trabalho com o combate à imigração ilegal", e, noutro plano, como "favorece na prática o recurso ao trabalho clandestino que diz combater, ao dificultar a legalização do trabalho dos imigrantes".

Regulamentação do trabalho de estrangeiros em Portugal:

assegurar a igualdade de acesso ao emprego ou continuar a discriminação?

Concluiu-se no mês de Junho o processo de apreciação pública da proposta de lei do Governo e dos projectos de lei do Partido Comunista Português (PCP) e do Partido Ecologista "Os Verdes" (PEV) quanto à regulamentação do trabalho de estrangeiros em Portugal, que pretendem substituir o Decreto-Lei 97/77, de 17 de Março. E de prever o seu exame e votação parlamentar na próxima sessão legislativa.

Sendo matéria de importância decisiva para as comunidades imigrantes que vivem e trabalham em Portugal, especialmente para as mais numerosas, constituídas por originários dos países de língua portuguesa é indispensável que os cidadãos imigrantes conheçam, formem opinião e tomem uma posição esclarecida sobre o conteúdo e as diferenças dos projectos apresentados.

O que propõe o projecto de lei do PCP:

reprovar integralmente o Decreto-Lei 97/77, que regulamenta actualmente o trabalho de estrangeiros em Portugal e que

estabelece, entre outras injustiças, o conhecido regime de quotas que obriga a que as empresas com mais de 5 trabalhadores não tenham no seu serviço mais de 10% de trabalhadores estrangeiros;

garantir aos cidadãos estrangeiros residentes em Portugal o acesso ao emprego em condições de igualdade com os cidadãos nacionais;

ou seja, acabar com todos os pretextos legais para a discriminação entre nacionais e não nacionais nas relações de trabalho, assegurando direitos iguais para todos os trabalhadores. Por isso, ao contrário da proposta de Lei do Governo, o PCP propõe a completa revogação do Decreto-Lei 97/77 e não a sua actualização, considerando que a Constituição, a legislação geral de trabalho e as convenções colectivas de trabalho se devem aplicar a todos os trabalhadores, incluindo os estrangeiros.

(O projecto de lei do PEV, entregue posteriormente ao do PCP na Assembleia da República, propõe também a revogação do Decreto-Lei 97/77)

CAMARADAS FALECIDOS

Jerónimo Barbara, o "Sapac"

Com 81 anos, faleceu em resultado de doença súbita o camarada Jerónimo Barbara, o "Sapac", nome por que era conhecido entre os amigos. Militante do Partido desde 1978, era comerciante em S. Domingos, freguesia de S. Sebastião, Setúbal.

Constantino Costa

Faleceu com 83 anos o camarada Constantino Costa, operário. Militante do Partido desde 1985, residia na freguesia de S. Julião, Setúbal.

Carlos Junior

Faleceu recentemente o camarada Carlos Alberto Ferreira Junior, com 91 anos de idade. Membro do Partido desde 1988, organizado na freguesia de São Lourenço de Azeitão, Setúbal, foi em Vila Nogueira de Azeitão, onde nasceu, que a sua actividade cívica e política fez dele uma figura ímpar no concelho. Operário respeitado, na empresa Belos, onde trabalhou durante muitos anos, desenvolveu actividade no movimento associativo, em particular na Sociedade Filarmónica Perpétua Azeitonense, onde desempenhou vários cargos de direcção. Foi activista da campanha de Humberto Delgado e do MDP/CDE antes do 25 de Abril.

Escreveu poesia, pintou e fez artesanato. Eleito nos órgãos autárquicos da freguesia depois do 25 de Abril pela APU, fundou a Associação Unitária de Reformados, Pensionistas e Idosos de Azeitão.

O seu funeral constituiu uma grande manifestação de pesar e uma homenagem colectiva de todo o povo de Azeitão.

António Madureira

Faleceu no passado dia 9, com 78 anos, o camarada António Fernandes Coelho Madureira. Engenheiro agrónomo, fez parte da Assembleia de Freguesia da Ameixoeira, entre 1978 e 1985. Integrava presentemente a organização do PCP da freguesia da Ameixoeira, Lisboa.

José Feio

Com 62 anos, faleceu recentemente o camarada José António Santos Silva Feio. Residente em Mira-Sintra, este militante comunista estava organizado na freguesia de Aigualva-Cacém



Aos familiares e amigos dos camaradas falecidos, o colectivo do "Avante!" apresenta as mais sentidas condolências

PCP



O Governo tem revelado uma reduzida eficácia na abordagem dos problemas que afectam a emigração portuguesa

Problemas da emigração portuguesa

Henrique Sousa acusa Governo de fugir ao debate

Comentando as declarações do Secretário de Estado das Comunidades a propósito das críticas recentemente formuladas pelo PCP quanto à política do Governo na área da emigração, Henrique Sousa, do Secretariado do CC, considerou-as "levianas e superficiais".

Para o dirigente comunista, tais afirmações representam simultaneamente uma tentativa de fuga a "um debate sério dos problemas", o que, observa, "não admira num responsável governativo que, à semelhança doutros, por incapacidade de cumprir com as expectativas criadas e com os compromissos assumidos há 2 anos pelo PS e pelo seu Governo junto dos emigrantes portugueses, pretende compensar a míngua de actos concretos com uma conhecida e intensa actividade mediática e de promoção de imagem. E que, dando provas de que o propagandeado «diálogo» apenas tem o sentido das conveniências próprias, ainda há poucos meses recusou um encontro proposto pela Direcção da Organização na Emigração do PCP para com ele debater as numerosas e graves irregularidades e insuficiências verificadas no processo eleitoral, da responsabilidade do Governo, para o Conselho das Comunidades Portuguesas."

No seu comentário, divulgado em nota do Gabinete de Imprensa do PCP, Henrique Sousa explica depois, detalhadamente, os fundamentos das suas críticas:

"As declarações do Secretário de Estado são levianas, porque o PCP não «fala para mostrar que existe» nem alinha em «jogos de palavras». O PCP tem uma presença e uma actividade valiosa, constante e reconhecida desde há décadas no seio das comunidades portuguesas espalhadas pelo Mundo e em defesa dos direitos dos nossos emigrantes, sem carecer para isso do reconhecimento do Secretário de Estado.

As declarações do Secretário de Estado são superficiais e pretendem desviar a atenção dos problemas colocados pelo PCP, a que no essencial não responde, tentando iludir a opinião pública com a informação das poucas medidas tomadas em quase dois anos (note-se!) de governação, que atestam a lentidão e a pouca eficácia da acção governativa nesta área e a sua insuficiência tendo em conta os compromissos que este Governo assumiu, o tempo que já passou e os muitos recursos de que dispôs e a gravidade dos problemas acumulados e adiados nesta área (em que não esquecemos a directa responsabilidade do PSD nos Governos anteriores). Insistimos por isso que o pretendo esclarecimento do Secretário de Estado em nada de substancial desmente a justeza das críticas do PCP (que foram acompanhadas de propostas alternativas) quanto a 5 áreas nucleares dos problemas sentidos pela emigração portuguesa:

- os sérios atrasos e lacunas na qualidade, modernização e eficácia dos serviços consulares,

da sua adequação geográfica às realidades actuais da emigração portuguesa e da sua dotação com técnicos qualificados em número suficiente nas áreas do apoio social e jurídico à emigração;

- os graves problemas existentes com o número crescente de emigrantes chegado à idade da reforma e que se confrontam, quer com os problemas de coordenação entre o sistema de segurança social português e os sistemas dos países de acolhimento, quer com a demora excessiva da segurança social portuguesa no tratamento e esclarecimento de processos, o que justifica medidas urgentes de reforço em meios humanos desta área;

- as notórias e escandalosas insuficiências do ensino da língua portuguesa e da promoção da cultura portuguesa junto das comunidades portuguesas, em que vagas promessas e tímidas medidas não disfarçam a redução das verbas afectas a esta área no Orçamento de Estado nem a ausência de um plano audacioso e calendarizado de medidas assente na efectiva responsabilização do Estado português;

- a falta de firmeza e de empenhamento do Governo português junto de outros Estados e em instituições internacionais em defesa dos direitos dos emigrantes portugueses, de que são exemplo a sua atitude servil face aos EUA no problema dos repatriados e na exigência discriminatória de vistos aos portugueses e o continuado adiamento da ratificação pelo Estado Português da directiva da União Europeia que protege os trabalhadores destacados da construção civil;

- a chocante falta de medidas concretas de estímulo ao investimento produtivo em Portugal das poupanças dos emigrantes portugueses, em contraste com as vultosas e carinhosas ajudas ao investimento estrangeiro (que mesmo assim tem decaído) em Portugal, bem como a falta de medidas concretas para um eficaz acolhimento e integração dos emigrantes quando regressam.

Uma observação final: é grave que um responsável governativo entenda que apenas se deva falar sobre os problemas da emigração portuguesa com os seus directos destinatários e que se pretenda criticar o PCP por, em Portugal, dar uma Conferência de Imprensa sobre esta matéria. Pela nossa parte, porque entendemos que os problemas das comunidades portuguesas no Mundo e da emigração portuguesa são uma importante questão nacional que a todos diz respeito e porque não aceitamos o jogo perverso e demagógico dos responsáveis políticos que em Portugal só falam dos emigrantes para lhes instrumentalizar o voto, não em Portugal como nas comunidades da diáspora se debatam os problemas concretos da emigração."

AGRICULTURA

Prejuízos causados pelas intempéries

CNA exige medidas de apoio aos agricultores

A Condeiração Nacional da Agricultura (CNA) voltou a exigir a adopção de medidas concretas e eficazes que permitam "acudir ao drama e ao desespero" dos muitos milhares de famílias de agricultores que foram afectados pelas intempéries. Por si reclamado, no imediato - pese embora esteja longe de cobrir os prejuízos reais -, é o pagamento da dotação no valor de 120 mil contos para reparar os danos provocados pelos nevões de Dezembro e Janeiro passados, indemnização já anunciada pela imprensa mas ainda não comunicada oficialmente aos agricultores atingidos dos distritos da Guarda, Vila Real e Bragança.

A inclemência do tempo, recorda a CNA, veio juntar-se

às "más políticas agrícolas e de mercados", provocando muitos milhões de contos de prejuízo e pondo em risco a sobrevivência de dezenas de milhares de famílias e de explorações agrícolas.

Noutro plano, comentando a proposta governamental sobre apoios estatais em situação de calamidade, a CNA critica a falta de discussão prévia do documento, considerando-a "claramente insatisfatória" e tardia.

"Em primeiro lugar, o Ministério da Agricultura e o Governo insistem em só querer abranger no esquema de apoios os agricultores que tenham feito o seguro-base de colheita junto das companhias seguradoras. Não estamos de acordo com isso porque a maioria dos agricultores

está descapitalizada e não tem dinheiro para pagar os altos prémios dos seguros. Depois, o Sistema Integrado de Protecção Contra as Aleatoriedades Climáticas (SIPAC) está a começar a ser aplicado. A experiência e a respectiva divulgação ainda são muito reduzidas", assinala a CNA.

No comunicado emitido pelo seu gabinete de imprensa, a CNA afirma ainda não aceitar que a batata não esteja incluída entre as culturas passíveis de ajuda por força de prejuízos causados pela chuva, do mesmo modo que se manifesta preocupada pelo facto de não estarem estabelecidas nem as verbas, nem os critérios, nem as formas ou prazos de pagamento dessas ajudas.



A CNA exige o pagamento imediato das indemnizações aos agricultores do Centro e Nordeste afectados pelos nevões

Entre-Douro e Minho

Agricultores indignados com o Governo

Os jovens agricultores do Entre-Douro e Minho (EDM) exigiram a "correção imediata da proposta" de declaração de estado de calamidade na agricultura, contestando a decisão governamental de excluir toda a região dos apoios previstos ao abrigo daquela figura.

Em comunicado, a Associação dos Jovens Agricultores do Distrito do Porto afirma que "os jovens agricultores do Entre-Douro e Minho estão indignados com a actuação do Governo" e consideram "inadmissível que os prejuízos causados na cultura da vinha e da batata, entre outras, não sejam contemplados".

Esta posição surge na sequência do "conhecimento da proposta de intenção de declaração de calamidade agrícola de origem climatérica apresentada pelo Gabinete de

Planeamento e Política Agro-Alimentar do Ministério da Agricultura na reunião com os parceiros do Ministério".

"Não queremos acreditar que os responsáveis da Direcção Regional de Agricultura do Entre-Douro e Minho não tenham informado o Ministério da Agricultura da dimensão dos prejuízos nas referidas culturas", afirma o comunicado divulgado no final de uma reunião de urgência das associações de agricultores do EDM.

De acordo com dados dos jovens agricultores, os prejuízos na cultura da vinha ascenderam a oito milhões de contos, considerando uma quebra da produção de vinho verde superior a 40 por cento e que atinge mesmo os 100 por cento em alguma zonas do Alto Minho.

Na cultura da batata, os prejuízos rondam os dois milhões

de contos, designadamente nos concelhos da Maia, Matosinhos, Vila do Conde, Santo Tirso e Ponte de Lima, devido à chuva e às amplitudes térmicas, "favorecendo os ataques de mildio que em dois dias destruíram por completo os batatais".

"Nesta cultura, a situação é dramática, pois os agricultores, para além da perda de todo o investimento, têm ainda de responder perante os clientes, como a indústria, com quem estabeleceram contratos de fornecimento, aos quais estão impossibilitados de dar cumprimento, bem como aos compromissos com os fornecedores dos factores de produção", referem os agricultores, que voltaram a reunir-se terça-feira, respondendo ao apelo das suas associações, para reiterar as suas reivindicações.

INTERNACIONAL

Diferendo germano-italiano com euro em pano de fundo

A acalmia política estival remeteu para segundo plano as controvérsias em torno da viabilidade da moeda única e do cumprimento dos prazos para a sua entrada em vigor. É a paz que antecede a tempestade.

Na Alemanha, onde a campanha eleitoral para as eleições de 1998 já começou, a crise económica está no centro das atenções. E não poupa ninguém, nem sequer os parceiros comunitários. A Itália, com a fragilidade da lira, serve de bombo da festa dos políticos alemães, o que está a deixar o primeiro-ministro italiano à beira de um ataque de nervos.

Romano Prodi está «muito preocupado» com as relações germano-italianas, segundo afirmou em recente entrevista ao diário «Die Welt». Em causa está o facto da eventual entrada (ou não) da lira na moeda única ser cada vez mais utilizada no jogo eleitoral da Alemanha, o que para Prodi constitui «um erro grave e perigoso». Referindo-se às dúvidas expressas na

Alemanha sobre a política de estabilidade económica italiana, Prodi propôs, «para que tais dúvidas não se transformem em preconceitos, que o presidente do Bundesbank, Hans Tietmeyer, venha a ser o responsável do Banco Central europeu». A Itália «apoiará claramente» esta candidatura, assegurou.

Para Prodi, o que poderá comprometer o processo da união europeia é «a confusão», pelo que espera que a Alemanha demonstre uma vez mais «a sua força económica». «A Alemanha, paralisada como está hoje, não me

agrada. Tenho medo de uma Alemanha que tem medo», disse o primeiro-ministro italiano, a quem desagrada o facto de «uma grande parte da opinião pública alemã» pensar que «a criação do euro com a Itália enfraquecerá o marco».

Entretanto, numa entrevista ao semanário «Der Spiegel», o ministro das Finanças alemão, Theo Waigel, afirmou que a reunificação da Alemanha pôs em causa a lendária prosperidade alemã, pelo que o país não se pode dar ao luxo de pagar a parte de leão do orçamento anual

da União Europeia. Theo Waigel, recordando que a Alemanha desembolsa anualmente 20 mil milhões de marcos para a UE, anunciou que Bona se prepara para propor que a sua contribuição anual seja reduzida para 7 mil milhões de marcos. «A Alemanha, depois da reunificação, não pode continuar a ser considerada como um país tão próspero como anteriormente. Nós contribuimos com 0,6 por cento do nosso produto nacional bruto (PNB). O limite devia ser reduzido para 0,4 por cento», afirmou.

Presos aumentam nos EUA

Os Estados Unidos construíram mais de 200 prisões entre 1990 e 1995, para alojar a população prisional que aumentou 43 por cento no mesmo período, revela um recente relatório do departamento de Justiça. Cento e sessenta e oito prisões do Estado e quarenta e cinco prisões federais foram construídas naquele período, enquanto o número de presos passava de 715.649 para 1,02 milhão. A esmagadora maioria dos condenados (910.000) encontrava-se nas prisões do Estado. As prisões privadas conheceram igualmente uma forte expansão: no período indicado foram construídas 43 novas prisões, entre as quais se contam, pela primeira vez, doze estabelecimentos federais.

França retira da República Centro-africana

A partir de meados de Setembro, em Bangui, uma comissão franco-centro-africana composta por militares e diplomatas vai discutir as modalidades da retirada das tropas francesas da República Centro-africana, e em particular de Bouar. A comissão deve garantir que a retirada se processe de forma a «não prejudicar ninguém», afirmou o embaixador da França em Bangui, Jean-Marc Simon.

«Operação 357»

Este é o nome de código dado à série de buscas encetadas a semana passada por uma equipa de mergulhadores para encontrar a arma que matou o antigo primeiro-ministro sueco, Olof Palme. As buscas efectuam-se no lago Klara e a iniciativa, em que a polícia não participa, é financiada por duas sociedades norueguesas.

Combates em Cabul

No domingo, a 25Km a norte de Cabul, registaram-se violentos combates entre as forças dos talibans e da oposição. Segundo uma fonte «independente» citada pela AFP, «durante a noite a oposição ganhou terreno», mas

Solidariedade com Cuba

O PCP enviou ao Comité Central do Partido Comunista de Cuba uma saudação por ocasião do 44º aniversário do assalto ao quartel de Moncada assinalado em 26 de Julho e que junto publicamos. Nas comemorações realizadas na província oriental cubana de Las Tunas participou Francisco Lopes, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central, que também assistiu, em Havana, à abertura do XIV Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes.

Num momento em que se intensificam as pressões para o reforço do criminoso bloqueio dos EUA, e em que prosseguem as provocações do impe-

rialismo contra Cuba, designadamente o rebentamento de petardos e a confirmação de novas operações de guerra bacteriológica, as comemorações do 26 de Julho contaram com a entusiástica participação de mais e 100 mil pessoas e foram marcadas por uma profunda identificação dos participantes com as orientações do Partido Comunista de Cuba.

Nas comemorações foi dado conhecimento dos êxitos da província de Las Tunas e do conjunto do país, que com uma enorme determinação e criatividade enfrentam o bloqueio, se empenham na resolução dos problemas sociais que este provoca e dão passos significativos na recuperação económica.

A intervenção de Raul Castro na cerimónia presidida por Fidel Castro, fazendo uma análise da história da colonização e do domínio imperialista, do processo da revolução cubana desde o século XIX, denunciando as agressões imperialistas e fazendo um forte apelo à defesa das conquistas do socialismo e da soberania da pátria cubana e à participação nas próximas tarefas, com destaque para o V Congresso do Partido Comunista de Cuba, foi seguida com uma enorme atenção e teve um grande apoio por parte da população presente.

Durante a sua estadia em Cuba, Francisco Lopes, no quadro das tradicionais relação-

es de amizade e solidariedade entre o PCP e o PC de Cuba, manteve conversações com responsáveis do Partido Comunista de Cuba, designadamente

com Ramon Balaguer, membro do Bureau Político, e Alberto Rodriguez Arufe, membro do CC e do Departamento Internacional.

Saudação

O Comité Central do Partido Comunista Português saúda calorosamente os comunistas e o povo cubano, por ocasião do 44º aniversário do Assalto ao Quartel de Moncada e expressa-lhes a sua fraternal solidariedade.

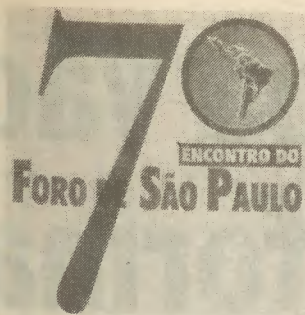
A corajosa acção revolucionária que foi o assalto a Moncada constitui, apesar de derrotada, um marco inegável no processo revolucionário cubano, projectando-se até aos dias de hoje como uma expressão da vontade indomável do povo cubano lutar pela sua libertação face ao imperialismo norte-americano, pela defesa da soberania e da independência nacionais e pelo progresso social. As comemorações deste 26 de Julho, marcadas pelo regresso a Cuba dos restos mortais de Che Guevara, revolucionário que marca a nossa época, pela realização do Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes e pelos trabalhos preparatórios do V Congresso do vosso partido, assumem, sem dúvida particular significado. A jornada do 26 de Julho testemunhará a determinação e o enorme esforço criativo e colectivo do povo cubano face ao bloqueio económico dos EUA e sua vontade de prosseguir na defesa das principais conquistas da revolução. Cuba socialista permanece um estímulo à luta dos povos da América Latina e de todo o mundo.

Os valores e os ideais da liberdade, da democracia e do socialismo não morreram. Provam-no as numerosas e importantes lutas dos trabalhadores e dos povos que, apesar dos grandes obstáculos e dificuldades, se desenvolvem em todos os continentes contra a brutal ofensiva do grande capital e a «nova ordem» imperialista. Esta situação exige a cooperação dos partidos comunistas e outras forças de esquerda e anti-imperialistas. O nosso partido, aprofundando a sua ligação à classe operária e ao povo português, tem como tarefa primordial a luta em defesa das conquistas sociais, contra as privatizações e em defesa do regime democrático, com o objectivo de construir uma alternativa de esquerda à actual política de direita do governo do PS. Simultaneamente está empenhado no aprofundamento e desenvolvimento do processo de aproximação, convergência e acção comum das forças de esquerda e progressistas da Europa que recusam a marcha forçada para a moeda única, lutam contra o desemprego e o desmantelamento de conquistas históricas dos trabalhadores, se opõem ao alargamento da NATO e exigem a sua dissolução. Foi este o sentido da realização, em Maio último, do Comício Internacional de Lisboa promovido pelo PCP.

Formulando votos de êxito ao Partido Comunista de Cuba na realização das complexas e exaltantes tarefas que tem pela frente, o PCP reafirma a sua solidariedade e a sua vontade de continuar a agir para o reforço das tradicionais relações de amizade e cooperação há muito existentes entre os nossos dois partidos.



Quarenta e quatro anos depois do assalto ao quartel de Moncada, Cuba continua a resistir e a lutar pelo direito a decidir do seu próprio destino



7º Encontro do Fórum de S. Paulo Por uma alternativa popular e progressista ao neoliberalismo

Realizou-se nos dias 31 de Julho e 1, 2 e 3 de Agosto o 7º Encontro do Fórum de S. Paulo na Cidade brasileira de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul. O Fórum, que teve início em 1990 em S. Paulo, reúne anualmente e envolve forças políticas de esquerda da América Latina e Caraíbas, bem como, na qualidade de convidados, forças políticas de outros continentes, constituindo um amplo espaço de discussão e convergência, uma grande oportunidade de contactos e relacionamento bilateral.

O 7º Encontro, que se realizou sob o lema «Construindo uma alternativa popular e democrática ao neoliberalismo», teve uma ampla representatividade. Reuniu 158 delegados em representação de 58 partidos de 20 países da América Latina e Caraíbas e teve ainda a participação de mais de 36 organizações da América, Europa e Ásia, num total de cerca de 500 participantes. O PCP esteve representado no Fórum por Francisco Lopes, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP, e enviou uma saudação.

Precedendo o Fórum realizaram-se Seminários sobre vários

temas centrados na realidade da região, entre os quais se destacam: a questão indígena; a cultura; o cristianismo; os empresários; a migração; as mulheres; a municipalidade e a acção parlamentar.

Paralelamente ao Fórum decorreram outras actividades. Um acto público num auditório da cidade em que intervieram Raul Pont, do Partido dos Trabalhadores (PT), Prefeito de Porto Alegre, Ramon Balaguer, do Bureau Político do PC de Cuba, e Lula da Silva, presidente de honra do PT; várias iniciativas de solidariedade com os Sem Terra (de que se destacam uma marcha pelas ruas da cidade e

uma sessão em que foi dada particular saliência à solidariedade com o dirigente do M.S.T. José Rainha, condenado a uma pena de 26 anos de prisão por um crime que não cometeu); uma homenagem às vítimas da repressão na América Latina; uma exposição e uma sessão de solidariedade com a luta do povo de Timor Leste. Foi ainda realizada uma sessão do Fórum dedicada à homenagem a Ernest Che Guevara.

A acção do imperialismo

O Fórum realizou-se numa situação em que a América Latina e o Caribe sofrem as consequências funestas da acção do imperialismo, das políticas neoliberais. O garrote da dívida externa, uma onda de privatizações, a elevadíssima concentração da propriedade da terra, profundas desigualdades sociais, desemprego, miséria, insegurança, limitações à democracia e alterações antidemocráticas dos

sistemas eleitorais, repressão, assassinatos - tudo isto marca hoje esta região do mundo. Mas paralelamente desenvolve-se um largo movimento de contestação por parte dos trabalhadores e de amplos sectores da população, com greves gerais, manifestações, acções de luta armada e, no plano eleitoral, sucedem-se as expressões de profunda condenação das políticas neoliberais e exigência de significativas mudanças políticas. Particular significado tem a resistência de Cuba socialista ao bloqueio e às provocações do imperialismo norte-americano.

Face a esta situação o Fórum, reflectindo a participação de uma grande diversidade de forças, com convergências e divergências, deu um importante contributo para a denúncia da situação, o combate às políticas dominantes e a exigência de uma profunda viragem política.

Do 7º Encontro do Fórum de S. Paulo, além das conclusões dos Seminários que o precederam, das moções e resoluções específicas de que destacam a conclusão de condenação do bloqueio e a solidariedade com Cuba e a solidariedade com Timor Leste, resultou uma Declaração que condena o neoliberalismo e aponta a necessidade de uma alternativa.

O socialismo é a alternativa

A Declaração denunciou os propósitos dos centros financeiros mundiais e do governo dos Estados Unidos, de fortalecer e aprofundar as suas alianças políticas e económicas com os grupos do poder oligárquico latino-americano a fim de questionar a viabilidade da soberania dos países e o seu direito a determinar sem intervencionismo o curso que tomarão os respectivos processos de desenvolvimento.

A Declaração sublinha o ascenso das lutas populares, democráticas e sociais em quase todos os países, o fortalecimento do movimento popular nas suas diversificadas e criativas

expressões, os avanços eleitorais importantes de forças de esquerda em alguns países e o crescimento do apoio popular às alternativas progressistas, que propõem as forças componentes do Fórum de S. Paulo.

A Declaração termina evocando o 30º aniversário da morte de Che Guevara, reafirmando o compromisso de solidariedade e luta junto aos trabalhadores e aos movimentos sociais do continente, com a defesa da causa do povo cubano.

Por deliberação do plenário de encerramento foram acrescentados vários pontos, particularmente sobre a necessidade de vincar o socialismo como alternativa ao neoliberalismo, que o Grupo de Trabalho do Fórum ficou de incorporar na redacção final da Declaração.

O 7º Encontro do Fórum de S. Paulo decidiu ainda a realização de um Seminário para aprofundar a discussão sobre aspectos políticos e sobre questões de funcionamento do Fórum e marcou o próximo encontro - 8º Encontro do Fórum de S. Paulo - para 1998, no México.

Durante a sua estadia no Brasil, além da participação no Fórum e contactos bilaterais aí realizados, o representante do PCP manteve conversações com a direcção do Partido Comunista do Brasil e o seu presidente João Amazonas, e com a direcção do Partido Comunista Brasileiro e a sua presidente Zuleida Faria e teve contacto com dirigentes do PT e do Movimento dos Sem Terra.

Francisco Lopes participou também em Porto Alegre numa iniciativa promovida pela juventude do Partido Comunista do Brasil, do Partido Comunista Brasileiro e Partido dos Trabalhadores e, no Rio de Janeiro, em dois debates promovidos pelo Partido Comunista do Brasil e Partido Comunista Brasileiro, um na Universidade Estadual e outro no Sindicato dos Engenheiros. Efectuou ainda reuniões e contactos com a organização do PCP na Emigração e com a Comunidade Portuguesa em S. Paulo, Porto Alegre e Rio de Janeiro.

Diálogo sim

A maioria dos israelitas é a favor do restabelecimento do diálogo com a Autoridade Palestiniana, revelou no fim-de-semana uma sondagem publicada pelo diário «Yedioth Ahronoth». Segundo o jornal, 66 por cento dos inquiridos defende o recomeço do processo de paz, suspenso por Benjamin Netanyahu após o duplo atentado de Jerusalém. Apenas 32 por cento dos inquiridos partilha das posições do primeiro-ministro israelita. Uma posição diferente é a que respeita ao bloqueio total imposto por Israel à Cisjordânia e à Faixa de Gaza: 71 por cento dos inquiridos apoia a medida, que na prática afecta um milhão e meio de palestinianos, impossibilitados desta forma de ganhar o seu sustento.

acabou por ser repelida pelos talibans, que avançaram «ao longo da estrada principal antes de se retirarem».

Mineiros da Ucrânia em greve

Duas dezenas de mineiros da região de Lviv, na Ucrânia Ocidental, entraram sábado em greve de fome no fundo de uma mina de carvão, reclamando o pagamento dos seus salários em atraso, anunciou a agência Interfax-Ucrânia. Já em Junho último, 17 outros mineiros da mesma região receberam uma parte dos salários em atraso após uma greve de fome de 10 dias, que deixou quatro deles muito debilitados. Os sindicatos dos mineiros apelaram para uma greve geral no início de Outubro, em protesto contra as perigosas condições de trabalho e os atrasos no pagamento de salários, que já somam 935 milhões de dólares. Em 1996, 338 mineiros morreram nas minas da Ucrânia, que empregam cerca de 600 mil mineiros.

Confrontos na Roménia

Quatro polícias foram feridos nos confrontos registados no final da semana passada em Ploiesti (60 quilómetros a norte de Bucareste) entre as forças da ordem e cerca de cinco mil trabalhadores de uma refinaria, segundo a agência romena Rompres. Os manifestantes protestavam contra o encerramento das refinarias Petrotel e Vega, anunciada pelo governo romeno. Também na cidade de Valea Calugareasca (70 quilómetros a norte de Bucareste) o tráfego ferroviário, que liga a capital ao norte e leste do país, esteve paralisado na sexta-feira por 1.500 operários. Entretanto, cerca de 20 mil empregados manifestaram-se em várias cidades da Roménia, incluindo Ploiesti e Braila (Leste) e Bacau (nordeste) contra a decisão governamental de encerrar, a partir da próxima segunda-feira, dia 18 as maiores empresas estatais deficitárias. A decisão do executivo romeno, tomada sob forte pressão do Fundo Monetário Internacional, vai lançar cerca de 30 mil pessoas no desemprego.

EUA

Motoristas em greve



A greve na UPS - que distribui diariamente 12 milhões de encomendas - já provocou confrontos com a polícia e pode levar à intervenção do presidente americano, Bill Clinton, que, de acordo com a legislação dos EUA, pode pôr fim à greve se considerar que está em causa a economia americana

Mais de metade dos trabalhadores da United Parcel Services está em greve há mais de uma semana em luta por aumentos de salários e criação de novos empregos a tempo inteiro.

As negociações entre os representantes da direcção da United Parcel Services (UPS), o «patrão» americano das entregas rápidas, e os do sindicato dos motoristas em greve, os «teamsters», foram rompidas no sábado, em Washington, sem que as partes tivessem chegado a acordo. Não foi fixada qualquer data para novas negociações.

A greve, que dura há mais de uma semana, paralisou 185.000 motoristas e encarregados de manutenção representados pelos «teamsters» - num total de 300.000 empregados da sociedade -,

em luta por aumentos de salários, segurança no emprego e reformas. Os «teamsters» exigem nomeadamente a criação de novos empregos a tempo inteiro, enquanto 57 por cento dos empregados do grupo UPS trabalham a tempo parcial.

Desde o início da greve, a UPS - que detém 80 por cento do mercado norte-americano - apenas consegue assegurar 10 por cento das suas actividades.

A intransigência da direcção da UPS levou o presidente dos «teamsters», Ron Carey, a afirmar que as negociações «não tinham sentido», e que «está na hora de nos prepararmos para uma longa greve». Também o mediador representante do governo federal, John Calhoun, reconheceu que as negociações eram «muito, muito difíceis».

Camponeses brasileiros vão para pregar a reforma

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil (MST) pretende avançar sobre os grandes centros urbanos, para ganhar as massas das cidades para a luta pela reforma agrária

no país. A afirmação é de José Rainha Júnior, dirigente nacional do MST, organização de camponeses que luta pela mudança da estrutura fundiária brasileira e que é actualmente o mais importante acontecimento político e social do Brasil.

Segundo Rainha, a reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1998, será impedida nas ruas, por meio de um amplo movimento popular contra o modelo neoliberal adoptado pelo actual governo brasileiro, que exclui milhões de pessoas – o Brasil tem 40 milhões de pessoas que passam fome.

O dirigente do MST foi condenado dia 10 de Junho a 26,5 anos de prisão, acusado de participar no assassinato de um fazendeiro e de um policial militar durante um conflito pela terra ocorrido no município de Pedro Canário, Estado do Espírito Santo, no Sul do Brasil. Detalhe: no dia dos factos, ele estava a mais de 2000 Km de distância do local. «Foi um julgamento político», disse o dirigente do MST numa entrevista ao jornal Vorwärts, órgão do Partido do Trabalho Suíço. É essa entrevista, que gentilmente nos foi cedida, que hoje publicamos, numa manifestação de solidariedade com o Movimento dos Sem Terra.

O que é o Movimento dos Sem Terra (MST) do Brasil?

José Rainha – O MST é uma organização de camponeses pobres, sem terra, que nós identificamos como os assalariados, os bóia-frias, os trabalhadores arrendatários. Somando tudo, temos hoje dados que chegam a 4,5 milhões de famílias sem terra no Brasil. O MST nasceu há mais de 20 anos com o objectivo de organizar os trabalhadores para que voltassem à terra, pleiteando a bandeira da reforma agrária ou, melhor dito, a democratização da terra no país, com o objectivo de dar terra a esses trabalhadores, a fim de resolver o problema deles, que é o desemprego, diminuindo, amenizando, o êxodo rural. O MST busca resolver primeiro o problema do desemprego e da habitação, que é dar uma casa para o cidadão morar, condições para a criança estudar e, principalmente, dar comida a essas pessoas que passam fome. A maior parte dos sem terra são os milhares de trabalhadores que vivem sem condições nenhuma. Então o MST é isso: uma estrutura de camponeses autónoma de qualquer partido político ou de segmento religioso. Procuramos, dentro da nossa filosofia, defender a reforma agrária como forma de resolver as principais causas sociais do Brasil.

Como analisa a situação do campo brasileiro em que se dá a luta do MST?

J. R. – A situação é difícil. Nós temos a concentração de 182 milhões de hectares de terra improdutivo, temos 500 anos de poderio do latifúndio arrogante, do tempo do Brasil colónia, de mentalidade feudal – que nós chamamos no Brasil de *coronéis da terra*. Esses *coronéis da terra* são os mesmos que estão na política, em aliança com o governo que está aí identificado com António Carlos Magalhães, Marco Maciel (respectivamente, presidente do Senado e vice-presidente da República, ambos crias da ditadura militar brasileira da qual foram estreitos colaboradores) e outros latifundiários. O latifúndio brasileiro é violento por natureza e tem duas formas de repressão: uma é assassinar selectivamente, como no caso de Margarida Alves, de Chico Mendes, de Padre Josina (militantes da reforma agrária assassinados em diferentes regiões do Brasil); a outra forma é o Poder Judiciário, que prende arbitrariamente os trabalhadores e faz condenações como essa última recente de Pedro Canário. São formas de tentar inibir, impedir a luta por melhoria de vida dos trabalhadores. Então, o latifúndio é muito articulado com o Poder Judiciário, está acima da lei. Os juízes do interior são os fazendeiros.

Julgamento político condena dirigente José Rainha a 26 anos de prisão

Neste contexto, como você define o julgamento em Pedro Canário, no Estado de Espírito Santo, no sul do Brasil, que resultou na sua condenação a 26,5 anos de prisão?

J. R. – Foi um julgamento absurdo, uma condenação política. A primeira condenação numa democracia. Isso é uma humilhação para o Brasil, que se veste de democracia, e deve envergonhar no exterior, quando se vê que o único crime que eu cometi ou que o MST cometeu foi lutar pela terra, foi buscar emprego para os

trabalhadores e comida para resolver o problema da fome. A acusação de crime é um absurdo. Fazia um ano que estava fora daquele Estado e o conflito que aconteceu em 1989 nada tem a ver com o MST e muito menos com a liderança do Movimento. São conflitos que acontecem periodicamente no Brasil, em que milhares de camponeses são mortos como nos Estados do Pará, Acre e Rondônia. Agora, é lógico: como sou capixaba (nascido no Espírito Santo) e liderança naquele Estado, tinham que arrumar alguém para condenar. Então, foi uma armação política para condenar a liderança do MST, para dizer que o MST é violento e que quem ousa enfrentar o latifúndio tem que pegar cadeia. É uma aliança muito bem feita do Poder Judiciário com o latifundiário. Essa foi a condenação que sofri.

Você provou no processo de julgamento que estava a mais de 2000 Km de distância de Pedro Canário no dia dos factos julgados e assim mesmo foi condenado?

J. R. – Fazia um ano que eu tinha saído do Estado do Espírito Santo e não havia prova nenhuma contra mim, a acusação não tinha nenhuma testemunha, não tinha nada. Por isso, a acusação foi política. A composição do corpo de jurados do Espírito Santo é terrível, o júri que me condenou era composto por fazendeiros e gente reaccionária ligada à UDR (União Democrática Ruralista, organização ultraconservadora dos latifundiários brasileiros). Temos dito que, com aquele júri, nem Jesus Cristo faria milagre.

Haverá um novo julgamento do seu caso em Pedro Canário, dia 16 de Setembro. Como acha que pode reverter sua condenação?



J. R. – Estamos tentando desaforamento, deslocando o júri de Pedro Canário para Florianópolis (capital do Estado de Espírito Santo). Mas isso é um pouco difícil. A Justiça não está muito interessada na transferência do julgamento daquele município. Nós estamos acreditando na mobilização popular no Brasil, no apoio internacional das entidades de direitos humanos em solidariedade ao MST nessa causa. Esta é a forma de revertermos a condenação, para que o exterior também possa saber o que está acontecendo e tenha uma posição de repúdio contra as injustiças que estão cometendo contra os trabalhadores que lutam pelos direitos humanos no Brasil.

Foi nesse contexto adverso para os camponeses no Brasil que a sua esposa Diolinda Alves de Souza também foi presa?

J. R. – Sim. Diolinda foi presa de forma absurda na região Pontal do Paranapanema, numa acusação de formação de quadrilha, imagine! Isso não existe. Ela estava presa dentro de casa, sequer estava em ocupação de terra. Naquele momento era preciso tentar inibir o avanço do Movimento com as prisões. É uma articulação muito forte do latifúndio brasileiro, que tem uma mentalidade neofascista.

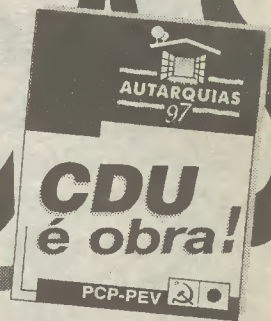
Você também não acha que uma incongruência o facto de Diolinda ter sido presa na Penitenciária do Carandiru em São Paulo, que é o maior complexo presidiário da América Latina, e alguns meses depois receber o título de Cidadã Paulistana outorgado pela Câmara Municipal?

J. R. – O título de Cidadã Paulistana a Diolinda foi o reconhecimento da sociedade. Enquanto



Manifestação durante o julgamento de José Rainha em Pedro Canário

AUTÁRQUICAS 97



O projecto é claro, a obra está à vista. Ao longo de duas décadas, a CDU realizou um imenso trabalho de construção de infra-estruturas e equipamentos, de promoção da cultura e desporto, de incentivo às actividades económicas, tendo em vista o desenvolvimento integrado e sustentado de todo o Litoral Alentejano.

É por isso que a Coligação encara com confiança as próximas eleições autárquicas e está convicta de que é possível reforçar as posições que actualmente detém nos órgãos de Poder Local. Com o trabalho de elaboração de lista já adiantado – refira-se que os cabeças de lista às cinco câmaras e assembleias municipais já foram apresentados publicamente – a CDU coloca como objectivos alcançar a maioria absoluta nos concelhos de Alcácer do Sal e Odemira e aumentar o número de presidências de junta de freguesia.

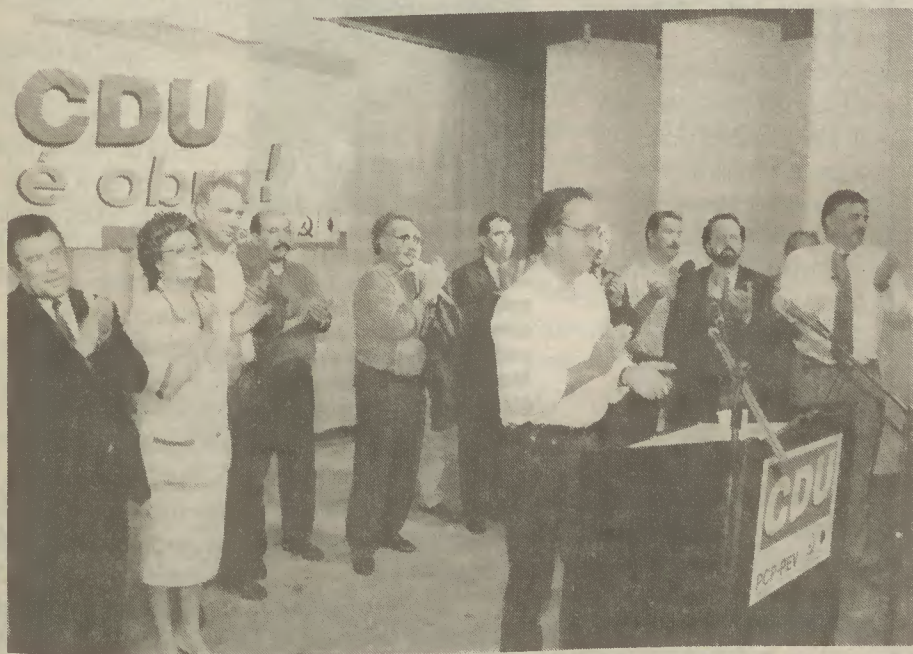
O Alentejo Litoral foi referenciado como a «jóia da coroa». Seja ou não, o mais importante é que está preservado e com instrumentos de planeamento eficazes que

quaisquer passos de mágica, mas resultado do trabalho autárquico das Câmaras lideradas pela CDU que não se renderam aos interesses especulativos que investiram noutras zonas do País, desde

Litoral Alentejano

A jóia da coroa do Poder Local

Com uma faixa de 13 km de costa, onde as condições naturais e locais para recreio e lazer, designadamente as suas praias, são incomparáveis. Com a Reserva Natural do Estuário do Sado e o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, com as Lagoas de St.^o André e Melides, com os rios Sado e Mira e



Apresentação dos cabeças de lista da CDU às câmaras e assembleias municipais dos cinco concelhos do Litoral Alentejano, com a presença do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas



permitted encarar o desenvolvimento futuro com optimismo, em articulação com a preservação do ambiente e a melhoria da qualidade de vida das populações. E isto deve-se ao trabalho desenvolvido pelo Poder Local Demorático nos últimos 20 anos. 20 anos em que os cinco municípios que integram a sub-região alentejana são governados pela CDU.

A costa alentejana, que se estende de Tróia até Odeceixe ao longo de cinco municípios, é hoje considerada como a única parte do litoral português ainda preservada. A realidade presente não é fruto de

o Norte ao Sul do País. Este aspecto é reconhecido por todos, mesmo por aqueles que não poupam ataques às autarquias CDU e aos seus eleitos.

Com uma área de 5264 km² e uma população de pouco mais de 100 000 habitantes, com uma localização geográfica estratégica, o Litoral Alentejano reúne potencialidades e riquezas capazes de dinamizar um desenvolvimento económico que, conjugado com a preservação e condições naturais, proporcionar bem estar para os trabalhadores, fixar a sua população, nomeadamente os jovens e criar emprego e qualidade de vida aos que aqui residem.

as Barragens de St.^a Clara, Campilhas, Morgável, Trigo de Morais e Pego do Altar e vastas manchas florestais de Pinheiros e Sobreiros estão garantidas condições ambientais excelentes e de elevados níveis de qualidade de vida. Os Municípios de Alcácer do Sal, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém e Sines empreenderam uma política que permitisse o aproveitamento do potencial turístico da costa, em articulação com a preservação do meio ambiente e do património, na procura da melhoria das condições de vida das populações. O turismo é, certamente,

uma das principais vertentes do desenvolvimento dos cinco concelhos e que as Câmaras da CDU defendem há muitos anos, pautando a sua actuação pela necessidade de preservar o imenso património ambiental. Não necessitando para isso de quaisquer pacotes legislativos da administração central, meros instrumentos proibitivos e desprovidos de um modelo de desenvolvimento e de contrapartidas para as populações residentes. O desenvolvimento do Alentejo Litoral tende a ser

confundido com os projectos para a costa, cujo potencial é importante mas não exclusivo. As autarquias CDU sempre defenderam a articulação do litoral com a riqueza do interior para que o desenvolvimento possa ser integrado e sustentado. Os Municípios CDU realizaram, ao longo de 20 anos, um imenso trabalho de construção de infra-estruturas básicas, desde o saneamento ao abastecimento de água, com taxas de cobertura que são uma referência no contexto nacional. A preocupação e os

objectivos da política seguida foram a melhoria da qualidade de vida das populações, proporcionando as condições para o desenvolvimento. Para isso, foram apoiados projectos para o Litoral e criados mecanismos para a fixação de pequenas empresas, em várias zonas de indústria ligeira. Os cinco Municípios integrados na Associação de Municípios do Litoral Alentejano têm procurado prosseguir uma política articulada e coerente que permita equacionar os problemas do conjunto desta sub-região.

Alcácer do Sal

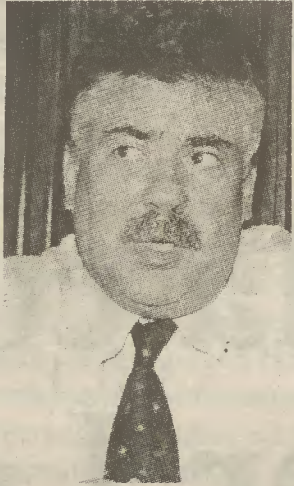
Acção decisiva

A intervenção dos comunistas nos órgãos de Poder Local tem sido determinante para a melhoria da qualidade de vida no concelho.

As profundas alterações do tecido social, reflexo da política de direita, nomeadamente quanto ao emprego, ao trabalho com direito e qualidade de vida das populações, a par do balanço crítico de trabalho do Partido no Concelho, preparação para novas lutas, novos processos eleitorais, foram prioridades estabelecidas pela IV Assembleia da Organização Concelhia de Alcácer do Sal do PCP.

O reforço da Organização e intervenção do Partido, na luta pelo cumprimento das expectativas criadas na população do Concelho, face à mudança de Governo, por uma real e efectiva mudança de política, foi um objectivo assumido como prioritário. A política de restauração capitalista e latifundiária, bem como a destruição do tecido industrial e da agricultura levou à perda de importantes conquistas revolucionárias do 25 de Abril, como o direito ao trabalho.

A destruição da Reforma Agrária e a reconstituição do latifúndio, acompanhada pela submissão dos Governos à Política Agrícola Comum (PAC) levou ao desemprego de milhares de trabalhadores e à ruína de dezenas de



Rogério de Brito, 51 anos, quer prosseguir o bom trabalho realizado neste mandato. Na Assembleia Municipal, Rui Oliveira volta a encabeçar a lista da CDU

rendeiros. O desemprego de milhares de trabalhadores e à ruína de dezenas de rendeiros. O desemprego cresce assustadoramente no Concelho, atingido, segundo as estatísticas dos Organismos Oficiais, 5% da população activa. O PCP tem reafirmado permanentemente os seus princípios de classe e entende que a luta e acções organizadas dos trabalhadores, dos pequenos e médios empresários, dos jovens, dos reformados, é essencial para uma mudança de política que dê resposta aos problemas estruturais da Região Alentejana e

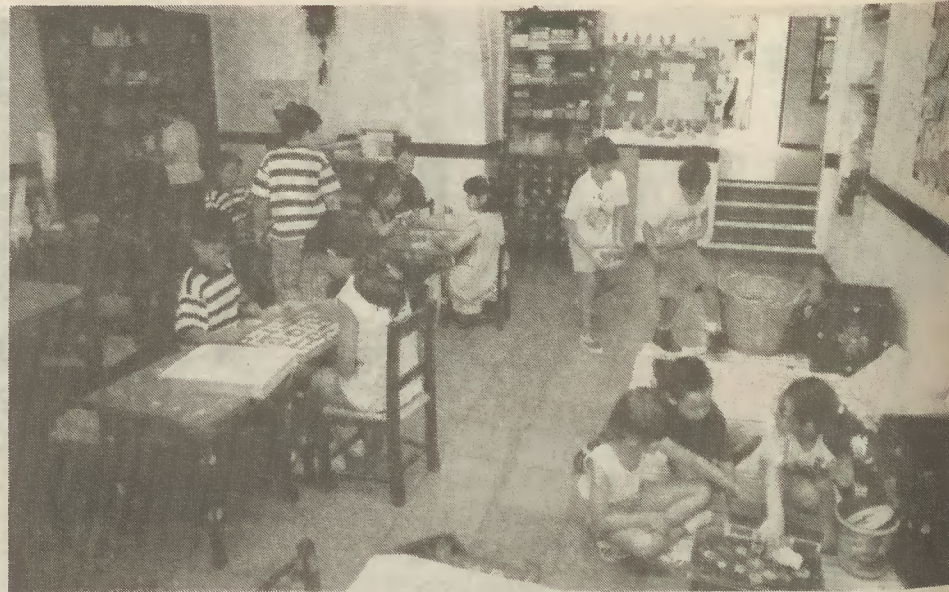
particularmente do Concelho de Alcácer do Sal – por uma política de esquerda.

A acção dos Comunistas nos Órgãos do Poder Local eleitos pela CDU – caldeada por múltiplas e multifacetadas experiências foi, é e será decisiva para um futuro de mais qualidade na vida das populações do Concelho, seja nos maiores centros urbanos como a Cidade de Alcácer do Sal, vila do Torrão ou Comporta, como nas mais pequenas e recônditas aldeias do Concelho.

Para além do que os eleitos o PCP e a CDU projectam como objectivos e disso transformam em compromissos eleitorais, é necessário a reafirmação e concretização do marcar a diferença entre nós e os outros. A participação popular! A ligação permanente às populações, a informação regular da obra que realizamos, é um caminho a encetar e concretizar, vencendo rotinas, de interesse e subvalorização que caracteriza alguns eleitos.

O prestar contas apresentado à população do Concelho retrata bem o esforço da Autarquia em encontrar soluções para os problemas existentes.

A CDU está ao serviço da população do Concelho de Alcácer do Sal. CDU é Obra! Que se vê!



Educação, cultura, desporto e ocupação de tempos livres são preocupações constantes da Câmara e representam mais de 30 por cento do orçamento municipal

Grândola

Uma boa aposta

Grandola é hoje um concelho diferente, após 20 anos de gestão da CDU, com os seus eleitos a trabalhar com honestidade e competência, realizando um trabalho de equipa, voltado para a resolução dos problemas da população. É por isso que é diferente e uma boa aposta.

Ao longo de 20 anos de gestão CDU criaram as condições para a melhoria da qualidade de vida das populações e para a atracção de investidores, por forma a conseguir um desenvolvimento harmonioso e sustentado.

As redes de saneamento básico, recolha e tratamento, de abastecimento público de água, de recolha de lixo e electricidade abrangem a quase totalidade da população, ao mesmo tempo que se avançou na melhoria das áreas urbanas, com a criação de espaços verdes, dotados de equipamentos lúdicos.

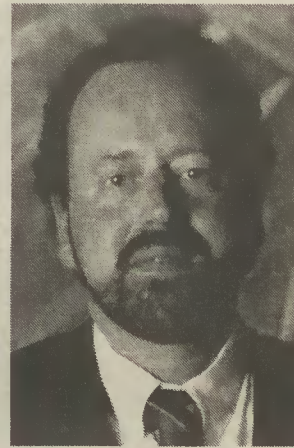
Nos últimos quatro anos, foi feito um esforço para dotar o concelho de instrumentos de planeamento que permitam equacionar o desenvolvimento futuro com segurança e qualidade. O Plano Director Municipal foi ratificado e foram aprovados e estão em elaboração diversos planos de urbanização e de pormenor, documentos que abrangem quase todos os aglomerados concelhios.

A CDU em Grândola tem aprofundado o diálogo com os diferentes agentes económicos, procurando atrair investidores, criando-lhe,

para isso, condições, nomeadamente com a construção da Zona de Indústria Ligeira de Grândola. Neste sentido, o primeiro passo foi a criação do Gabinete de Apoio ao Empresário, estrutura que está a dinamizar uma candidatura ao programa PROCOM para revitalização da zona de comércio tradicional. Educação, cultura, desporto e ocupação de tempos livres são preocupações constantes mais do que meras palavras, representando no global cerca de 30% do orçamento municipal. A rede de equipamentos desportivos abrange todo o concelho, destacando-se a biblioteca municipal, o parque desportivo, a piscina coberta e o pavilhão gimnodesportivo, actualmente em construção.

Em Grândola, a CDU tem estado ao lado dos trabalhadores, tendo lutado na primeira linha para a viabilização da Torralta, um dos maiores empregadores do concelho, ao mesmo tempo que tem criado as condições para o melhor funcionamento dos seus serviços.

A CDU trabalhou sempre na defesa do meio ambiente, sem fundamentalismos, antes articulando esse objectivo com o desenvolvimento do concelho de Grândola, porque em primeiro lugar está a população e a sua qualidade de vida.



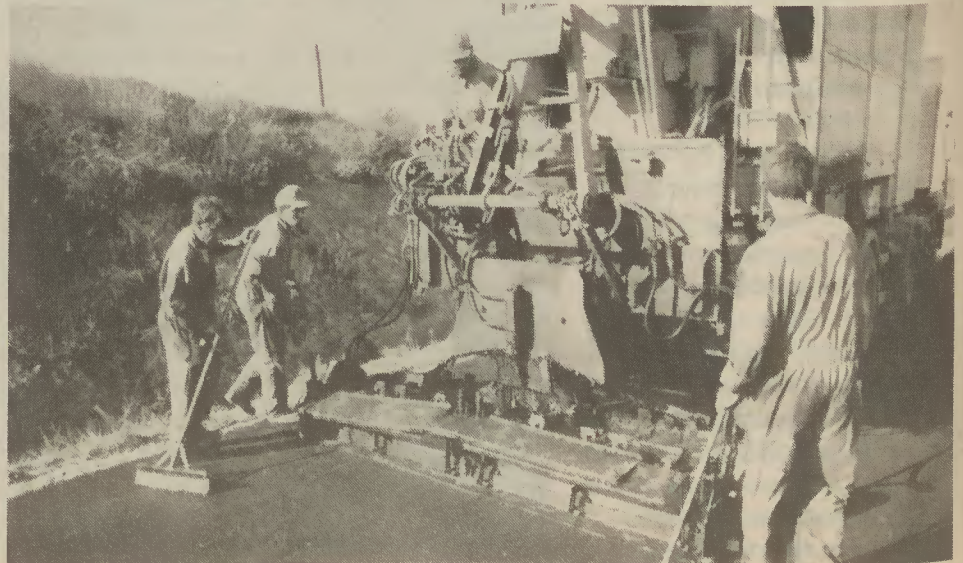
Fernando Travassos, actual presidente da Câmara, é o candidato da CDU às próximas eleições. A lista à Assembleia Municipal é encabeçada por António Figueira Mendes, que preside a este órgão no mandato que agora termina



Habitação social – uma obra da Câmara



A recuperação do Castelo de Alcácer e um bom exemplo de como se pode dar novas utilizações ao património edificado



A autarquia não descarta o ambiente e fez grandes esforços para melhorar a rede viária

Odemira

Uma obra notável

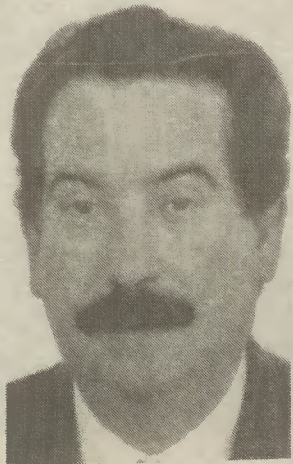
Em vinte anos de gestão CDU, o concelho sofreu grandes transformações que trouxeram bem-estar ao povo de Odemira.

O concelho de Odemira é o maior da Europa com uma área de 1721 km² e cerca de 30 000 habitantes.

Tem praias e recantos paisagísticos únicos, onde o Homem e a Natureza ainda vivem em equilíbrio, mantêm tradições, costumes e saberes vindos do fundo dos tempos que lhe talham o rasto e lhe dão a característica da voz. No maior Concelho do País, quem se lembra que há 20 anos só existiam 14 povoações com electricidade, 4 povoações com saneamento básico incompleto, 44 quilómetros de estradas asfaltadas e a Câmara tinha 42

trabalhadores, entre administrativos, auxiliares, pessoal de limpeza, cemitérios, jardins, motoristas; tinham uma camioneta velha e uma mula!?

Nestes vinte anos de Poder Local Democrático, os executivos da CDU, com o seu trabalho, a sua convicção, a sua honestidade e competência, por vezes esquecendo a família, sem olhar a horas, dias, sábados e domingos, e sem o descanso e férias a que têm direito, com uma vontade inabalável e unindo todos os esforços, construíram uma Obra Notável. Fizaram-se quase 300 electrificações, 13 sedes de Freguesia, passaram a ter saneamento básico, com redes de água e esgotos, estações de tratamento de água e esgotos. Mas além das sedes das Freguesias, muitas outras povoações estão servidas pelas mesmas infra-estruturas.



Cláudio Percheiro, 47 anos, actual presidente da edilidade de Odemira, recandidata-se para mais um mandato. Sérgio Brigido Martins é o cabeça de lista à presidência da Assembleia Municipal

9º ano e 50% da fase escolar do 10º ao 12º, e aqueles mais isolados beneficiam de alojamento em agregado familiar ou lar de estudantes, sendo também atribuídas bolsas de estudo para facilitar o acesso ao ensino universitário.

O apoio concedido para construção ou recuperação de edifícios com fins sociais é imenso; sedes de Clubes e Colectividades, Igrejas, Lares de 3ª Idade, habitação social e habitação para deficientes. É inegável que graças aos homens, mulheres e jovens que ao longo destes 20 anos de Poder Local se têm dedicado de alma e coração à causa política, sem oportunismos e com ética e muita confiança no futuro, se tem desenvolvido uma actividade com vista ao bem-estar e qualidade de vida do povo do Concelho de Odemira.

O Poder Local é a mais bela conquista de Abril que ainda resiste da Revolução dos Cravos. Alguns pretendem asfixiá-la, atribuindo novas responsabilidades e competências sem a correspondente transferência dos meios financeiros. A CDU saberá assumir novas competências, mas não aceitará ser sobrecarregada, sem reforço de meios financeiros. Com confiança encaramos o futuro. Com a CDU.

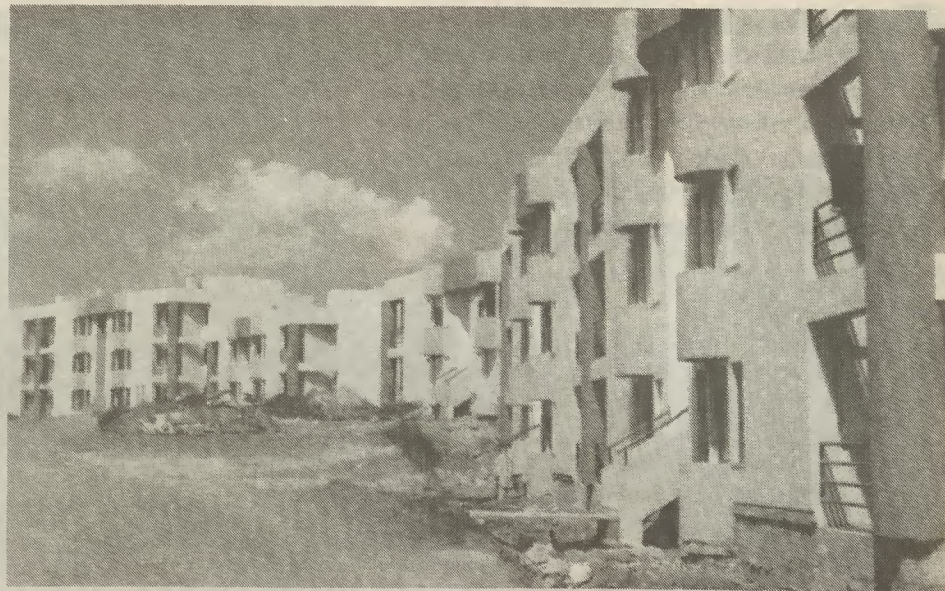
E quantas centenas de quilómetros existem hoje de estradas asfaltadas, pontes e pontões, em que Juntas de Freguesia e a Câmara, em perfeita colaboração, têm executado, contribuindo assim para aproximar os Municípios dos centros de decisão e dos serviços públicos?

Quantos Centros Culturais, Campos Desportivos, Polidesportivos, têm sido construídos?

Hoje trabalham só na Câmara Municipal mais de 400 pessoas!

Quantos Jovens tinham apoio para estudar antes de Abril de 74 em que o analfabetismo atingiu 40% da população em idade escolar?

Hoje têm boas escolas, transportes gratuitos até ao



O apoio às cooperativas de habitação tem permitido construir muitos fogos no concelho

Santiago do Cacém

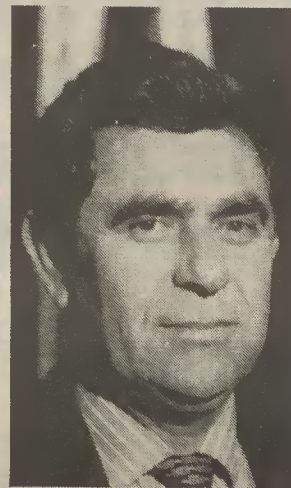
Um crescimento equilibrado

A CDU promoveu e construiu bases sólidas para o Desenvolvimento e o Planeamento do Município assegurando um crescimento equilibrado.

Resultante do trabalho empenhado e da capacidade de cooperação, baseada na justeza da sua posição, a gestão CDU conseguiu, através do diálogo com vários departamentos da Administração Central, obter para o Município importantes investimentos ou realizações que contribuem fortemente para o desenvolvimento do Concelho.

São disso exemplo:

- A construção da nova Escola de Ensino Secundário em Santiago do Cacém e Cercal do Alentejo, com forte apoio material do Município;
- A criação do pólo do Instituto Superior Politécnico;
- A obtenção de apoio e garantia de investimentos na Costa de Santo André, complementando o esforço Municipal de recuperação urbana e paisagística;
- Igualmente, a Câmara conseguiu negociar e fazer reconhecer ao IGAPHE a sua obrigação em contribuir para a solução de problemas de habitação de famílias em situações sociais graves;
- Digna de realce é a capacidade que a gestão CDU tem mostrado para absorver e rentabilizar todos os montantes disponíveis dos Fundos Comunitários, concretizando inúmeras obras, desde a rede viária a grandes infra-estruturas básicas;



Ramiro Brás volta a candidatar-se à Câmara de Santiago do Cacém. O presidente da Assembleia Municipal, Sérgio Bento encabeça de novo a lista da CDU a este órgão autárquico

- A construção de equipamentos desportivos e culturais (de que a Biblioteca de Santiago do Cacém, inaugurada em 1997, é um importante marco). As acções culturais e desportivas desenvolvidas por iniciativa da Autarquia ou em cooperação com outros agentes, são factores de ligação entre as pessoas e de valorização colectiva;
- Considera-se que para o êxito da intervenção eleitoral da CDU é necessário a dinamização das estruturas locais, a organização e planeamento das acções de pré-campanha e campanha, privilegiando um intenso contacto com as populações, assente na dinâmica das iniciativas locais e na participação e empenhamento de toda a Organização CDU.



A reconstrução do património é um dos vectores da actividade da Câmara



Odemira tem uma paisagem única, onde o Homem e a Natureza vivem em equilíbrio

AUTÁRQUICAS

O Concelho de Sines sofreu profundas transformações sociais nos últimos 25 anos. O chamado Complexo de Sines, idealizado no período Marcelista previa na prática eliminar Sines do mapa, transformando-a num Porto de «passagem» e ocupando todo o seu território com unidades industriais pesadas e altamente poluentes.

Influenciado por diversos factores, desde a chamada «crise» do petróleo em 1973, confrontado com os novos valores originados pelo 25 de Abril de 74, e desde sempre com uma população atenta e combativa, o Poder Central, representado pelo ex-Gabinete da Área de Sines, teve que refazer projectos e

grau de qualidade de vida. Prosseguir esta política, em estreita ligação com as estruturas associativas, dando especial atenção aos jovens e à 3ª idade, promovendo uma verdadeira política de solidariedade, são propósitos da equipa que se apresenta este ano como candidata à Autarquia.



A baía de Sines é propícia para a prática dos desportos náuticos

Sines

Um concelho com futuro

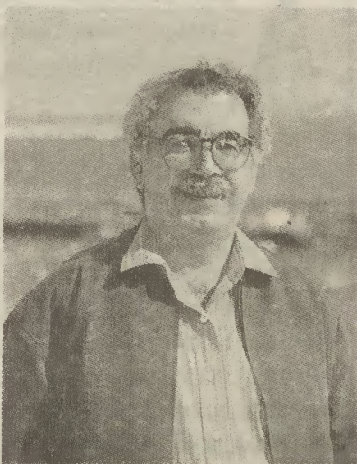
estratégias, redimensionar investimentos e indústrias, dialogar com um Poder Local Democrático, emergente do 25 de Abril, ou seja, deixar de ser prepotente e respeitar as populações e os seus representantes.

Até que, finalmente, o tal GAS se extinguiu e a Administração do Concelho de Sines foi devolvida aos seus eleitos.

Devolver a dignidade aos Sinienses e colocar-se ao seu lado para encontrar as soluções adequadas para os imensos problemas existentes foi o primeiro passo.

Planear os Centros Urbanos e elaborar um Plano Director. Apontar prioridades e dar-lhe execução: Mercados Municipais, Escolas, Centros de Saúde, Pavilhão de Desportos, novas estradas e arruamentos, espaços verdes, porto de pesca, equipamentos culturais, são realizações contínuas que colocam Sines num nível privilegiado de equipamentos, abastecimento de água, energia eléctrica, rede de esgoto e recolha de lixo, são serviços públicos extensivos a toda a população que determinam um elevado

Apostar num desenvolvimento equilibrado, dando atenção à qualificação das intervenções no tecido urbano e preservando as condições excepcionais do Concelho, serão objectivos permanentes! Criar ainda melhores condições para a prática generalizada das actividades desportivas, lúdicas e de competição; apostar mais nas actividades culturais,

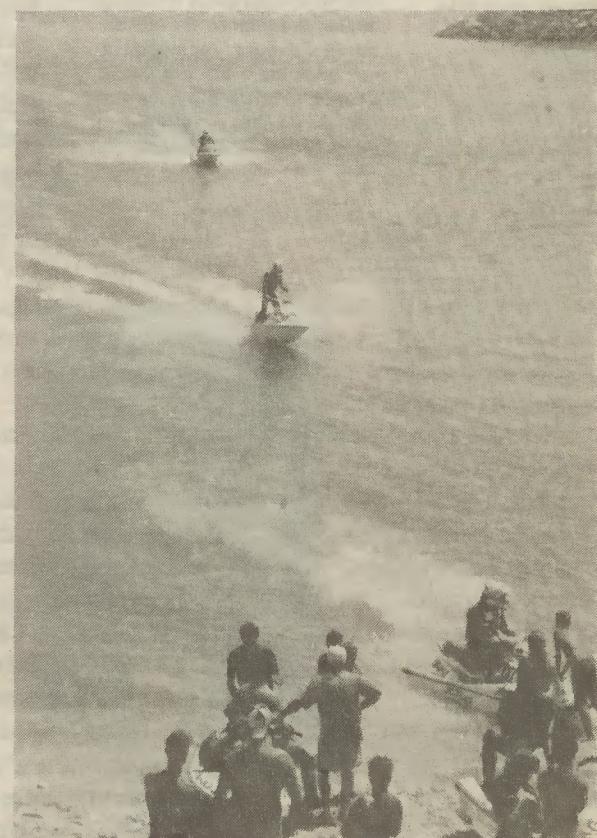


Manuel Coelho Carvalho, médico, 59 anos de idade, é o candidato da CDU à Câmara de Sines. A lista à Assembleia Municipal é encabeçada por Francisco Pacheco, presidente da CM de Sines desde 1977



A Capela da Misericórdia de Sines

desenvolvendo iniciativas de apoio e incremento da participação de jovens e das colectividades; privilegiar as questões de saúde e da prevenção são igualmente orientações a prosseguir. Paralelamente à actividade tradicional da Pesca, existem em Sines grandes unidades industriais que são de dimensão nacional. A produção da quase totalidade dos combustíveis, de 1/3 da energia que o País consome, dos Polímeros para as unidades de transformação e existência de um Porto Industrial, de recepção e expedição de ramas e produtos petrolíferos, de um terminal de carvão de enorme



A praia Vasco da Gama

potencialidade e outro de carga geral que começa a delinear-se, colocam Sines num lugar cimeiro de importância estratégica para o País.

Compatibilizar esta forte industrialização com elevados padrões de qualidade, de vida e do ambiente, promover o emprego e a formação profissional qualificada, fixar os jovens, enfim,

envolver as grandes empresas na actividade económica, cultural e social do Concelho e do Litoral Alentejano são igualmente objectivos prioritários. Por fim, apostar no Turismo como actividade de futuro, com implicações no desenvolvimento económico, e potencialidade a nível do Litoral Alentejano que ainda estão por explorar.

AMLA desenvolve sistema de resíduos sólidos urbanos

A Associação de Municípios do Litoral Alentejano (AMLA) está a desenvolver o projecto de criação de um Sistema de Resíduos Sólidos Urbanos (SRSU), um investimento total que ronda os dois milhões de contos e que estará em funcionamento no final de 1998.

O SRSU abrange os cinco concelhos do Alentejo Litoral, Alcácer do Sal, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém e Sines e os de Aljustrel e Ferreira do Alentejo.

O sistema prevê a construção de um aterro sanitário, a construção de quatro

estações de transferência e o encerramento de um conjunto de lixeiras ainda existentes.

O concurso para a concepção e construção do SRSU está em fase de adjudicação, prevendo-se a sua entrada em funcionamento no final de 1998.

Este projecto insere-se na política ambiental dos municípios envolvidos de recolha e tratamento dos resíduos sólidos urbanos que já vem sendo seguida há anos e representa a forma de encarar a resolução dos problemas numa escala regional.

AUTARQUIAS
97

Trabalho • Honestidade • Competência

CDU é obra!

PCP-PEV

invadir cidades agrária

Primeira assembleia na ocupação de uma fazenda no município de Abelardo Luz



O julgamento de José Rainha demonstrou que a Justiça no Brasil é uma farsa



J. R. – Fernando Henrique Cardoso diz uma coisa nos bastidores e outra para o público. Ele é um governo de *marketing* que quer se reeleger. Mas tem um compromisso muito grande com essa elite de direito no Brasil e seu projecto neoliberal. Fernando Henrique Cardoso está perdendo o que ele tinha na história. Ele tinha um compromisso, uma responsabilidade. Se você vir o que o Fernando Henrique dizia em 1984 e o que ele diz hoje, é totalmente contraditório. Ele não tem compromisso com a classe trabalhadora, nem com a causa social. Está falando para um Brasil no qual parece que ele não vive, não conhece.

Como impedir a reeleição de Fernando Henrique Cardoso?

J. R. – Como o povo na rua. É possível criar um movimento de massa forte, como em 1984 (manifestações pelas eleições directas para presidente da República), 1989 (campanha de Lula à presidência) e 1992 (mobilização nacional que resultou no *impeachment* de Collor de Mello). Se o povo não vier para as ruas, não fizer suas grandes mobilizações, seus grandes protestos, dificilmente vamos reverter o quadro. Mas o povo é capaz de mudar, de construir uma história nova para o Brasil. É possível derrotar a reeleição de Fernando Henrique Cardoso nas ruas, eu acredito na mobilização do povo e o MST vai lutar por isso.

O que espera o MST do exterior?

J. R. – A mensagem que o MST manda para o exterior, especialmente para a Europa, é a seguinte: é preciso olhar para o Brasil com mais carinho, não com pena da miséria de milhões de pessoas, dos indígenas ou do problema ecológico. É preciso fazer alguma coisa. A Amazônia é o pulmão do mundo e quem está destruindo a Amazônia hoje são os norte-americanos, o capital internacional, que não preserva o meio ambiente. É preciso um gesto de solidariedade, algo concreto. Porque se o Brasil resolver o problema da fome, da miséria, do desemprego, vai ser bom para a Suíça, para a Europa e para o mundo. Quanto mais gente passando fome, quando mais miseráveis aqui, pior para os outros países. Então, minha mensagem é que se faça alguma coisa concreta em vez de só discutir. Tudo que queremos é justiça, dignidade, fraternidade, um Brasil feliz, um Brasil melhor.

Para encerrar: para onde vai, para onde caminha o MST?

J. R. – O Movimento caminha para o sector urbano. Precisamos conquistar a reforma agrária. É hora de sair da roça, do campo, das meras ocupações para vir para as manifestações urbanas. É preciso convencer os operários e a classe média no Brasil para que entrem na luta pela reforma agrária, que pressupõe no Brasil uma mudança na estrutura económica e de poder, com uma política agrícola voltada para toda a sociedade, democratizando-se a propriedade da terra. Acreditamos que a reforma agrária será feita com a sociedade. O MST virá para os centros urbanos, para as capitais, buscar apoio no seio da sociedade para que o governo realmente pare de falar de reforma agrária e a faça concretamente, democratizando a propriedade da terra no Brasil.

Diolinda Alves de Souza

De presidiária do Carandiru à Cidadã Paulistana

Coisas da vida política brasileira: Diolinda Alves de Souza, mulher de José Rainha e também militante do MST, foi presa na Penitenciária do Carandiru, em São Paulo, o maior e mais perigoso complexo presidiário da América Latina, e alguns meses depois, no dia 23 de Junho último, recebeu o título de Cidadã Paulistana, outorgado pela Câmara Municipal de São Paulo.

«Esta homenagem é um desagravo às suas prisões e à injusta condenação de seu marido, José Rainha, e o reconhecimento da legitimidade do MST», resumiu a vereadora paulistana Aldaiza Sposati (PT), autora do projecto que atribuiu o título a Diolinda.

A trajetória de Diolinda, mineira de 27 anos, é de luta e compromisso com os trabalhadores rurais sem terra. Foi nessa militância que conheceu José Rainha, com quem construiu uma identidade de companheirismo e amor pela vida e pela justiça social. Foi presa em Outubro de 1995 e em Janeiro de 1996 – um mês depois, começou uma greve de fome contra as más condições do presídio. Foi solta na noite de 12 de Março. «Foi uma experiência, uma lição de vida. Sem dúvida nenhuma essa experiência não se apagará, e meu filho (João Paulo de Souza Rainha, actualmente com quatro anos de idade) vai poder contar para os meus netos e dizer como foi importante nossa luta por um Brasil mais justo. Ocupação de terra para nós é questão de honra e esperança», declarou à imprensa ao deixar o presídio.

«Jamais passou pela minha cabeça receber uma homenagem como esta pela maior cidade do meu país. Assim, gostaria muito que através da minha pessoa estivessem sendo homenageados aqui também os pequenos proprietários rurais do Brasil», disse Diolinda, ao receber o título de Cidadã Paulistana.

Ela denunciou que mais de 400 mil pequenos proprietários rurais foram à falência nos últimos dois anos, em consequência da política do presidente Fernando Henrique Cardoso de adequar a economia brasileira à globalização. Mais do que a fria estatística oficial, essas cifras encerram o drama de 400 mil famílias que tiveram o seu sonho de uma vida melhor sepultado. «Nossa sociedade está nos empurrando para engrossar as favelas dos grandes centros urbanos, viver em condições subumanas e conviver com tráfico, com a prostituição e com a criminalidade. E quando organizamos esse contingente para lutar pelo seu direito de moradia, escola, saúde e de permanecer no campo, o governo pede-nos calma, paciência, tempo. É estranho. O governo em dois anos expulsa 400 mil famílias do campo e diz que em quatro anos de seu governo, só será possível assentar 480 mil famílias em áreas de reforma agrária. E pede-nos paciência, revolta-se Diolinda.

«Mas não há frio, calor, nem fome, nem feriado, que impeça os militantes do MST de organizar os trabalhadores. O sonho de uma sociedade justa é o nosso combustível e por ela continuaremos lutando sem tréguas.»

■ R. M.

meia dúzia de latifundiários atrasados e um Poder Judiciário cúmplice fazem um atentado contra a vida, contra a liderança do MST, tentando colocar-nos como marginais, temos a resposta da sociedade. O título de cidadã de São Paulo, que é a maior cidade do Brasil e a quarta maior do mundo, nos engrandece, nos encoraja, nos respalda na luta do MST, que é justa, digna. Ese título representa o crescimento, o avanço e o respeito que o MST tem na sociedade contra meia dúzia de latifundiários. O governo federal deveria enxergar isso, mas infelizmente ele tem uma aliança muito complicada que impede de tomar algumas medidas para acabar com o latifúndio e com a violência desencadeada contra os trabalhadores.

Como vê o projecto neoliberal do governo Fernando Henrique Cardoso?

J. R. – O projecto neoliberal do governo federal está falido, não resolve os problemas sociais do Brasil, nem da América Latina. Aí estão os problemas sociais na Argentina, a falência no México onde este projecto foi empregado, para citar só dois exemplos. Esta nova fase do imperialismo para a América Latina vai excluir os milhões de trabalhadores com desemprego e miséria. São 40 milhões de pessoas que passam fome no Brasil, são milhões de crianças na rua. Eu pergunto: para onde vai esse povo, para onde vão os excluídos? Para a Europa, somar nas filas de miseráveis? Lá eles não nos querem. O neoliberalismo é um sistema excludente, que beneficia só os banqueiros e os grandes empresários. O povo brasileiro vai reagir contra o neoliberalismo. Pode ter certeza disso.

Existe uma estratégia dos trabalhadores contra o neoliberalismo a nível nacional ou continental?

J. R. – Existe. O MST tem buscado, na luta pela terra, somar com as categorias urbanas, os partidos progressistas e de esquerda, numa ofensiva articulada para impedir esse projecto. No Brasil, temos que impedir a reeleição de Fernando Henrique Cardoso, tentar eleger alguém comprometido com os ideais nacionalistas, que possa retomar o direito dos brasileiros de resolver seus problemas básicos. Ao nível da América Latina, tomando a ofensiva contra essa investida imperialista no Continente. Estamos buscando alianças e articulações nesse sentido. E acreditamos que a luta do povo na rua pode reverter esse processo.

Qual a postura do governo Fernando Henrique Cardoso em relação ao MST?

Uma história de cumplicidades

■ **Jorge Pires**
Membro da Comissão Política

NO ÚLTIMO dia do passado mês de Julho, o Governo do PS, pela mão do seu ministro da Economia, e o grupo Mello assinaram, com pompa e circunstância no estaleiro da Mitrena, o contrato de prestação de serviços da Gestenave à Lisnave, assim como a concessão da exploração dos estaleiros da Setenave.

Foi o culminar dum longo processo de negociações iniciadas a pretexto dum plano dito de reestruturação do Sector de Reparação Naval apresentado pela Lisnave em 93. No acordo assinado entre o Governo do PS e o grupo Mello, as benesses recebidas pelos últimos são superiores a 60 milhões de contos, para além do facto de no âmbito do processo de reestruturação dos recursos humanos, o grupo Mello ter visto passar para a nova empresa criada com capitais públicos (Gestenave) o pessoal remanescente, cerca de 1800 trabalhadores excluídos da Lisnave operadora, que fica apenas com cerca de 1300 trabalhadores.

Entre os vários argumentos para justificarem os acordos agora assinados, estão as dificuldades na carteira de encomendas da Lisnave e o número elevado de trabalhadores. Não deixa por isso de ser no mínimo estranho que logo, a seguir à assinatura, os intervenientes na cerimónia tenham passado para a Comunicação Social informações como a garantia de trabalho até ao ano 2000 e boas perspectivas a partir daí e que prevêem, inclusive, que o total de trabalhadores da Lisnave operadora e Gestenave venham a ser insuficientes.

Como escreveu o liberal Pedro Arroja, no "Diário de Notícias", «desta forma praticamente gratuita, o grupo Mello adquire, passando para a nova empresa de reparação aquilo que de melhor existe na Lisnave – a sua marca, os estaleiros, o melhor pessoal, os seus contratos – assumindo, em contrapartida, apenas os passivos correntes». Vindo de quem vem essa opinião, fica mais clara a dimensão do escândalo desta operação.

Hoje, dia 14 de Agosto, de acordo com notícias divulgadas, será em princípio decidido pelo Conselho de Ministros, qual dos dois concorrentes à privatização da Quimigal, S.A., será o preferido.

Tudo aponta para que seja mais uma vez o grupo Mello, agora em sociedade com a SAPEC na Quimigeste.

Se assim for, teremos mais uma cerimónia nos próximos dias em que os dois protagonistas voltarão a se os srs. Álvaro Mateus e José Manuel de Mello. Recordo que os Mellos já são hoje proprietários de algumas das empresas em que foi dividida a Quimigal, num processo escandaloso de desmantelamento e privatização posterior a que foi sujeita ao longo dos anos, fundamentalmente a partir do chamado Livro Branco de Veiga Simão, que os trabalhadores denominaram de Livro Negro. No fundamental, as medidas ali apontadas iam ao encontro de ideias já existentes no seio do grupo ainda antes do 25 de Abril.

Exactamente aquilo que os Mellos consideram rentável e pretendiam manter, está hoje no fundamental nas suas mãos, faltando apenas o que resta na Quimigal S.A. Refiro-me à Lusol e à Quimitecnica já propriedade dos Mellos e à Quimigal Adubos, Atlampor, ATM, Anilina e as participações da Quimigal em empresas nacionais e no estrangeiro que estão incluídas neste pacote a privatizar.

Tal como foi denunciado pelos ORTs da Quimigal no devido tempo a venda destas empresas está a ser feita por processos menos claros, com objectivos nada transparentes de empresas cujo património valia muito mais.

Desde o I Governo constitucional, que estas duas empresas, as maiores empresas nacionais nos respectivos ramos, foram alvo dum grande ofensiva por parte de todos os governos até hoje, mas sempre nos momentos cruciais desta ofensiva, os protagonistas principais foram governos do PS sozinho ou aliado à direita, gestores nomeados por estes governos para as empresas e o grupo Mello. Para os menos atentos até poderá parecer coincidência, mas

os que acompanharam a par e passo o desenvolvimento do processo de restauração do capitalismo monopolista na base dos antigos e novos grupos, sabem que neste processo existem cumplicidades e fusão de interesses. Esta é uma relação típica de submissão do poder político ao poder económico com ganhos e perdas, ficando estas últimas para a economia nacional e para os milhares de trabalhadores que perderam os seus postos de trabalho e os

que têm visto os seus direitos limitados. Só na Quimigal e na Lisnave foram mais de 15 000 os postos de trabalho extintos.

Não pretendo neste artigo escrever a história das relações dos governos PS com os Mellos. Esta será escrita no dia a dia e mais tarde talvez se possam conhecer todos os pormenores desta relação, mas apenas chamar a atenção para um conjunto de factos passados com estas empresas que tomámos como exemplo, que mostram inequivocamente o tratamento privilegiado que este grupo tem tido. Quando o actual Primeiro-Ministro e Secretário-geral do PS, na sua tradicional postura demagógica, diz que governa sempre com o Homem no centro das suas preocupações, é preciso dizer bem alto que essas preocupações nestas empresas não têm sido certamente para os trabalhadores, mas sim para aqueles que fizeram e fazem grandes fortunas à custa dos trabalhadores.

Cumplicidades

Há 20 anos, o então Secretário-geral do PS, na altura Primeiro-Ministro Mário Soares, convidou os Mellos para com ele almoçarem em Nafarros. Foi um encontro que segundo o próprio serviu para encorajar os dois convidados a prosseguirem as suas actividades e também para lhes dar garantias. José Manuel de Mello não só confirmou o almoço, como disse que o então primeiro-ministro foi a primeira pessoa que em Portugal após o 25 de Abril a inte-

na actividade política deste partido mesmo quando está na oposição. O caso do PDM de Almada, quando da sua aprovação nos órgãos municipais em 93, mostrou um PS altamente empenhado, através das suas estruturas local e distrital, dos seus eleitos nas autarquias e também dos seus militantes na C.T. da Lisnave, em fazer incluir a proposta da Lisnave de alteração do uso dos terrenos onde está instalado o estaleiro da Margueira, passando de industrial para a construção de habitação. O governo de Cavaco Silva na altura não teve coragem política para ir tão longe, mas passados poucos meses da posse do Governo PS, o Eng^o Guterres fez a vontade ao grupo Mello retirando da alçada do PDM aqueles terrenos, valorizou-os em 45 milhões de contos para que os credores da Lisnave os vendam para construção de habitação após o encerramento do Estaleiro.

Numa só decisão, os Mellos ficaram livres dum dívida de 45 milhões de contos e com caminho livre para encerrar aquele que é um dos maiores estaleiros do mundo.

Esta escandalosa decisão não só pôs em causa o direito ao trabalho de muitos trabalhadores, mas também interesses legítimos da população de Almada.

Muitos são os exemplos que poderíamos referir e que mostram as cumplicidades do PS com a ofensiva de que estas duas empresas têm sido alvo como, por exemplo:

– A nomeação de José Manuel de Mello para presidente do Conselho de Administração da Lisnave quando o Estado era o principal accionista.

– O envio da polícia para ocupar o estaleiro da Margueira.

– O apoio aos despedimentos realizados na década de 80 na Lisnave.

– A nomeação de Alberto Justiniano para presidente do Conselho de Gerência da Quimigal que ao longo destes mais de 12 anos concretizou fielmente a destruição daquele que foi uma das maiores empresas nacionais destruindo cerca de 10.000 postos de trabalho.

E muitos outros exemplos poderiam ser referidos, mesmo noutros sectores onde os Mellos reentraram como a Banca, os Seguros, etc. Mas os exemplos da Quimigal e da Lisnave quer pela sua actualidade quer pela dimensão das consequências económicas e sociais, são aqueles onde tudo é mais evidente.

A partir desta análise, podemos tirar quatro conclusões:

– A primeira é que este PS continua a fazer uma política de direita e que quando está no governo, ao contrário do que afirma na oposição, governa sempre ao lado dos interesses do grande capital nacional e internacional.

– A segunda é que esta descarada subordinação aos interesses do grande capital, apenas perspectiva o agravamento dos principais problemas da sociedade portuguesa.

– A terceira é que é necessário uma viragem à esquerda na política deste país e que essa viragem só pode ser protagonizada pelo PCP.

– A última é que os partidos e os políticos não são de facto todos iguais, nas ideias que defendem, nas propostas

que fazem, na forma de se organizarem, mas também e fundamentalmente na sua prática. A deste PS é altamente condenável e por isso a denunciámos aqui.

Nesta relação de ganhos e perdas já verificámos que os Mellos ganham, e muito. Que a economia nacional e os trabalhadores perdem, e muito.

E o PS?

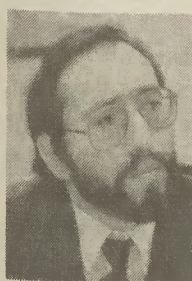


ressar-se pelo grupo económico que ele representa. Destacou ainda o facto de Mário Soares ser o primeiro a empenhar-se em criar condições políticas através da aprovação de legislação para inverter a situação vigente na altura. Não sabemos quais as garantias que o então Secretário-geral do PS deu aos Mellos, mas elas estão certamente na essência dum conjunto de decisões, que têm sido tomadas ao longo dos anos por sucessivos governos do PS, mas também

A propósito do trabalho de estrangeiros

Legalizar
ou discriminar?

T R I B U N A



■ António Filipe

Encontram-se para discussão na Assembleia da República três iniciativas legislativas destinadas a regular o trabalho de cidadãos estrangeiros em território português, originárias do Governo, do PCP e do PEV. Com uma enorme diferença. Enquanto os projectos do PCP e do PEV propõem a eliminação das discriminações que afectam os trabalhadores imigrantes ao nível da contratação, a proposta do Governo aponta para a instrumentalização da legislação laboral com objectivos policiais, acentuando a discriminação destes trabalhadores.

A primeira questão que está em causa diz respeito à revogação de um Decreto-lei de 1977 que regulamentou o trabalho de estrangeiros em território nacional, estabelecendo que as entidades patronais, nacionais ou estrangeiras, que exerçam a sua actividade em qualquer parte do território português só podem ter ao seu serviço trabalhadores de nacionalidade estrangeira, no caso do seu quadro de pessoal, quando composto por mais de cinco trabalhadores, estar

preenchido pelo menos por 90% de trabalhadores portugueses. Assim, para além de contrariar o princípio da igualdade entre nacionais e estrangeiros consagrado na Constituição, este diploma apresenta um incentivo objectivo ao trabalho clandestino por parte de cidadãos estrangeiros e põe em causa o direito ao trabalho dos imigrantes residentes em Portugal, contribuindo para a criação de situações indesejáveis de marginalização social e de negação de direitos laborais.

Acontece ainda que, a pretexto de permitir a fiscalização por via administrativa do cumprimento da proibição de contratar trabalhadores estrangeiros para além do limite dos 10%, o Decreto-Lei n.º 97/77 introduziu um sistema de registo e de comunicação ao SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras) dos contratos de trabalho celebrados com estrangeiros, que veio criar uma promiscuidade indesejável entre a regulamentação das relações de trabalho e a repressão policial da imigração ilegal.

Daí que o PCP proponha a revogação integral do DL 97/77. Trata-se, em primeiro lugar, de eliminar o sistema inconstitucional de quotas de contratação, garantindo aos trabalhadores estrangeiros residentes em Portugal o acesso ao emprego em condições de igualdade. E trata-se também, consequentemente, de eliminar os mecanismos de fiscalização policial destinados a garantir o cumprimento desse sistema.

As razões do PCP

O PCP, ao defender a adequada inserção social dos imigrantes que residem e trabalham em Portugal, defende também a legalidade das suas relações de trabalho. O Decreto-Lei n.º 97/77, não tendo em conta a realidade de diversos sectores económicos que recorrem a um número muito elevado de trabalhadores imigrantes (de que a construção civil será porventura o exemplo mais significativo), constitui um poderoso

dizem respeito à posição de Portugal no mundo. Não é aceitável que sendo Portugal historicamente um país de emigração, vivendo cerca de 4,7 milhões dos nossos compatriotas além-fronteiras, para quem exigimos condições de não discriminação no acesso ao trabalho em relação aos nacionais dos países

de tratamento com os nacionais em matéria de livre exercício de actividades profissionais. E há ainda um outro regime, fortemente discriminatório, aplicável aos demais cidadãos estrangeiros.

Em segundo lugar, o Governo pretende manter, e em alguns aspectos acentuar, medidas de carácter policial contra estrangeiros, a pretexto da prestação de trabalho. Assim, cada entidade patronal terá de enviar anualmente ao SEF uma relação circunstanciada de todos os cidadãos estrangeiros ao seu serviço. Todos os contratos com cidadãos que não sejam originários do espaço económico europeu têm de ser comunicados ao IDICT (vulgo, inspecção do trabalho) até ao início da actividade profissional.

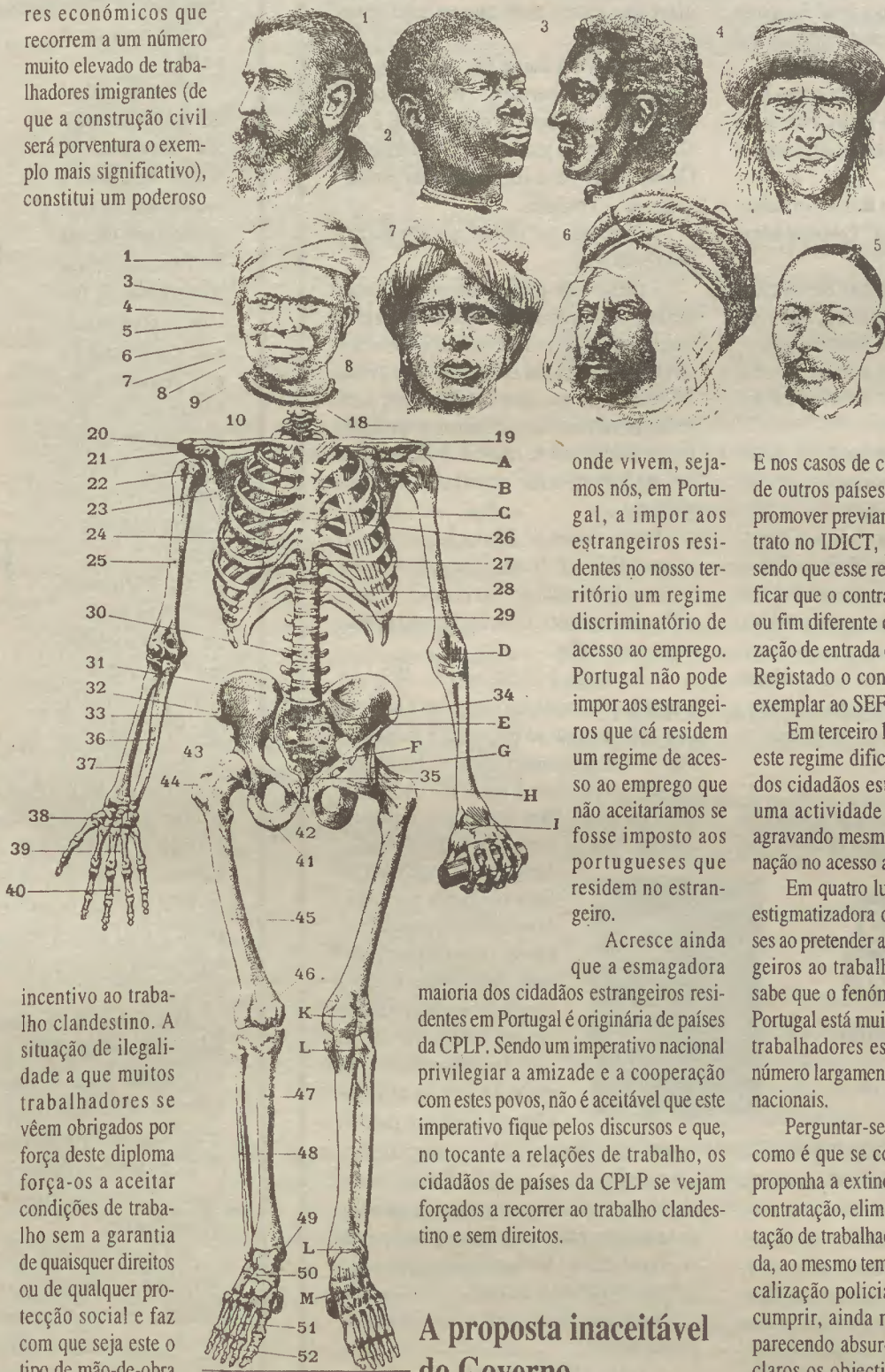
E nos casos de contratos com trabalhadores de outros países, a entidade patronal deve promover previamente o registo de cada contrato no IDICT, pagando dois mil escudos; sendo que esse registo é recusável se se verificar que o contrato de trabalho tem objecto ou fim diferente do que determinou a autorização de entrada e permanência em Portugal. Registado o contrato, é ainda enviado um exemplar ao SEF.

Em terceiro lugar, como bem se vê, todo este regime dificulta sobremaneira o acesso dos cidadãos estrangeiros ao exercício de uma actividade profissional, mantendo e agravando mesmo as condições de discriminação no acesso ao emprego.

Em quarto lugar, esta Proposta de Lei é estigmatizadora dos cidadãos de outros países ao pretender associar o trabalho de estrangeiros ao trabalho clandestino, quando se sabe que o fenómeno do trabalho ilegal em Portugal está muito longe de se restringir aos trabalhadores estrangeiros, afectando um número largamente superior de trabalhadores nacionais.

Perguntar-se-á, com inteiro cabimento, como é que se compreende que o Governo proponha a extinção do regime de quotas de contratação, eliminando os limites de contratação de trabalhadores estrangeiros e pretenda, ao mesmo tempo, manter o sistema de fiscalização policial que existia para o fazer cumprir, ainda mais agravado. Este facto, parecendo absurdo, tem o mérito de tornar claros os objectivos do Governo. É que os mecanismos de fiscalização instituídos não se destinam a fazer cumprir a legalidade das relações de trabalho, mas são acima de tudo uma instrumentalização do direito laboral para efeitos de repressão policial de estrangeiros em situação ilegal. É essa promiscuidade que o Governo pretende não apenas manter mas agravar, tanto mais que se anunciam já novas e graves alterações da legislação de acesso e permanência de estrangeiros em Portugal.

Como bem sintetiza um recente comunicado do Grupo de Trabalho do PCP para as questões da imigração e das minorias étnicas, a proposta de lei do Governo continua a discriminar os trabalhadores imigrantes em Portugal, confunde perversamente a regulação das relações de trabalho com o combate à imigração ilegal, e favorece na prática o recurso ao trabalho clandestino que diz combater, ao dificultar a legalização do trabalho dos imigrantes.



onde vivem, sejamos nós, em Portugal, a impor aos estrangeiros residentes no nosso território um regime discriminatório de acesso ao emprego. Portugal não pode impor aos estrangeiros que cá residem um regime de acesso ao emprego que não aceitaríamos se fosse imposto aos portugueses que residem no estrangeiro.

Acresce ainda que a esmagadora maioria dos cidadãos estrangeiros residentes em Portugal é originária de países da CPLP. Sendo um imperativo nacional privilegiar a amizade e a cooperação com estes povos, não é aceitável que este imperativo fique pelos discursos e que, no tocante a relações de trabalho, os cidadãos de países da CPLP se vejam forçados a recorrer ao trabalho clandestino e sem direitos.

A proposta inaceitável do Governo

Acontece, porém, que a Proposta de Lei apresentada pelo Governo PS, embora também proponha a revogação do Decreto-Lei n.º 97/77, contém outras disposições que são fortemente lesivas do estatuto dos cidadãos estrangeiros, e que a serem aprovadas, conduziram à manutenção e mesmo ao agravamento de situações inaceitáveis de discriminação. Em traços gerais, a Proposta de Lei do Governo suscita quatro críticas fundamentais.

Em primeiro lugar, consagra, no acesso ao emprego, a existência de cidadãos estrangeiros de primeira, de segunda e de terceira. Assim, a Proposta do Governo contém regimes de tratamento diversos, conforme os tipos de cidadãos. Há um regime igual aos nacionais para os cidadãos originários de países do espaço económico europeu. Há um regime para cidadãos de países com os quais existam acordos que consagrem a igualdade

incentivo ao trabalho clandestino. A situação de ilegalidade a que muitos trabalhadores se vêem obrigados por força deste diploma força-os a aceitar condições de trabalho sem a garantia de quaisquer direitos ou de qualquer protecção social e faz com que seja este o tipo de mão-de-obra preferido pelo patronato com menos escrúpulos, prejudicando inclusivamente a contratação de trabalhadores nacionais.

Ao defender condições de igualdade de tratamento entre nacionais e estrangeiros, no acesso ao emprego, nas remunerações, nos direitos e regalias sociais, o PCP tem como objectivo combater o trabalho clandestino. Só assim será possível assegurar o direito de todos ao emprego e à prestação de trabalho em condições socialmente dignificantes.

Não se põe em causa a existência de regimes legais de condicionamento do acesso de estrangeiros a determinadas funções, nos termos em que a Constituição o consente. O que está em causa, por ser inaceitável e inconstitucional, é a imposição de um regime geral de condicionamento do acesso de estrangeiros a toda e qualquer actividade profissional.

No entanto, esta iniciativa é também fundamentada em outras ordens de razões, que

12

Sondagens a saldo

As sondagens, a propósito de tudo e de nada, políticas e não só, fazem rir o nosso Sacatrapo, o eterno emigrado, porque o português, esteja onde estiver, mesmo a beber a fundos haustos o anidrido carbónico da Avenida da Liberdade, não passa de um exilado dentro do mundo. Isto já o disse, em grande estilo, o maravilhoso Camões, nesse poema único que já ninguém lê, *Babel e São*.

Sacatrapo sabe muito bem que o meio cultural português se traduz pelo resultado da seguinte sondagem: quantos portugueses lêem ao menos um livro por ano? Resposta da APEL: seis por milheiro de cabeças, e é um pau!

Há dias, na rua que celebra a eterna Rainha toda coroada, escapa-se um lingrinhas dum esconso, todo armado de impressos e dispara-lhe a pergunta:

– Quantas vezes toma banho por semana? Que desportos pratica? Quantas horas dorme em média?

Ainda há poucas semanas borboleteavam pelas ruas meninas vaporosas, ainda que de grandes mamas, que lhe perguntavam:

– Quem é que vai ganhar as eleições? É o Major ou o Tony Blair? Em quem vai votar?

Como, entre partidos maiores ou menores, o registo vai a 112, Sacatrapo responde:

– Voto de certeza pelo LM.

– LM? – observa espantada a diligente bacharelada em Informática Política, Psicológica e Futebolística, correndo rapidamente com os olhos a lista de todos os partidos, como tal filiados.

– Sim, LM, o partido do **Loony Monster**, ou seja, o Monstro cada vez mais Enlouquecido. Na alternativa, voto no Partido de Ninguém.

– É tudo?

– Não é tudo. A minha maior aposta é no Partido do Pão, BREAD (pão em inglês para

– Até tenho. Sou do Partido dos Bailes de Caridade, mas faço uma perninha no AOB.

– AOB? Nunca ouvi falar.

– Significa apenas **Abaixo o Barulho**.

O que espanta Sacatrapo é que o Esgalgado toma a sério todas as respostas. Ora o inglês diz o

que lhe vem à cabeça no momento e o nosso portuguezinho detesta sondagens. Mente sempre. Sendo católico, podemos dizer que mente mais que no confessional.

À tarde vai à Baixa. Em cada porta uma flausina a fazer perguntas. E a população, em hordas, para baixo e para cima. É então abordado por um jovem com o uniforme dos Caminhos-de-Ferro Ingleses, agora privatizados na sua maioria.

– Diga-me, por favor, costuma dormir nos comboios?

– Depois de privatizados quase não durmo. As locomotivas trabalham todas mal. Vai um fulano a adormecer e começa a ouvir a voz fanhosa de alguém que avisa, ficamos aqui parados em Newport para rodar as válvulas da máquina e porventura meter pistões novos, caso não haja daqueles em segunda mão que importamos do Bangladesh.

Dito isto, foge. Mas não por muito tempo. É a vez de ser atacado por uma senhora de meia idade mas com seios carregados de implantes. Chuchas à prova de bala num corpo velho.

– Por favor, é só um instante. Vejo que o senhor anda nesta rua do centro à hora em que toda a gente se encontra a trabalhar. Mas a rua rebenta pelas costuras. E o senhor de que vive? Anda a passear? São três e meia da tarde. Sabe que tenho aqui uma enorme lista de respostas muito curiosas.

Mas não acredito nelas. Esta pergunta perturba. Muitas nem respondem. Ou se respondem, mentem. Ou porque estão a chegar atrasados ao almoço, ou porque foram ali num instante apostar na corrida de cavalos de Chestenham, um palpite

repentino, ou porque andam em negócios. A verdade é que na praça de St. John há imensos homens parados encostados às paredes, só se mexem dali para irem ao urinol público. Tem família? Mulher? Filhos pequenos? Tem ainda bebés de mama?

Sacatrapo já não pode mais. Responde, intempestivo:

– Tenho gémeos de mama.

– E gritam muito de noite. Quantas vezes tem o senhor e a sua prolífica mulher de se levantarem para lhes mudar as fraldas?

– Não me lembro.

– Diga um número, senhor. Por amor de Deus, isto é um assunto sério. Sou a chefe da estatística da Fábrica de Fraldas Minerva.

A mulher está aflita.

– OK. Mudamos as fraldas quinze vezes por noite.

– E são fraldas Minerva? Por favor, suplico-lhe.

– Sim, são fraldas Minerva, esteja descansada.

– Está pronto a assinar uma declaração sobre a excelência dessas fraldas?

Há ansia nesta pergunta, mas o nosso Sacatrapo esgueira-se como um rato morrido a energia atómica. Um rato que ri das sondagens.



SANDUÍCHES DE AVESTRUZ

■ Alexandre Pinheiro Torres

os subdesenvolvidos da língua inglesa). Pão é a base. Programa: pão mais barato, ou seja comida acessível.

Quando volta a sair, escolhe becos tortuosos, entre o casario pobre, porque, de cada porta, pode saltar bacharel ou bacharela em Estatística. Fugir não resulta porque lhe batem à porta. Promovido Blair a Rei, é a vez de Israel, da Argélia, da Turquia, etc. Um sem-fim. Acabam as eleições. Mal terminadas recomeça a faina. Como governou Tony Blair nos 100 primeiros dias do seu Governo, e o Jospin? E a moeda única? Vai para a frente ou cai dentro do poço?

Vai o Sacatrapo comprar pão à padaria de Lakeside. Logo lhe surge um homem esgalgado, de bloconotas, como bombas de sobressalto:

– Que pensa da regionalização em Portugal? Faz-se ou não se faz? E do problema das pescas? O Governo deixa os pescadores portugueses pescar ou só deixa os espanhóis, marroquinos, afegãos e nigerianos? E a história das 40 horas? E a guerra contra os ciganos? Perguntas normais – desculpa-se o Esgalgado. – Há muito que sei que o senhor é português e vem aqui todas as manhãs a Lakeside comprar pão fresco. O senhor não tem partido na sua pátria?

O “Saleirismo” no PS

António Saleiro é, mesmo neste PS a que o poder e as suas prebendas adesivaram muitos espécimes esquisitos, um paradigma de caciquismo, politiquerice e etc., mas o “saleirismo”, em versão “soft” ou nem por isso, é hoje em dia um instrumento e um “acquis” relevante das políticas e estilo do “estado maior” de Guterres.

O PS tem sido sempre uma federação de orientações, personalidades, sociedades secretas, interesses e grupos contraditórios, conjuntamente conluídos num projecto específico, ou formalmente unidos em torno de um qualquer poder.

Com a actual direcção, os conflitos internos do PS têm-se agravado à medida que as suas políticas neo-liberais confrontam aspirações populares e faltam às promessas, mas, por outro lado, as “reuniões de comando” do “guterrismo” passaram a gerir política e mediaticamente uma conflitualidade encenada.

Os teóricos do marketing político do “novo socialismo” – também de Blair e Clinton(!), que reivindicam para Guterres a invenção da mediatização do conflito interno para salvaguardar a imagem de partido democrático do PS e impedir o alargamento do espaço e força de atracção do PCP, deviam recordar que já Cavaco punha o PSD a fazer oposição a si mesmo e que nem isso o salvou duma enorme derrota.

Mas vem isto a propósito de António Saleiro, Governador Civil de Beja e membro da Comissão Política Nacional do PS, com quem, no mês de Julho e por Agosto a dentro, se assistiu a um “gravíssimo conflito interno” do PS em torno da definição da região Alentejo na elaboração do esboço de mapa da regionalização.

Foi um “conflito” que serviu às mil maravilhas os intentos da direcção do PS: retardar e preterir a regionalização e juntar pseudo-argumentos em favor do imbróglie jurídico e referendário com que o PS a colocou na mão dos seus (dela) inimigos, capitalizar alguns descontentamentos e fazer constar uma “vontade regionalizadora” que não existe de facto, desvalorizar os conflitos reais entre a direcção “guterrista” e tantos socialistas.

Não abundando as coincidências em política e sendo certo que, quase sempre, “o criminoso é alguém a quem aproveita o crime”, temos um evidente “conflito” de encomenda, com encenação do “núcleo duro” do “guterrismo”.

E não falta sequer a anunciada recompensa. Ou não veio já Saleiro fazer de conta que punha o lugar à disposição do Governo para este, ignorando a generalizada exigência da sua demissão, sussurrada entredentes no próprio PS, lhe renovar apressadamente a confiança? Não veio já anunciar a desistência da sua “candidatura à liderança do Baixo

Alentejo” em troca duma sinecura como eurodeputado?

E será que a recente promessa de Saleiro de, numa anunciada reprise do folhetim, vir a fazer campanha contra a implementação em concreto da região Alentejo,

que, se restasse seriedade à direcção do PS deveria conflitar com a respectiva orientação, não corresponde exactamente aos seus intentos ocultos?

Saleiro, como ele próprio torna claro no “Semanário” de 08.08, embora acautelando velhas fidelidades “soaristas”,

mais não é que um instrumento da direcção de Guterres, contra os compromissos regionalizadores do PS, tanto como Assis e Carrilho foram instrumentos para combater os sentimentos democráticos de Alegre e outros, ou como, nesse caso, Jorge Coelho foi instrumento da contemporização indispensável.

Ainda por cima, neste PS de Guterres, o “saleirismo” tem feito escola, sendo que as políticas e o estilo do homem se tornaram vulgares no respectivo partido.

Ou não são do mesmo nível de caciquismo e inaceitável arbitrariedade: a retaliação persecutória do Ministro das Finanças no caso da Câmara da Amadora, a recusa promovida por Saleiro de divulgar sequer à vereação um inquérito da IGAT à edilidade da Almodôvar, que abrange um período da sua presidência, e a promoção e mediatização de antigos e novos inquéritos, usados como arma de arremesso contra Beja ou Odemira?

Não é do mesmo quadro de politiquerice: a generalizada intervenção de membros do Governo na (pré) campanha eleitoral, as inaugurações em barda que se preparam para Setembro e Outubro, a utilização de uma iniciativa da Direcção da Educação de Beja para promover o candidato do PS à Câmara ou a anunciada presença “excepcional” de Guterres e não sei quantos Ministros no apoio à candidatura PS em Mértola, uma das 5 autarquias, nem mais nem menos, que Saleiro se propôs ganhar à CDU?

Não são da mesma família autoritária: a vergonhosa revisão constitucional com que o PS aliado ao PSD prepara a engenharia eleitoral que, em registo “soft”, visa reduzir na secretaria o peso político do PCP, e o apelo trauliteiro do Governador Saleiro a uma frente anticomunista, para impedir a tradução democrática dos votos dos cidadãos portugueses do Alentejo num mandato regional?

De facto, a direcção “guterrista”, de tão politiquerice e moderna no estilo e orientações de direita prosseguidas, se não se põem a pau os socialistas, ainda dá com o PS em “Partido Saleirista”.

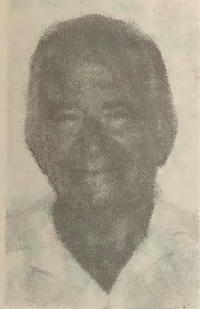
■ Carlos Gonçalves



EM FOCO

BRASIL

Fernando Henrique faz o contrário do que dizia e prometia há 20 anos



■ Miguel Urbano Rodrigues

De amigos brasileiros que leram a entrevista de Fernando Henrique Cardoso ao semanário *Expresso* (28.6.97) ouvi comentários irónicos ao seu conteúdo. A jornalista Maria João Avilez chamou para o título uma afirmação do Presidente do Brasil: «Faço hoje o que dizia há 20 anos». É um título inteligente que ilumina uma mentira.

FHC faz hoje, como Presidente da República, o contrário do que em 1978, quando candidato ao Senado, sustentava na sua plataforma política.

Estamos perante uma inverdade transparente e de fácil desmontagem. Na sua campanha, duas décadas atrás, FHC editou um livrinho – **Democracia para Mudar** – no qual sintetizou o projecto que então defendia como adequado à sociedade brasileira.

Nessa época, ao iniciar a sua carreira política, FHC estava já distanciado do ideário do professor de Sociologia cujas posições marxistas lhe custaram a expulsão da Universidade de São Paulo, atirando-o para o exílio. Mas, no final dos anos 70, era ainda imprevisível a guinada ideológica que transformou FHC num apologista da globalização, tal como a concebem os teólogos do mercado, num político que, renegando o passado, iria, como Presidente da República, assumir a responsabilidade de impor ao Brasil um modelo de desenvolvimento inspirado no liberalismo de figurino ortodoxo.

Nas páginas de **Democracia para Mudar**, o candidato a senador, na sua crítica ao sistema económico social vigente, defendia posições que em muitos aspectos coincidiam com as das forças que hoje combatem a sua política.

A entrevista ao *Expresso*, com a sua cascata de inverdades, fez-me reler esse livrinho. Vale a pena recordar algumas passagens.

Em 1978, FHC insurgia-se contra a política de apoio do Estado a bancos privados em situação difícil. Definiu como escandalosa a injeção de 200 milhões de cruzeiros no Banco Económico.

«E depois», comentava, «o banco privado vai pagar, mas sem juro, sem correcção monetária, quer dizer, doação. Quem é lesado? O povo, obviamente.»

Como Presidente, deu uma guinada de 180 graus. Criou e defendeu o **Proer**, o programa de socorro a bancos privados falidos, iniciativa que em menos de um ano obrigou o Estado a desembolsar 20 mil milhões de reais (dólares) a fundo perdido.

A linguagem, agora, é outra: «Na área dos bancos demoramos a perceber a gravidade da questão.»

Hoje não critica os grandes banqueiros lançados em aventuras ilegais, «até porque o sistema capitalista não existe sem banqueiros».

Em 1978, o candidato a senador afirmava: «Continuo achando que o fundamental é apoiar os movimentos de massa. Não

acredito que o sistema político, sozinho, mudando em cima, mude a sociedade.»

Diferente é a perspectiva actual. O Presidente contempla inquieto a contestação à sua política.

«Vêm-se amudando», sublinha, «incitamentos à desordem, inclusive por parte de lideranças nacionais de alguns movimentos que suscitariam simpatia da sociedade, não fosse a sua agora óbvia vinculação político-sectária (...) Pedras, paus e coquetéis molotov são argumentos tão pouco válidos quanto as baionetas. Só que menos poderosos.»

Em 1978, o sociólogo lamentava a sorte dos trabalhadores que ganhavam menos de dois salários mínimos.

«Acho que nós deveríamos até pensar», declarava, «em dobrar o salário mínimo. Não tem nada de tão extraordinário assim, desde que faça parte de um conjunto de medidas que alterem a política económica (...) Assim como eu exijo democracia para mudar, queremos também salários altos e juros baixos, que é o lema que significaria o passo adiante a ser dado agora.»

Em 1997, a 27 de Abril, o salário mínimo mensal passou de 112 reais para 120. O aumento não excedeu 8 reais.

O Presidente foi lacónico no comentário à decisão: «Salário é uma questão de quanto mais melhor para quem recebe e para quem dá. Não posso estar contente. Se eu puder dar mais, dou mais.»

Não deu. Os 120 reais equivalem a 21 contos mensais.

O Brasil tem os juros mais altos do mundo e um dos salários mais baixos da América Latina.

Entretanto, os deputados receberam em Julho, período de férias parlamentares, o equivalente a 4000 contos, porque houve uma sessão extraordinária da Câmara Federal, convocada para votar «reformas» exigidas pelo Executivo.

No mesmo mês, o tecto do vencimento mensal para altos funcionários foi fixado em 12 800 reais, ou seja, mais de 2200 contos.

Em 1978, o sociólogo FHC defendia tenazmente a necessidade da Reforma Agrária. Pedia a sua rápida concretização.

«O general Figueiredo», escreveu no seu livro de campanha, «se limitou a repetir sobre o problema da propriedade da terra as mesmas frases feitas (...) Não estou sonhando com grandes transformações revolucionárias. Estou pensando no que qualquer país pode tranquilamente realizar como a Suécia fez nos séculos 18 e 19.»

Em 1997, o Presidente FHC, na sua política agrária, mostra-se mais tímido do que a monarquia sueca no século XVIII. No Brasil são comuns latifúndios com milhares de quilómetros quadrados. Um deles é maior do que a Bélgica. Mas quando os camponeses do Movimento dos Sem Terra ocupam fazendas improdutivas, o Presidente ameaça-os logo com as baionetas do exército.

Os responsáveis – militares e civis – pelo massacre de Eldorado dos Carajás continuam impunes. O líder José Rainha, dos Sem Terra, esse foi condenado recentemente a 26 anos de prisão, acusado de um crime que não cometeu.

Qual a reacção de Fernando Henriques? Acha que não houve pressões políticas sobre o Tribunal.

*
* *

Numa extensa entrevista transmitida em Julho pela TV brasileira, FHC fez o elogio da «esquerda» europeia. A «esquerda» com que se identifica – foi muito claro – é a social-democracia mastrichiana, que defende a teologia do mercado, a estratégia das privatizações e o Estado mínimo.

O Presidente do Brasil dissipou dúvidas ao expressar o seu grande apreço por António Guterres. O amor da «modernidade» é nele tão amplo que não esconde um sentimento de respeito e admiração pelo Presidente Chirac.

A esquerda que no Brasil o contesta, essa é qualificada por ele de irresponsável.

Há poucas semanas, apareceu no Mato Grosso, durante uma inauguração, com um boné de ferroviário, e pediu que **o não abandonem**. Foi o prólogo da sua campanha para a reeleição. FHC tornou-se exímio na teoria e na prática do populismo neoliberal.

O entusiasmo com que a Administração Clinton apoia a sua política cria-lhe, porém, alguns embaraços. É excessivo, transparente.

A revista *Newsweek* publicou numa das últimas edições um caderno com o elogio do modelo brasileiro. Como exemplo de bom caminho trilhado, exibiu a fotografia de uma auto-estrada privatizada.

Entretanto, os preços sobem. O Brasil tornou-se um dos países mais caros do mundo. O abismo entre os mais pobres e os mais ricos aprofunda-se.

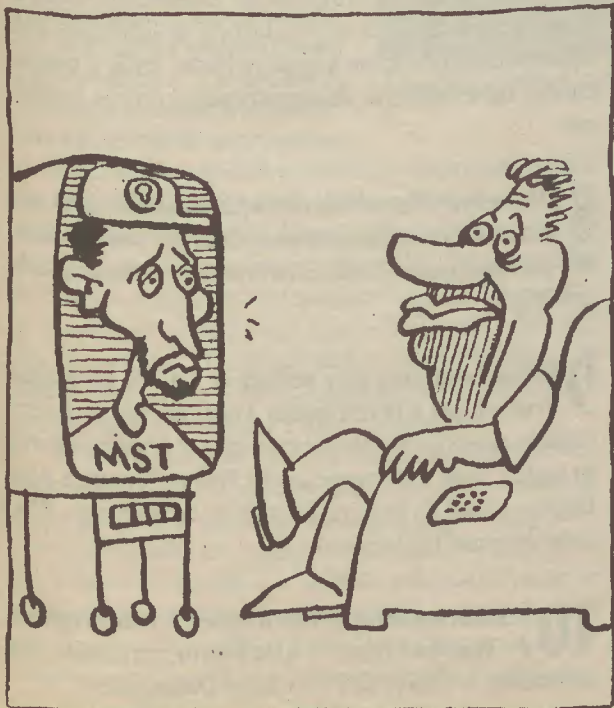
Não é de estranhar que a desvalorização das moedas da Tailândia, das Filipinas e da Indonésia tenha suscitado reacções de pânico no Brasil. O susto foi maiúsculo.

O real, porém, continua equiparado ao dólar. Até quando?

O projecto de Fernando Henrique Cardoso está a empurrar o país para uma crise cujos desdobramentos podem ser dramáticos.

O discurso oficial assenta sobre uma cadeia de mentiras. O Presidente faz exactamente o contrário do que dizia e prometia há duas décadas.

«Democracia para Mudar – 30 horas de entrevista», Fernando Henrique Cardoso, Editora Paz e Terra, 108 páginas, Rio de Janeiro, 1978.



EM FOCO

■ José Brinquete

Crónica do Nordeste Que desenvolvimento para o Distrito de Bragança?

Em Bragança, de vez em quando, surgem iniciativas pontuais e desgarradas sobre a necessidade de infra-estruturas estratégicas como sejam, entre outras, as relativas ao Ensino Superior, à Rede Viária, etc. Começamos também a ficar fartos dos inúmeros governantes que nos visitam para entregar pequenas migalhas, que em boa verdade não resolvem os principais estrangulamentos desta região. Perante este panorama, coloca-se a questão fundamental: que fazer para combater a interioridade e a desertificação?

O PCP foi o único partido que teve a iniciativa e, por que não dizer?, a coragem política de, há um ano, realizar uma Conferência sobre Trás-os-Montes e Alto Douro, aberta aos vários sectores da sociedade para caracterizar a situação actual e representar propostas que visam o progresso e o desenvolvimento desta região.

Desta experiência, parece-nos oportuno contribuir com algumas ideias e propostas que poderão responder, de alguma forma, à questão central: como desenvolver o interior norte e concretamente o distrito de Bragança?

Esta região caracteriza-se:

– Por uma população em regressão, em especial nos aglomerados rurais, envelhecida e com baixa taxa de escolarização;

– Uma força económica de base agrícola significativa em inúmeros produtos de denominação de origem, bem como na importância da sua produção animal, nomeadamente de raças autóctones e no aproveitamento da floresta de uso múltiplo;

– Uma dinâmica empresarial diminuta sem grandes empresas a actuar com crescente parte de emprego no sector do Comércio e Serviços;

– Um nítido desaproveitamento das riquezas da região, nomeadamente em áreas com recursos naturais (hídricos, extractivos, águas mineromedicinais, granito/rochas ornamentais, etc.);

– Produção hidroeléctrica de grande valor;

– Potencialidades económicas, assinaláveis em produtos agrícolas, nas agro-indústrias e turismo;

– As acessibilidades rodoviárias denotam ainda grandes atrasos e as ferroviárias e aéreas são praticamente inexistentes;

– Com o rio Douro desaproveitado em termos de navegabilidade comercial e turística;

– Em termos ambientais, se por um lado é uma região de diversificadas e belíssimas paisagens e com um equilíbrio nos ecossistemas bastante positivo, por outro, são graves as agressões ao meio com cursos de água importantes poluídos;

– Existem cidades de média dimensão sem ETAR's (como é o caso de Bragança), as indústrias transformadoras, embora escassas, em regra não dispõem de sistema de tratamento de resíduos e as lixeiras polvilham a paisagem;

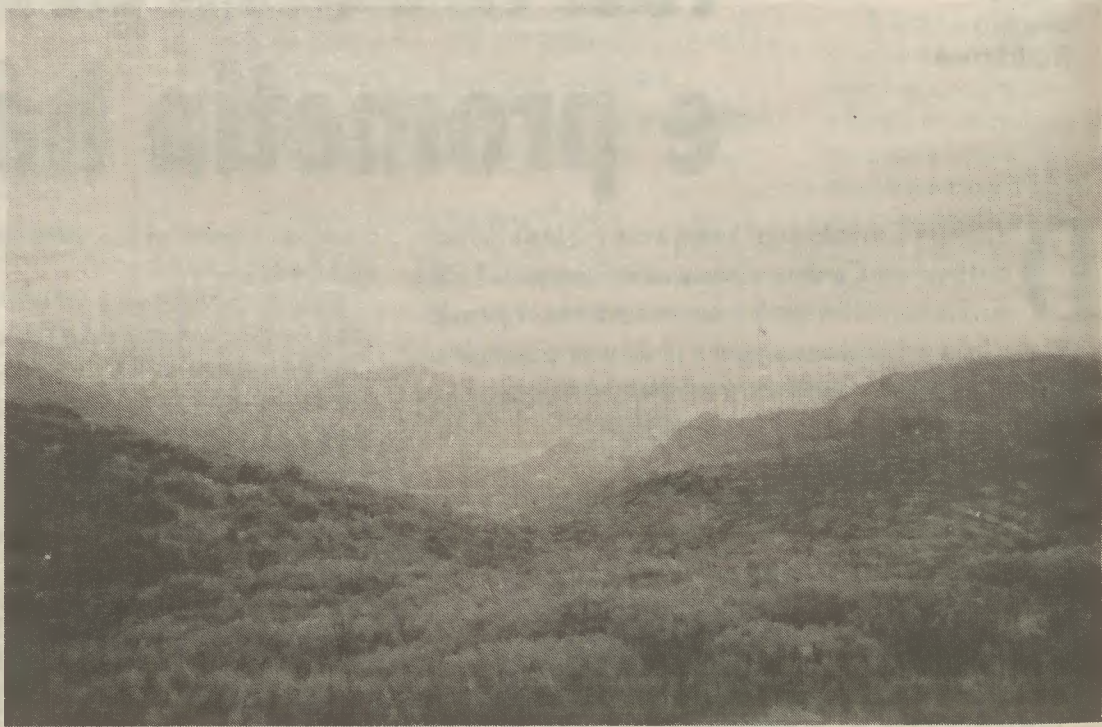
– Em síntese, o traço fundamental da situação económica comparativo ao restante país, é que esta região apresenta índices de desenvolvimento económico abaixo da média do país.

O distrito de Bragança, ao contrário do que alguns afirmam, não é uma região pobre. Com as necessárias reformas estruturais, adequados instrumentos financeiros e investimentos públicos e privados no sector produtivo, será geradora de emprego. Com um Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional e a concretização da Regionalização, a região tem vontades e capacidades para vencer a batalha pelo desenvolvimento económico, social e cultural.

As 10 propostas que julgamos necessárias, para responder à actual situação, são as seguintes:

1 **Elaboração de um Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional**, que defina objectivos, potencie os meios e fundos disponíveis, quer nacionais quer comunitários, e estimule o investimento externo na região nacionais e estrangeiros.

O distrito de Bragança, ao contrário do que alguns afirmam, não é uma região pobre. O que lhe falta são as medidas apropriadas para o seu desenvolvimento



Um Plano de Desenvolvimento que coloque como questões centrais a criação de uma base económica regional, com as adequadas reformas democráticas e a dinamização do sistema produtivo, a criação de emprego sustentável e durável, a melhoria dos salários, das pensões e das condições de vida da população em geral.

2 **Definição de uma política Agrícola Regional**, uma nova política dos recursos hídricos; o ordenamento dos espaços florestais através da nova Lei de Bases da Política Florestal (Lei nº 33/96, de 17 de Agosto); uma nova política de custos de factores de produção e de crédito; uma nova política de preços e escoamento da produção; o apoio ao Associativismo; a revisão da Política Agrícola Comum (PAC).

3 **Construção de uma base económica**, através da promoção dos produtos regionais, que acrescente valor às produções e gire novos empregos. São enormes as potencialidades nas áreas da vinha e do vinho; do olival e do azeite;

da castanha e da amêndoa; da produção animal; da batata; dos produtos hortofrutícolas; da agro-indústria; das madeiras; das rochas ornamentais; das águas mineromedicinais; do ambiente, etc.

4 **Desenvolvimento da Indústria Turística**, mediante o racional aproveitamento do património natural, construído e humano, servido por instrumentos adequados de apoio financeiro ao investimento e nomeadamente para construção de novos estabelecimentos hoteleiros de que a região carece.

5 **Programa de apoio à criação de um sistema de comercialização das produções regionais**, que poderá ter como ponto de partida as infra-estruturas já existentes. Redefinição do papel e do funcionamento dos matadouros e parques de leilão de gado.

6 **Definição de uma política de apoio ao investimento**, que crie condições privilegiadas/discriminação positiva em relação ao litoral para a captação de investimentos, nacionais e estrangeiros.

Reforço das verbas do investimento público, canalizados através do Orçamento de Estado (PIDDAC, FEF, etc.), do II Quadro de Apoio Comunitário (Fundos Estruturais), de Programas e Iniciativas Comunitárias, e do Fundo de Coesão, criação de um «Banco Regional de Dados» de apoio ao planeamento e ao investimento.

7 **Criação de um Programa de Construção, Obras Públicas, Acessibilidades e outras Infra-estruturas**.

Nas áreas das acessibilidades; das infra-estruturas hidráulicas; das infra-estruturas de saneamento básico e abastecimento de água às populações; da habitação; das infra-estruturas de apoio à terceira idade; saúde e parque escolar, da recuperação de monumentos e centros históricos.

8 **Alteração do Plano Rodoviário Nacional/PRN 2000**, por forma a sofrer as alterações necessárias que possam contribuir para os objectivos de desenvolvimento, económico e social da região.

9 **Definição de uma nova política de Ensino, Formação Profissional e Investigação Aplicada**, que tenha em conta as necessidades de desenvolvimento actuais e futuras da região, onde a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro – UTAD e o Instituto Politécnico de Bragança – IPB, terão um papel fundamental.

10 **Institucionalização das Regiões Administrativas de Trás-os-Montes e Alto Douro**, garantindo, em simultâneo, o reforço do Poder Local Democrático.

EM FOCO

■ Manoel
de Lencastre

Mary Stuart, «Queen of Scots», pertence aos Historiadores Europeus

Mary Stuart, «Queen of Scots», atraiu a ira popular e a de grande parte da nobreza feudal que a tinha sustentado no trono. Por seu lado, o governo protestante e o propagandista e governante máximo do novo poder que se exercia em nome de Deus e, segundo a Bíblia, John Knox, decidiram que, simplesmente, era essencial expulsá-la do palácio real de Holyrood, em Edimburgo. Mas, porque se tratava de uma rainha católica, certas forças nacionais e internacionais permaneciam activas e dispostas a defendê-la.

O drama de Mary Stuart ia, agora, começar. Seria vítima de condições históricas que não era possível fazer anular. Seria vítima, igualmente, do amor febril, devorador, total de Lord Bothwell – vítima da sua própria natureza, dos seus instintos de amor que, desgraçadamente, lhe fizeram subalternizar a posição de rainha. A sua perdição reside, em muito, no facto de que, antes de ser rainha, era mulher.

Em Inglaterra, a figura da rainha escocesa era tida como extremamente perigosa posto que, neta de James IV e de Margaret Beaufort (esta era a mãe do rei Henry VII), estava em linha para a sucessão ao trono dos Tudors no caso de morte de Henry VIII. E a verdade é que, morto este, lhe sucederam Edward VI cuja mãe era Jane Seymour, Jane, que acabou cedo, decapitada em 12.05.1554, Mary I (filha de Catarina de Aragão e mulher de Filipe II de Espanha) e, finalmente, Elizabeth I (Isabel I) filha ilegítima de Henry VIII e de Anne Boleyn. Em todo este complexo cenário destaca-se a luta que se desenvolvia, tenazmente, entre o catolicismo decadente e o protestantismo dirigido no sentido das actividades que davam dinheiro. Elizabeth subiu ao trono em 1558 e morreria solteira em 1603 com 69 anos de idade e após 44 anos de reinado. Os ingleses conseguiram, apesar de Elizabeth haver sido excomungada e deposta pelo Papa, evitar que a rainha católica da Escócia fosse, simultaneamente, rainha de Inglaterra. Uma situação que veio a verificar-se com o filho de Mary, que foi James VI da Escócia e James I de Inglaterra, mas em condições diferentes. Quando James chegou ao trono, a Inglaterra «galopava» para uma nova era – e o capitalismo tinha estabelecido o seu poder. Antes disso, porém, o drama de Mary, Queen of Scots, marcaria a trajectória histórica dos dois países de maneira indelével.

No seio das grandes famílias católicas inglesas começara a sentir-se o peso da repressão. O protestantismo e o anglicanismo eram a resposta ideológica, ou pretendiam sê-lo, relativamente ao poder da Igreja católica romana que entrara em declínio. Mas o poder efectivo passara para outras mãos – as dos novos meios de negócios que já contemplavam a aceleração da sua prosperidade.

Estes meios fortaleceram-se no seio das novas condições criadas, inegavelmente modernas naquela época, de uma certa abertura à sociedade à educação e à cultura, ao comércio e à navegação e do assalto generalizado às imensas propriedades da Igreja católica. Só em certas regiões, como o Lancashire, o catolicismo continuava a resistir no espírito dos seus fiéis e no terreno das lutas rebeldes. Nessas regiões, a rainha da Escócia era, indubitavelmente, uma bandeira de esperança – era uma ilusão de que a fé antiga, todo o passado, numa palavra, poderia voltar a constituir-se.

O fatídico casamento de Mary Stuart com Lord Bothwell durou um mês (de 15.05.1567 a 15.06.1567). Na realidade, as forças anticatólicas que davam mostras de um fanatismo odioso e cego desconhecido no país até nos tempos do Cardeal Beaton, contaram as espadas e as alabardas e decidiram passar ao ataque. Tinham consigo o povo das cidades cujo ódio à rainha escrava dos seus impulsos de amor e da sua frivolidade, desafiava a imaginação. Mary tentou resistir mas foi obrigada a

render-se (15.06.1567) em Carberry Hill e teve de abdicar a favor do filho. A regência do senhor de Murray, em nome de James VI, ratificou todas as leis que desde 1560 estabeleciam o poder protestante e Mary ficou encerrada na fortaleza de Lochleven durante quase um ano até que teve lugar, a 2 de Maio de 1568, uma fuga romântica e histórica.

Fuga, exílio e morte

A evasão de Mary «Queen of Scots» do castelo de Lochleven é-nos descrita pelos historiadores escoceses em termos invariavelmente emocionais. Eles não hesitam, em muitos casos, em abandonar a análise dos factos simples e puros para se renderem ao clima dramático e fatal dos últimos dias da rainha escocesa em solo pátrio. Mary, com a conviência de pessoal da guarda do castelo, foi

feita embarcar num pequeno bote durante a noite e afastou-se da prisão, que se erguia num lago, totalmente entregue à dedicação de um jovem remador que a conduziu para porto seguro. Onze dias depois, a rainha dos escoceses tinha à sua disposição um pequeno exército, em Langside (Glasgow). Mas reconheceu-se, rapidamente, que essa força não tinha capacidade militar suficiente para derrotar as tropas enviadas pelo regente, Murray, e um conjunto de formações populares mobilizadas pelos protestantes. A rainha, assim, viu-se forçada a fugir para Dumbarton e, com a situação a agravar-se minuto a minuto, a embarcar em Dumfries com destino a Inglaterra onde a prima, Elizabeth I, lhe concedeu

cuja missão tinha a ver com todas estas lutas pela supremacia religiosa e pela condução do novo poder económico, seria completamente derrotada. As forças do passado viam-se obrigadas a ceder o passo a condições novas que já permitiam que se divisasse um mundo diferente cujos contornos, todavia, poucos podiam compreender. Na verdade, o capitalismo partia ao encontro de todos os homens em todos os países. Mas a Escócia sentia-se isolada e os presbiterianos, que já se desorientavam face às realidades e só conheciam a Bíblia, não sabiam governar o país.

A Bíblia, a propriedade privada, o protestantismo

Nestes termos, as múltiplas contradições que ensombavam o futuro do povo escocês deram lugar a que o poder político, intimamente ligado ao religioso, caísse no caos de um tempo de golpes e contrgolpes de Estado quase contínuos. Correu sangue em todo o país. Murray, Lennox, Mar, Morton, foram eliminados da cena política. John Knox, o presbítero supremo, morreu em 1572. Que destino esperava a nação? Na confusão e no desespero, entretanto, surgiu uma hipótese de diversificação. Por que não embarcar para a província irlandesa do Ulster? Aí, era possível expulsar os irlandeses das suas terras, desbravá-las, plantá-las e cultivá-las, fundar um poder novo baseado em três dos mais sagrados postulados: o da propriedade privada, o da Bíblia e o do protestantismo.

Os acontecimentos em Inglaterra continuariam, inevitavelmente, a determinar a trajectória histórica da Escócia, um país que a religião não era capaz de libertar e, pelo contrário, afundava no obscurantismo, no isolamento, na ignorância, na pobreza. Desde os alvares do século XVII que os ingleses, possuidores de uma visão do mundo muito mais precisa, iniciavam o estabelecimento de colónias na América do Norte. O alargamento do poder dos grandes meios de negócios fizera abrandar a fúria anticatólica. Já não parecia tão imperativo negar o trono inglês a um rei católico desde que o verdadeiro controlo do país continuasse nas mãos dos grandes senhores da terra, dos novos magnatas da navegação, do comércio, do esclavagismo, da banca, dos seguros, de todos os negócios que se transaccionavam em Londres no célebre café dos Lloyds.

Mas, as intenções de Charles I (filho de James I, James VI da Escócia) eram outras. Por um lado, este rei católico, neto de Mary Stuart, não tolerava a supremacia do Parlamento, cujos deputados representavam uma Inglaterra protestante e livre, aberta aos negócios ultramarinos que apontavam já à formação do primeiro Império; por outro, casado com a filha de Henri IV, de França, permitia que o fantasma do catolicismo se reerguesse, sempre agitado pelo Papa e pela Espanha negra do mais obscurantista catolicismo. Ao procurar impor-se

como rei absoluto, Charles I aboliu o Parlamento e julgou possível governar a Inglaterra com mão-de-ferro. Mas era o tempo em que se emigrava para o Massachussets e o povo inglês começava a conhecer o mundo, a vida de outros povos, os outros países. Tinha nascido em Inglaterra um espírito ardente de liberdade. E a expressão central dessa liberdade era o Parlamento.

Em 1642, o rei abandonava Londres para decretar nos jardins do castelo de Nottingham o início da Guerra Civil cujas consequências, tão complexas e tão monumentais, o levariam ao cadafalso. A Guerra Civil poria fim às contraditórias condições em que o país se achava. A Inglaterra apostaria no futuro, quando as brumas do passado estavam ainda tão perto e mal se dissipavam. E olhando os seus interesses, a Escócia aliou-se ao movimento dos parlamentares, constitucionais, liberais e revolucionários na esperança de que todos estes lhe respeitassem a independência. E surgiu a figura de Montrose, uma espécie de Napoleão escocês.



A Escócia continua à procura do seu destino

asilos. É quando chegados a este ponto da tragédia de Mary que certos historiadores desabafam nos termos seguintes: «Tudo o que se passou com Mary Stuart "Queen of Scots" até ao dia da sua morte, deixa de ser matéria para nós, mas sim, para os historiadores ingleses e europeus.»

Mary caíra, evidentemente, no covil da loba que a devoraria. Mas, até lá, o conflito que colocava protestantes e católicos em lados opostos, quanto às leis do desenvolvimento histórico, prosseguia. Depois das chamadas rebeliões do Norte e da bula papal que excomungava Elizabeth e a depunha começou a notar-se o aparecimento de missionários jesuítas em Inglaterra. Os protestantes ingleses e escoceses aproveitaram-se destes acontecimentos para notarem que a rainha Mary era o símbolo de todos os católicos britânicos e que, se continuasse a viver, transformaria-se no centro de novos movimentos rebeldes contra a estabilidade do poder nos dois Estados. Mary, portanto, foi decapitada a 8 de Fevereiro de 1587. No ano seguinte, a «Invencível Armada»,

PONTOS CARDEAIS



Barracas e vaias

Que terá dado ao Presidente da Câmara do Porto para se ir enfiar na boca do lobo, isto é, para ir mostrar-se junto dos que contestam a sua política? Terá querido, na passada sexta-feira, proceder à «inauguração» de um desmantelamento? Fernando Gomes deu barraca ao chegar-se à Circunvalação, junto a um terreno onde começaram a ser demolidas duas dúzias de barracas - elas são 210 -, mas terá esquecido que os

moradores não estavam realojados. Assim, a operação de propaganda virou-se contra o propagandista, que foi vaiado e se arriscou, ele, a ser demolido por dezenas de moradores em concentração. Os acompanhantes do autarca tiveram de organizar um cordão para o proteger da fúria popular...

Touradas e vaias

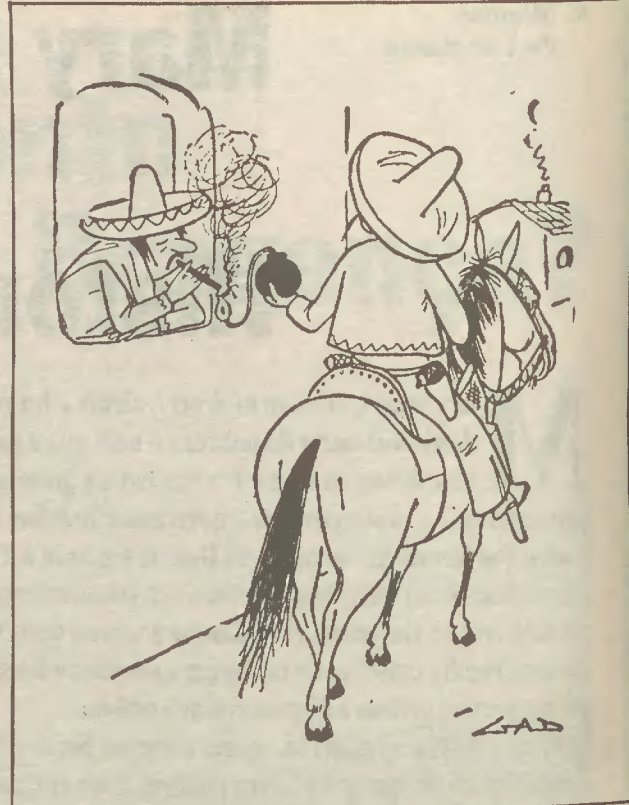
Em Setúbal, porém, as vaias para outro autarca socialista

não aconteceram em local de previsíveis protestos, quando, uma semana antes, Mata Cáceres, foi à tourada. Sentado no alto da tribuna presidencial - ou real? - acompanhado do inefável actor e encenador do PS Carlos César, o Presidente da Câmara Municipal de Setúbal não esperava certamente ver uma praça em peso contra si. Na verdade, os responsáveis políticos não costumam ser vaiados em espectáculos ou cerimónias que não tenham a ver directamente com a sua actividade. É mais fácil ver um ministro ser objecto de vaias à porta de uma fábrica onde grassa o despedimento do que vê-lo apupado numa sessão de teatro. A não ser quando a paciência se esgota, o que parece ser o caso. Mata Cáceres, cuja edilidade a que preside patrocinava a corrida da noite - o próprio é um aficionado e gaba-se dos seus conhecimentos - foi mesmo objecto de uma «homenagem», com descerramento de lápide e tudo. Mas, no intervalo, ao

anúncio da cerimónia, começaram os primeiros assobios. Quando Cáceres falou, no seu estilo arrogante, as vaias subiram de tom. E, por fim, quando o último touro de uma série de «mansos» se sentou na arena, «desistindo», a praça levantou-se contra o Presidente da CMS. O epíteto mais brando que se ouviu foi o de «aldrabão»... Estas vaias todas, a acrescentar às mudanças de partido que ex-autarcas socialistas anunciam, não auguram nada de bom para o PS nas próximas autárquicas.

Antitabagismo militante

Depois de mais de um século a comandar o tabaco mundial e a mandar pôr todo o mundo a fumar, os americanos mandam agora o inverso. Clinton - porque estas coisas são sempre de iniciativa presidencial - está apostado em limpar os Estados Unidos do fumo de tabaco e tomou



medidas em relação a todos os espaços que dependem do governo federal. Só o Congresso e os tribunais lhe escapam, nem os magalãs podem fugir à militância antitabagista clintoniana. Há quem se pergunte se a administração dos EUA pretende enfiar-se numa operação catastrófica como foi a Lei Seca, célebre pelo contrabando que gerou e pela onda de violência que se lhe

seguiu, originando a consolidação de uma das maiores e mais ferozes organizações criminosas do mundo. Há também quem se pergunte se este fervor antitabagista não esconde - porque nos EUA todas as operações têm na sua base poderosos interesses económicos - uma qualquer intenção de favorecer outra «distracção» rentável. A pastilha elástica?

PONTOS NATURAIS

Mário Carrius



Versos dos anos 60

Os malditos

Nunca apanharam um malmequer.

Nunca pararam para ver na montra uma manhã de dezoito quilates.

Nunca decoraram um verso e também nunca um verso os decorou.

Nunca viram o futuro debruçar-se nos olhos das crianças.

Nunca.

Quando desembarcaram dos mares da aventura e da loucura ninguém os esperava.

Maio

quero-te bem
Maio.

tuas flores não chegam
é verdade
para cobrir as duras cicatrizes
deste tempo.

quero-te bem Maio
quero-te bem por não teres desistido.

Guerra

Que foi
que aconteceu?

- É um herói.
Morreu.

Cobrem-lhe o peito mudo de flores.
Deixa viúva e quatro filhos menores.

D. Flora ⁽¹⁾

Domingo passado vi D. Flora
na camioneta para Peniche.

Cabeça toda branca
apoiada no ombro da manhã.
A boca, uma linha amarga
das palavras feridas por dizer.

Embora fechasse os olhos
era evidente que D. Flora não dormia.

Diário

O meu dia termina.

Só então
é que me ponho a sonhar.

Tanto tempo perdido, coração!
Tanto sol destruído sobre o mar!

Coração

cada dia apunhalado
cada dia destruído
e cada dia esquecido
cada dia amordaçado
cada dia sepultado
cada dia transviado
cada dia renascido.

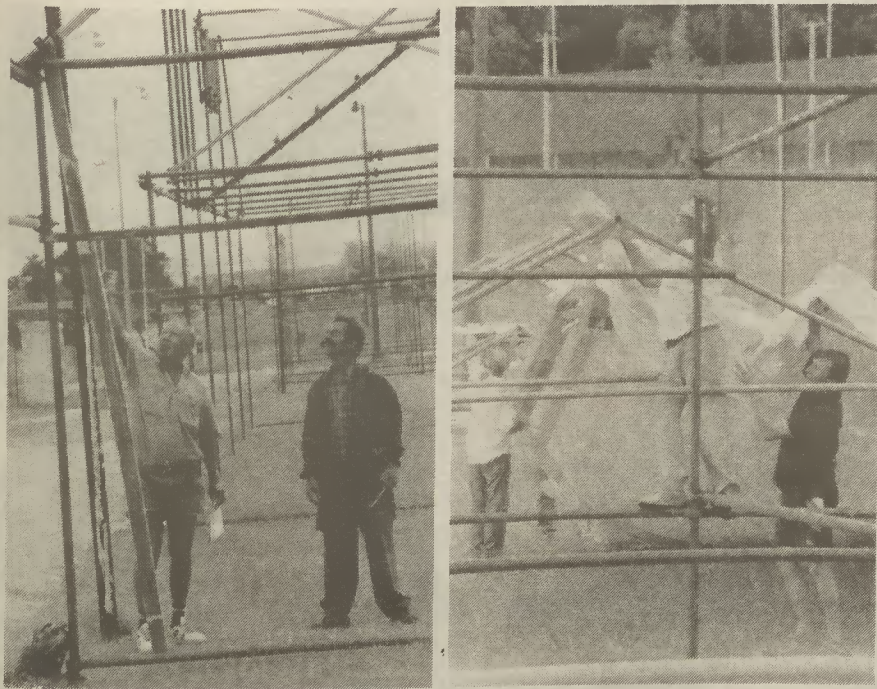
cada dia mais ousado.

⁽¹⁾ D. Flora era mãe de José Magro

AGENDA



A Festa de quem trabalha



São muitas centenas de militantes e simpatizantes comunistas que todos os anos vão até à Quinta da Atalaia para generosamente participarem na construção, realização e depois desmontagem da maior Festa que no País se faz ao ar livre.

São milhares de horas de trabalho voluntário sem as quais não seria possível abrir as portas aos visitantes. A Festa é assim o resultado directo do esforço empenhado dos militantes e, por isso, é também uma manifestação da sua forma de estar no mundo.

O trabalho, esse já vai adiantado. Outra coisa não seria de esperar quando apenas faltam três semanas para a festa começar. As estruturas já são visíveis no terreno e em breve tudo tem de estar pronto.

Concelho de Cascais

Sexta-feira, 15 de Agosto

Transportes para a Festa:

do CT de Cascais, às 07.45 h, com passagem em
Alcabideche, 07.55 h; Manique, 08.00 h;
Alto de Tires, 08.10 h; Rana, 08.15 h;
Parede, 08.20 h; Sassoeiros, 08.30 h;
Regresso da Festa, 17.00 h.



Compra a EP

Única fonte de receita da Festa do «Avante!», a EP é mais do que um simples ingresso. É ela que permite que todos os anos se façam grandes melhoramentos no terreno e que se ofereça uma programação sempre recheada com os melhores espectáculos e exposições. Por isso, compra já a tua EP e convence os teus amigos que ao fazerem-no estão a praticar um acto de solidariedade com a Festa. Está à venda em todos os centros de trabalho do PCP, assim como nas mãos de muitos militantes comunistas e amigos da Festa.

Sexta, 15, a partir das 12h30

Sardinhada CDU em Portimão

(no Ténis-Bar, junto ao Auditório Municipal)
com a participação de candidatos da CDU
e de dirigentes da Coligação
Música popular

SINTRA – domingo, 17 Convívio CDU no Pinhal do Magoito

com a presença de Lino Paulo

GRANDE CONVÍVIO NO DOURO

– 15, 16 e 17 de Agosto –

promovido pela Organização da Penha de França do PCP
*De Lisboa a Mesão Frio e Vila Nova de Foz Côa
Figueira de Castelo Rodrigo - Cruzeiro no
Douro*

(Informações: CTs da Zona Oriental de Lisboa)



BARRAGEM DO FUNCHO – SILVES

16/17 Agosto

Barlavento Radical 97
rapel • canoagem • pesca
(Inscrições: JCP/Silves, tel. 44 22 74)



COM CARLOS CARVALHAS
COSTA DE CAPARICA

PRAÇA DA REPÚBLICA
(Junto ao Mercado)
23 de Agosto
pelas 21h.

CDU é obra!

CDU - Coligação Democrática Unitária PCP-PEV



COMÍCIO/FESTA CDU

TELEVISÃO

Quinta, 14

RTP 1

08.00 Um, Dó, Li, Tá
09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.35 Uma Estranha Dama
11.30 Praça da Alegria
12.00 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Força de Mulher
14.40 Nós, os Ricos
15.20 Alondra
16.20 Carmen
17.50 Alta Voltagem
18.30 Na Paz dos Anjos
19.15 País País
20.00 Telegestual
20.50 TV Verdade
21.25 Filhos do Vento
22.25 Grande Noite do Fado (Parte I)
00.15 24 Horas
01.00 Motores
01.40 No Calor da Noite

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.35 Ellen II
16.00 Departamento de Homicídios
17.00 Agente Secreto
17.55 Aventuras do Século XX
18.25 Um, Dó, Li, Tá
20.00 Infantil
20.30 Euronews
21.10 Remate
21.25 Amigos por Acaso
22.00 Jornal 2

Sexta, 15

RTP 1

08.00 Um, Dó, Li, Tá
09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.35 Uma Estranha Dama
11.30 Praça da Alegria
12.00 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Robin Hood
(de Ralph Smart, G.Bret./1991, com Richard Greene, Bernardette O'Farrell, Patricia Driscoll, Alan Wheatley. Ver Destaque)
15.30 Circo
16.40 Os Andrades
17.20 Lance Burton
18.10 Nós Somos Anjos
(de Reggero Deodato, com Bud Spencer, Philip Michael Thomas, Philippe Leroy. Aventuras)
20.00 Telegestual
20.50 TV Verdade
21.25 Filhos do Vento
22.20 Jogos Sem Fronteiras
00.15 24 Horas
01.00 Momento de Justiça II
(de Robert Radler, EUA/1991, com Eric Roberts, Phillip Rhee, Edan Cross, Christopher Penn. Artes Marciais)

RTP 2

10.00 Missa
11.00 Gente Remota
12.00 Desporto 2
14.00 Musical: «No Doubt Live in Holland»

Sábado, 16

RTP 1

08.00 Sempre a Abrir
11.45 Último Nível
12.20 Confissões de Adolescentes
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Top +
14.55 Alta Voltagem
15.30 Viagem ao Futuro
16.20 Amores e Rebelião
17.25 86-60-86
18.05 Companhia dos Animais
18.40 Super Bébés
19.20 Jet 7
20.00 Telegestual
20.50 Isto Só Vídeo
21.25 Há Horas Felizes
22.45 Herman Enciclopédia
00.10 O Caminho das Estrelas
01.10 24 Horas
01.50 Amante de Sonho
(de Nicholas Kazan, EUA/1993, com James Spader, Madchen Amick, Bess Armstrong, Frederic Lehne, Kathleen York. «Thriller». Erótico)
03.35 A Trama
(de Don Sharp, G.Bret./1974, com Edward Woodward, Carl Mohner, Catherine Schell, Eric Pater. «Thriller»)

RTP 2

12.05 Vida por Vida
12.20 Maravilhas do Mundo Moderno
13.00 Segredos das Florestas Tropicais

Domingo, 17

RTP 1

08.00 Sempre a Abrir
11.45 Sem Limites
12.20 Confissões de Adolescentes
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Made in Portugal
14.50 Viagem ao Futuro
15.50 Amores e Rebelião
17.00 Cinco Gémeas que Valem Milhões
18.45 Os Andrades
19.25 Casa Cheia
20.00 Telegestual
20.55 Casa de Artistas
22.05 Filhos do Vento
23.10 Especial Desporto
24.10 24 Horas
00.45 Ligações
(de Patrick Jamain, EUA/1992, com Jacques Penot, Teri Austin. «Thriller»)
02.20 Polícia em Acção

RTP 2

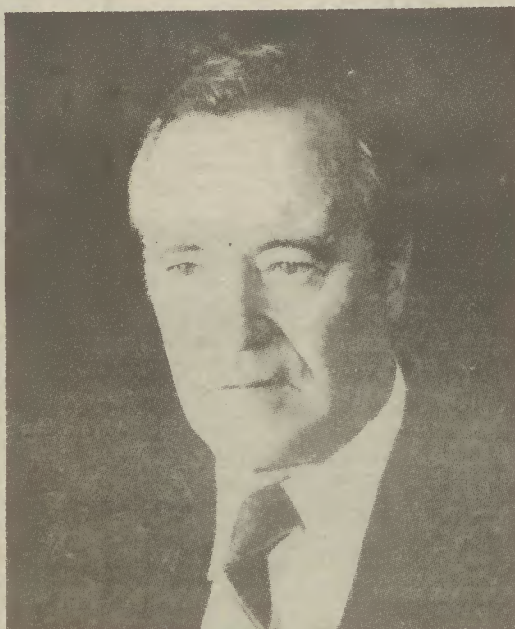
09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 70 x 7
10.30 Missa
11.20 Guerra Civil de Espanha
12.15 Como Salvar a Terra
12.40 Em Busca de Vestígios Esquecidos
13.30 Jornal d'África
14.05 Desporto 2
18.00 Encontros Imperfeitos
(de Jorge Marecos Duarte, Port./1992, com Diogo Infante, Fátima Belo, Paula Guedes, Nicolau Breyner, João Perry, Maria João Luís. Drama)
19.30 Bom Bordo
20.05 Artes e Letras - «Recordando O Maestro Carl Bohm»
21.00 Primavera dos Pavões
21.55 Horizontes da Memória
22.30 Bailado: «NDT 3»
23.30 Exposição: «Paula Rego»
00.20 Missão de Amor

TVI

08.30 Buééré
11.55 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Dragon Ball Z
14.40 Xena, Princesa Guerreira
16.00 Cidade Escaldante
17.00 O Maior
(de Rod Daniel, EUA/1991, com Joe Pesci, Vincent Gardenia. Comédia)
19.00 Sonho Meu
20.00 Jornal da Noite
20.45 Salsa e Merengue
21.45 Agora ou Nunca
22.45 Chuva de Fogo
(de Stephen Hopkins, EUA/1994, com Jeff Bridges, Tommy Lee Jones. «Thriller»)
00.45 Último Jornal
01.15 João Soares

TVI

08.30 Animação
09.50 Vamos ao Circo
11.10 Missa
12.30 Notícias
12.45 Portugal Português
14.00 O Detetive das Mil Caras
14.30 Homem Aranha - A Teia Chinesa



Jack Lemon, o grande actor retratado esta semana em «Foyer»

(de Cliff Bole, EUA/1978, com Nicholas Hammond, Robert F. Simon. Aventuras)
17.00 Os Mistérios de Bill Cosby
18.00 As Ruas de Laredo
20.00 1 West Waikiki
21.00 Telegestual
21.35 Edição Especial
22.30 Ligado à Máquina
(de Bobby Roth, EUA, com Gary Cole, Craig T. Nelson, Beverly D'Angelo. Telefilme dramático)

Segunda, 18

RTP 1

08.00 Um, Dó, Li, Tá
09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.35 Uma Estranha Dama
11.30 Praça da Alegria
12.00 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Força de Mulher
15.30 Alondra
16.35 Carmen
17.30 País País
17.55 Futebol
20.00 Telegestual
21.00 TV Verdade
21.30 Filhos do Vento
22.30 Liz Taylor
no seu 65º aniversário
24.00 24 Horas
00.30 O Adolescente
(de Claude Lallemand., Fr./1974, com Stéphane Audran, Maurice Ronet. Drama)

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.50 Ellen II
16.20 Departamento de Homicídios
17.00 Agente Secreto
17.30 As Aventuras do Século XX
18.00 Um, Dó, Li, Tá
19.50 Infantil
20.35 People Count
21.15 Remate
21.25 Murphy Brown
22.00 Jornal 2
22.30 Os Quatro Cavaleiros do Apocalipse
(de Vincente Minnelli, EUA/1962, com Glenn Ford, Ingrid Thulin. Ver Destaque)
00.05 Nas Entrelinhas

SIC

09.10 Buééré
11.00 As Receitas do Dia
11.30 Tocaia Grande
12.30 Imagens Reais
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.40 Walker
15.45 Buééré
17.30 Mulheres de Areia
19.00 O Amor Está no Ar
20.00 Jornal da Noite
20.50 Trapalhões
21.30 A Indomada
23.00 Fúria no Bairro Chinês
(de Marl L. Lester, EUA/1992, com Brandon Lee, Powers Boothe, Nick Mancuso, Raymond J. Barry. Artes Marciais)
01.00 Último Jornal
01.25 O Fim do Império
02.55 Vibrações

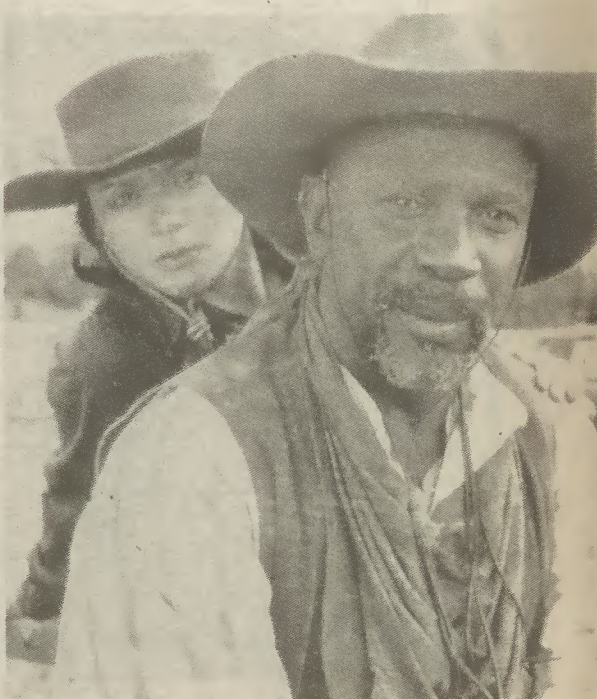
TVI

10.05 Animação
11.40 Esquadrão Classe A
12.40 Cassandra
13.30 TVI Jornal
14.20 Laços de Amor
14.50 Dama de Rosa
16.10 Éramos Seis
16.50 O Barco do Amor
17.40 Esquadrão Classe A
18.30 Models
20.00 Xica da Silva
21.00 TVI Jornal
22.00 Um Homem sem Passado

Terça, 19

RTP 1

08.00 Um, Dó, Li, Tá
09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.35 Uma Estranha Dama
11.30 Praça da Alegria
12.00 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Força de Mulher
14.45 Lições do Tonescas
15.35 Alondra
16.25 Carmen
17.15 Último Nível
18.15 100% Natural
19.00 País País



O regresso de «O Céu como Horizonte» à TVI

19.40 País Regiões
20.00 Telegestual
20.50 Filhos do Vento
21.45 TV Verdade
22.15 Antenas no Ar
23.15 24 Horas
24.00 Uma Mulher com Duas Vidas
(de Bill Corcoran, EUA/1995, com Connie Sellecca, Perry King, A. Martinez. Drama)

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.30 Campeonato Europeu de Natação
17.05 O Santo
18.00 Aventuras do Séc. XX
18.30 Um, Dó, Li, Tá
20.30 Rotações
21.15 Remate
21.25 A Grande Barraca
22.00 Jornal 2
22.30 Artigo 22
(de Mike Nichols, EUA/1970, com Richard Benjamin, Martin Balsam, Orson Welles. Ver Destaque)
00.20 Jools Holland

SIC

09.10 Buééré
11.00 As Receitas do Dia
11.30 Tocaia Grande
12.30 Imagens Reais
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.40 Walker
15.45 Buééré
17.30 Mulheres de Areia
19.00 O Amor Está no Ar
20.00 Jornal da Noite
20.50 Imagens Reais
21.20 A Indomada
22.30 Grande Reportagem
23.30 O Cliente
00.30 Último Jornal
01.20 Vibrações

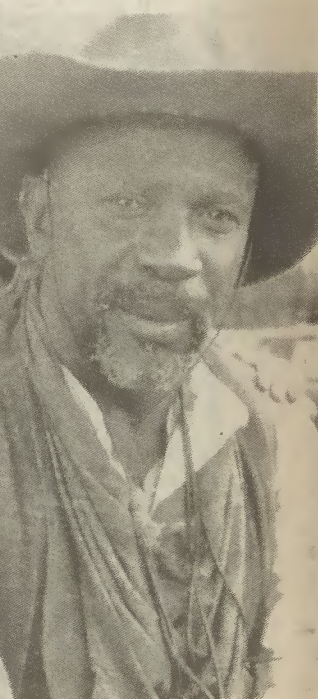
TVI

10.05 Animação
11.40 Esquadrão Classe A
12.40 Cassandra
13.30 TVI Jornal
14.20 Laços de Amor
14.50 Dama de Rosa
16.10 Éramos Seis
16.50 O Barco do Amor
17.40 Esquadrão Classe A
18.30 Models
19.30 Moda 97/98
20.00 Xica da Silva
21.00 TVI Jornal
22.00 O Silêncio do Culpado
(de Linda Otto, EUA, com Joanna Kerns, Michael Brandon, Shelley Hack, Tony Roberts. Telefilme Dramático)
24.00 TVI Jornal
00.30 A Balada de Hill Street

Quarta, 20

RTP 1

08.00 Um, Dó, Li, Tá
09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.05 Uma Estranha Dama
11.30 Praça da Alegria
12.00 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Força de Mulher
14.45 Isto Só Vídeo
15.35 Alondra
16.25 Carmen
17.45 Sem Limites
18.15 Na Paz dos Anjos
19.00 País País



19.20 Vamos Jogar no Totobola
20.00 Telegestual
21.15 Futebol: Portugal-Arménia
23.30 Filhos do Vento
00.15 24 Horas

RTP 2

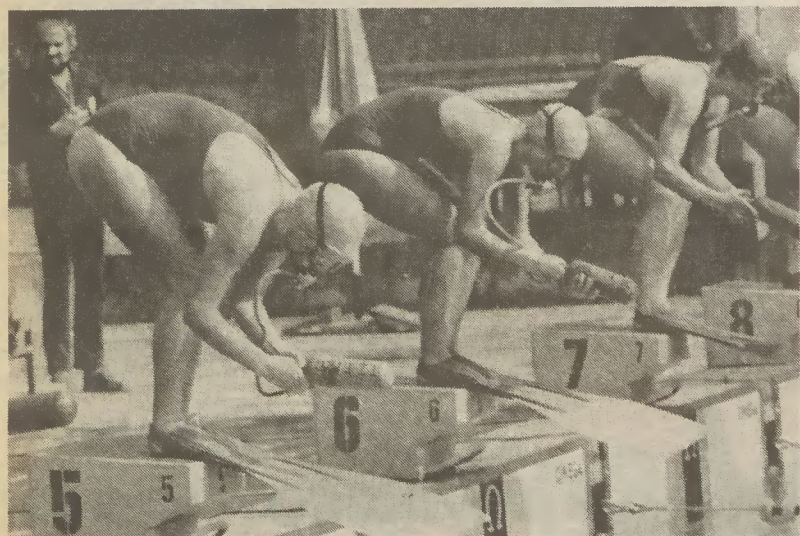
15.00 Informação Gestual
15.30 Campeonato Europeu de Natação
17.05 O Santo
18.00 Aventuras do Séc. XX
18.30 Um, Dó, Li, Tá
20.30 Euronews
21.15 Remate
21.25 Os Simpsons
22.00 Jornal 2
22.30 Os Filhos do Dr. Korczak
(de Andrzej Wajda, 1990, com Wojtek Pazoniak, Ewa Dalkowska. Drama Biográfico)
00.20 Vídas do Século

SIC

09.10 Buééré
11.00 As Receitas do Dia
11.30 Tocaia Grande
12.30 Imagens Reais
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.40 Walker
15.45 Buééré
17.30 Mulheres de Areia
19.00 O Amor Está no Ar
20.00 Jornal da Noite
20.50 Cuidado com o Fantasma
21.20 A Indomada
22.20 Cantigas da Rua
23.20 Nostromo
00.25 Último Jornal
00.50 Toda a Verdade
02.10 Vibrações

TVI

10.05 Animação
11.40 Esquadrão Classe A
12.40 Cassandra
13.30 TVI Jornal
14.20 Laços de Amor
14.50 Dama de Rosa
16.10 Éramos Seis
16.50 O Barco do Amor
17.40 Esquadrão Classe A
18.30 Models
19.30 Moda 97/98
20.00 Xica da Silva
21.00 TVI Jornal
22.00 Golpe de Fúria
(de Cirio H. Santiago, EUA/1993, com Jerry Trimble, Melissa Moore, Rick Dean. Acção / Artes Marciais)
00.25 TVI Jornal
00.40 Fora de Jogo
01.35 A Balada de Hill Street



Campeonato Europeu de Natação na RTP 2, na próxima semana

22.35 Muito Barulho para Nada
(de Kenneth Branagh, G.Bret./1993, com Kenneth Branagh, Denzel Washington, Emma Thompson, Michael Keaton. Ver Destaque)
00.20 Magazine
00.50 Os Heróis da Esquadrilha

SIC

09.10 Buééré
11.00 Receitas do Dia
11.30 Tocaia Grande
12.30 Imagens Reais
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.40 Walker
15.45 Buééré
18.00 Mulheres de Areia
19.00 O Amor Está no Ar
20.00 Jornal da Noite
20.50 Malucos do Riso
21.20 A Indomada
22.30 Paródia Nacional
24.00 24 Horas
00.25 O Cliente
01.45 Vibrações

TVI

10.05 Animação
11.40 Esquadrão Classe A
12.40 Cassandra
13.30 TVI Jornal
14.20 Laços de Amor
14.50 Dama de Rosa
16.10 Éramos Seis
16.50 O Barco do Amor
17.40 Esquadrão Classe A
18.30 Models
20.00 Xica da Silva
21.00 TVI Jornal
22.00 Alto Calibre
(de Jon Hess, EUA/1993, com Ian Griffith, Lance Henriksen. Acção)
00.20 TVI Jornal
00.40 Fora de Jogo
00.50 A Balada de Hill Street

15.00 Informação Gestual
15.35 Ellen II
16.30 Departamento de Homicídios
17.00 Agente Secreto
17.55 Aventuras do Séc. XX
18.25 Um, Dó, Li, Tá
20.05 Infantil
20.30 Euronews
21.10 Remate
21.25 Sonhos Perdidos
22.00 Jornal 2
22.35 Ratos e Homens
(de Gary Sinise, EUA/1992, com John Malkovich, Gary Sinise, Alexis Arquette, Sheryl Fenn. Ver Destaque)
00.15 Campos de Batalha

SIC

09.10 Buééré
11.30 Receitas do Dia
11.55 Tocaia Grande
12.30 Imagens Reais
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.40 Walker
15.45 Buééré
18.00 Mulheres de Areia
19.00 O Amor Está no Ar
20.00 Jornal da Noite
20.50 Todos ao Parque
21.30 A Indomada
22.30 Confissões
24.00 Agnes de Deus
(de Norman Jewison, EUA/1985, com Jane Fonda, Meg Tilly, Anne Bancroft. Drama. Ver Destaque)
01.30 Último Jornal
01.55 Os Astronautas
03.15 Vibrações

TVI

10.05 Animação
11.40 Esquadrão Classe A
12.40 Cassandra
13.30 TVI Jornal
14.20 Laços de Amor
14.50 Dama de Rosa
15.50 Você Tem Sex Appeal?
(de Dale Launer, EUA/1992, com Tate Donovan, Sandra Bullock, Dale Midkiff. Comédia)
16.45 O Barco do Amor
17.40 Esquadrão Classe A
18.30 Models
20.00 Xica da Silva
21.00 TVI Jornal
22.00 FX: Efeitos Mortais
23.00 VR5 - Realidade Virtual
24.00 Tráfico Humano
(de David Marconi, EUA/1992, com Miguel Ferrer. Drama)
01.55 TVI Jornal
02.30 A Balada de Hill Street

13.30 Desporto 2
19.00 Foyer - «Lendas de Hollywood - Jack Lemon»
20.00 Tournée
21.00 Justiça Texana
22.00 Onda Curta
(País Basco - II - Curta-Metragem de Orson Welles, EUA/1955.)
22.30 O Lugar da História
23.30 Os Favoritos da Lua
(de Otar Iosseliani, Fr./1984, com Alix Montaigne, Pascal Aubier, Gaspard Flori, Emilie Aubry. Ver Destaque)
01.05 O Guia do Sexo
01.30 Música Maestro - Ciclo Beethoven / Bernstein

SIC

08.00 Buééré
11.55 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Dragon Ball Z
14.50 A Sentinela
16.00 Marshall
17.00 As Aventuras de Jack Burton nas Garras do Mandarin
(de John Carpenter/EUA/1986, com Kurt Russell, Kim Cattrall. Aventuras)
19.00 Sonho Meu
20.00 Jornal da Noite
20.50 Mundo VIP
21.50 Salsa e Merengue
22.45 Big Show Sic
01.40 Último Jornal
02.00 O Poder de Um Jovem
(de John G. Avildsen, 1992, com Stephen Dorff, Morgan Freeman. Ver Destaque)
05.00 Portugal Radical

TVI

08.30 Animação
11.00 Vamos ao Circo
12.40 Caloiros
13.00 Notícias
13.25 Contra-Ataque
14.30 O Cerco dos Heróis
(de Daniel Petrie Jr., EUA, com Sean Astin, Andrew Divoff, Louis Gossett Jr., Denholm Elliot. Drama)
16.30 Uma Família às Direitas
17.00 Frasier
17.30 Competente e Descarada
18.00 Doido por Ti
18.25 O Céu Como Horizonte
20.00 Hospital Universitário
21.00 Telegestual
21.30 Savannah
22.30 Picket Fences
23.30 Mesma Casa, Outras Noites
(de Warren Leight, EUA/1994, com Matthew Broderick, Annabella Sciorra, Kevin Anderson. Drama)

A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

Por isto e por aquilo...

Muito Barulho Para Nada

(Quinta, 22.35, RTP2)

Irlandês de Belfast, talvez sardento, quase *pequeno* e ligeiramente redondinho, **Kenneth Branagh** teria contra si quase tudo para poder vencer na exigente cena clássica britânica, tutelada ainda hoje pela presença (ou a memória viva) de Olivier(s) e Gielgud(s). O facto é que bem cedo conquistou o estatuto de *menino prodígio*, distinguindo-se primeiro como intérprete e pouco depois também como encenador de Shakespearé nos mais exigentes palcos londrinos, e lançando-se bem cedo no cinema, com a expressa pretensão de levar o dramaturgo a muito mais vastas camadas de públicos.

Branagh conquistou reconhecimento internacional como realizador, actor e argumentista quando em 1989 – tinha então 28 anos – levou ao cinema uma brilhante adaptação do épico **Henrique V**. Neste **Muito Barulho Para Nada**, uma comédia exuberante feita quatro anos depois, Branagh consegue o prodígio de ser fiel ao mestre a contento dos seus mais exigentes cultores e, simultaneamente, confere-lhe uma clara e assumida construção cinematográfica, plena de ritmo, vigor e humor, onde pontificam – além de si próprio e de **Emma Thompson**, actores de teatro e de Shakespeare – os americanos **Denzel Washington**, **Keanu Reeves** e **Michael Keaton**, que ali estão, como é patente, não apenas para ajudar à penetração do filme no mercado norte-americano e imensas adjacências (factor que, valha a verdade, Branagh jamais descu- ra...).

gica história de solidariedade entre dois homens, errando de quinta em quinta em busca de trabalho, em plena época da Depressão -, e mais uma que não consegue atingir o nível da primeira versão cinematográfica, de **Lewis Milestone**, feita em 1939. No filme de hoje, notável será apenas a interpretação de **John Malkovich**, secundado como actor pelo próprio realizador, **Gary Sinise**.

Ainda assim, a densidade e a autenticidade do texto dramático original põem o filme em lugar de honra, numa semana em que vale quase tudo... menos ficar defronte do pequeno *écran*!

Agnes de Deus

(Sexta, 00.00, SIC)

Um recém-nascido é encontrado morto na célula de uma jovem freira, que passa a ser acusada de infanticídio. A doutora **Livingstone** é encarregada de avaliar psicologicamente. Confrontada com o universo fechado e místico do convento, aquela acaba por descobrir um subterrâneo que poderá ajudar a explicar o mistério. O destaque aqui

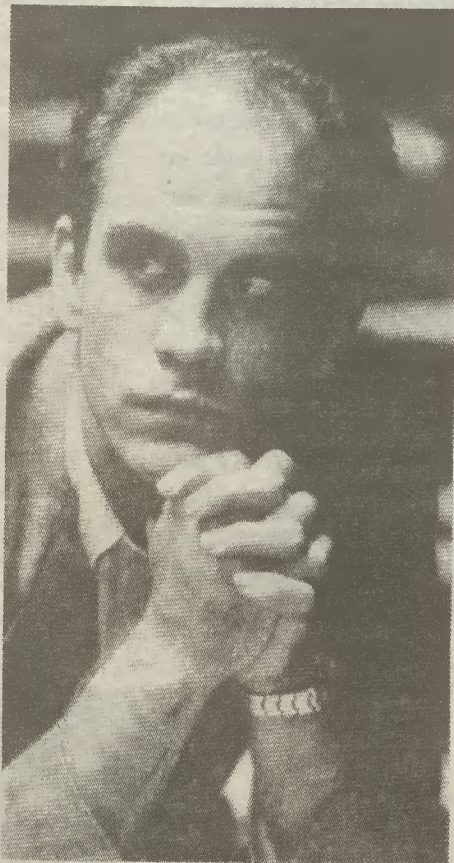
fica porque, apesar de tudo, se trata de um filme dirigido por **Norman Jewison** e no qual participam atrizes como **Jane Fonda** ou **Anne Bancroft**, em excelentes papéis. Mas esta adaptação de uma peça teatral feita pelo próprio autor original, **John Pielmeier**, é demasiado extravagante para que resista a não ser trocada por uma outra qualquer actividade lúdica mais interessante.

Os Favoritos da Lua

(Sábado, 23.30, RTP2)

Iosseliani, um cineasta georgiano em França, armado de uma tradição narrativa bem peculiar e de quotidianos de hoje, que com este filme conquistaria em Veneza o Grande Prémio Especial do Júri em 1984.

São histórias soltas de um punhado de gente heterogénea – uma antiquária, um armeiro, ladrões, prostitutas, um grupo rock, um velho professor -, cruzando-se e separando-se ao sabor do acaso e só por isso coerente. Um especial talento de **Iosseliani** para definir em escassas pinceladas, caracteres e situações e de as cruzar, obtendo efeitos ora trágicos ora cómicos, um cinismo latente – eis a curiosidade deste filme, dir-se-ia *literário*, que não deve ser fácil ver alguma vez numa sala de cinema.



John Malkovich, principal intérprete de «Ratos e Homens»

O Poder de um Jovem

(Sábado, 02.00, SIC)

John Avildsen é, recorde-se, o realizador de «coisas» como **Rocky** ou **O Momento da Verdade (Karate Kid)**. E, no entanto, aqui, neste filme, ele debruça-se criticamente sobre o *apartheid* ao contar-nos a história de um jovem sul-africano branco que, para lutar contra a discriminação dos seus compatriotas negros, decide enveredar pela prática do boxe e participar em combates mistos. As opiniões da crítica estão fortemente divididas quanto às boas intenções ou ao oportunismo do realizador. Tal não invalida a emoção inevitável perante o desenrolar de uma história carregada de verosimilhanças com o que se conhece e se imagina das sociedades do *apartheid* e que o fim do regime do *apartheid* na África do Sul não extinguiu da face da Terra. Mais uma vez em destaque estão os actores do filme, os excelentes **Morgan Freeman** e **Armin-**

-Mueller Stahl e um grupo de actores amadores notável.

Os Quatro Cavaleiros do Apocalipse

(Segunda, 22.35, RTP2)

Muito mais polémica foi sempre esta obra de **Vincente Minnelli**: o consagrado autor de melodramas cinematográficos e de *musicais* de ouro suscitou com esta obra as reacções mais díspares da crítica. Relato do drama vivido por uma família dividida entre o seu ramo alemão (e nazi) e o seu ramo franco-argentino (e resistente) durante a ocupação de Paris, para uns a plasticidade e barroquismo do filme torna-o soberbo, para outros a falta de sentido da realidade prejudica-o irremediavelmente.

Artigo 22

(Terça, 22.35, RTP2)

Este terceiro filme de **Mike Nichols** viria a constituir um verdadeiro fracasso, já que o realizador nunca conseguiu resolver a contradição entre o tom de surrealista *comédia negra* sobre a II Grande Guerra (que desde o início pretendeu estabelecer, porventura na linha de **Dr. Estranhoamor**, de **Kubrick**) e a grandiloquência dos meios utilizados e do batalhão de vedetas que arrebanhou para os papéis principais e secundários – de **Richard Benjamin** a **Orson Welles**. Talvez por isso, tudo parece resultar descoordenado e excessivo, nomeadamente na duração do filme, independente de algumas sequências conseguidas – como é a cena impagável que se desenrola na torre de controlo daquela suposta base aérea das tropas americanas no Mediterrâneo.



Jane Fonda, que divide com Anne Bancroft as honras de «Agnes de Deus»

Robin Hood: O Filme

(Sexta, 13.45, RTP1)

Melhor dizendo: «Robin Hood: O Filme da Série de Televisão», que é isso que este Robin Hood é. Todos os que têm mais de 30 anos se lembram da série que alimentou a nossa descoberta da televisão, nos anos 50/60. A preto e branco, sem os brilhos dos filmes sobre o tema que já haviam feito época (desde os anos 20...), ingénuo, *contado às crianças*... «Robin Hood: O Filme» não passa de uma montagem do velho material televisivo, digitalizado e *colorizado*. Os jovens de hoje não devem achar muita graça – e os de antigamente também não...

Ratos e Homens

(Sexta, 22.35, RTP2)

Uma das mais recentes adaptações (a 12ª!) do famoso romance de **Steinbeck** – que nos conta uma comovente e trágica



O elenco de «Muito Barulho Para Nada»

TELEVISÃO

■ Correia
da Fonseca

Com a verdade me enganas

Haverá decerto quem se aplique a inventariar as diferenças entre Carlos Cruz a apresentar «TV Verdade» e Artur Albarran a apresentar «Imagens reais». Há-as, sem dúvida, mas não é investigação que me fascine, muito antes pelo contrário. Como a toda a gente, ou quase, desapontou-me que Carlos Cruz condescendesse em vender aquilo, mas essa é outra questão.

Quanto a Albarran, não me desapontou nada porque nunca foi homem que me suscitasse expectativas positivas. Não porque não fosse capaz disso se o quisesse, mas porque não quer, porque são outras as suas opções. E talvez seja relativamente importante sublinhar isto, assim tentando desmentir a convicção muito generalizada de que Artur Albarran é pateta de todo e nada mais. Não é, não senhores. Se isto constitui atenuante ou agravante, outros que o avaliem. Por mim, o que tento avaliar, isso sim, é a informação tácita que subjaz em rubricas com estas duas e que se explicita numa frase de Carlos Cruz, proferida com aquela cara de mau que ele põe para reforçar o impacto possível do programa que apresenta: «Há várias formas de fazer televisão; esta é a verdadeira TV!»

Se calhar, é a isto que deve chamar-se um pensamento fecundo: se aquela é que é a verdadeira TV, pode inferir-se que todo o resto é a TV falsa, aldrabona, impostora, como se lhe quiser chamar. Neste sentido, parece-me uma sentença excessivamente severa, mas a culpa não é minha, é do Carlos Cruz, que aliás tem currículo mais que bastante para saber do que fala. Se aquela é que é a TV verdadeira, é mentirosa a TV do Telejornal, da generalidade das séries norte-americanas, dos entrevistadores visivelmente açulados contra certos entrevistados. Sou muito capaz de concordar. Porém, a TV portuguesa ainda não está reduzida apenas a isso, apesar dos esforços feitos nesse sentido. Se estou enganado, peço desculpa.

Com as calças do pai

Voltemos, porém, às peremptórias palavras de Carlos Cruz e à rubrica por ele apresentada (ou à sua irmãzinha e rival, as «Imagens reais», do Artur Albarran). A julgar por elas, o que é a verdadeira TV? Será a que nos traz a casa imagens colhidas na realidade sem retoque e que, por isso mesmo, são reveladoras da verdade da vida vivida? Vai-se a ver, o que é que está dentro desse universo revelador? Está um motociclista que amavelmente se espatifa contra um autocarro diante de uma câmara vigilante, está um gato que liga o telefone para o 115 local, está um sujeito que rouba um autocarro e percorre quilómetros a esmagar quanto se lhe depara no caminho, está um homem prestes a morrer num lago gelado, está um B-52 a despenhar-se e a provocar estragos condizentes com o acidente, está uma criança a salvar-se *in extremis* de um incêndio pavoroso. São coisas destas, senão menos significativas (género seios hipertrofiados e curiosidades similares), que constituam a «verdade» que pelos vistos mais importa revelar em «imagens reais». Divulgá-las será, entre as «várias fórmulas de

fazer televisão», a mais séria, mais verdadeira, mais nobre.

Poderá pensar-se, é claro, que se está apenas perante umas pirlhetas de verão destinadas a atrair gente, isto é, audiências, e que a prova disso é que tanto «TV Verdade» como «Imagens reais» logo se situaram entre os top's de audiência, o que prova a eficácia do recurso. Assim será: é sabido que a exibição pública de aleijões e chagas sempre suscitou a afluência de mirões e foi comercializada desde tempos imemoriais. Neste caso, porém, há uma implícita mensagem complementar que, discretamente embora, tem a ver com o entendimento global do mundo e da vida: a de que o autêntico que foge à rotina e que eventualmente a desmente. Não direi que se trata de uma inversão de valores, o que não pareceria adequado, mas que é uma mistificação. E passo apressadamente por cima do pormenor, porventura decisivo, de quer a rubrica de Cruz quer a de Albarran se tornarem êxitos de audiências quando transmitidas em horário colado às telenovelas e noticiários. Faz lembrar um velho ditado: com as calças do meu pai sou eu um homem.

Os receios

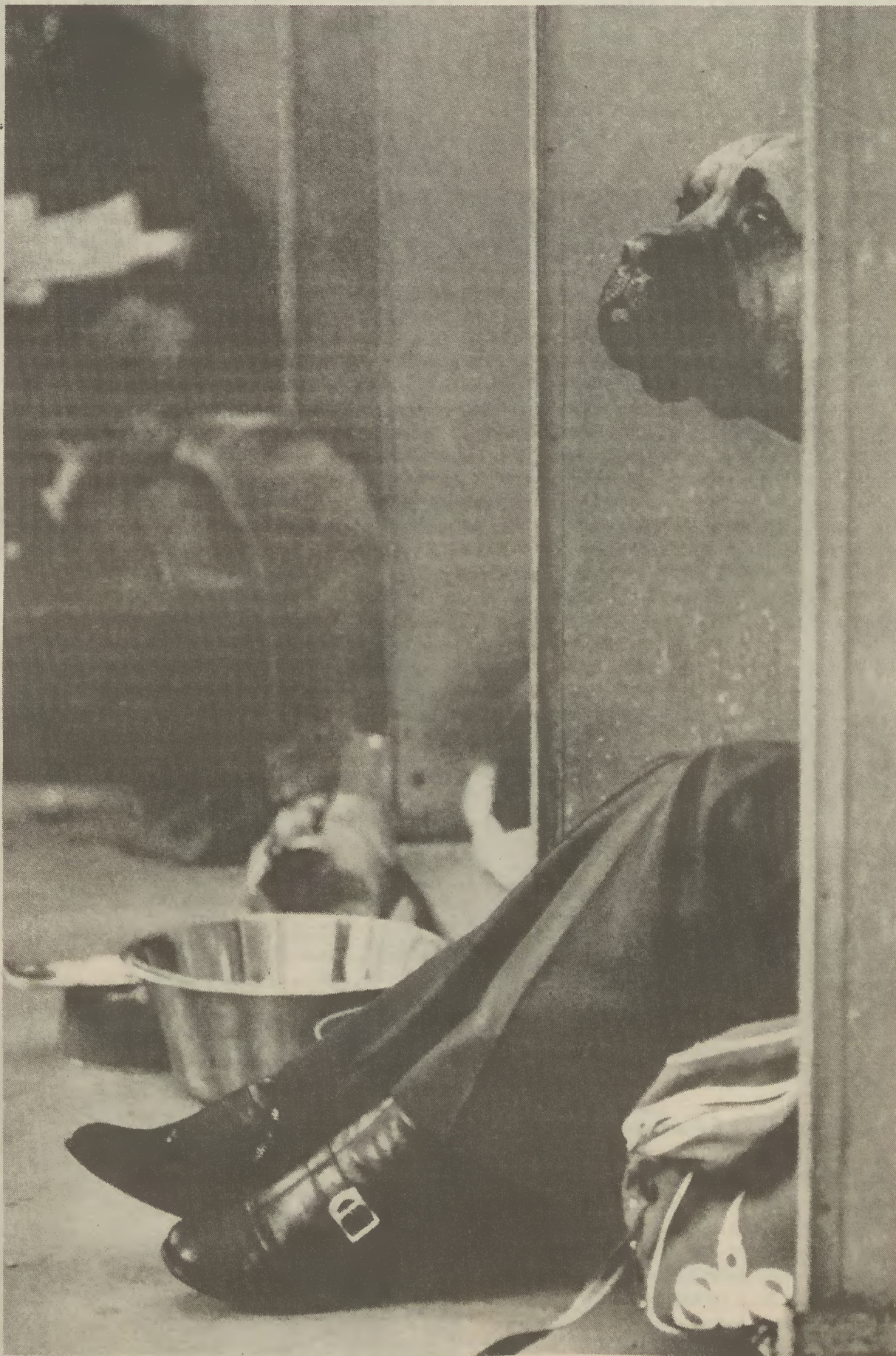
O motociclista pode ter chocado contra o autocarro em S. Paulo ou em S. Francisco, o gato

telechamador de ambulâncias pode estar em Nova Orleans ou na Baía de Todos os Santos. Contudo, a verdade norte-americana ou brasileira não pode ser sequer indiciada pelos episódios narrados por Carlos Cruz ou por Albarran. O mesmo se aplica à generalidade das micro-reportagens dramáticas ou simplesmente patúscas que preenchem as rubricas de um e de outro. Mostre-se-nos um dos milhões de desempregados norte-americanos ou um dos miseráveis negros sem-abrigo que se arrastam na noite nova-iorquina e aí, sim, está uma das faces dos Estados Unidos, tal como o rosto brasileiro está na delinquência que desce dos morros ou na obstinada coragem de um

uma cidade, de um país, do mundo. Porém, as coisas são piores. Ao dizer-nos que aquela é que é «a verdadeira TV», Carlos Cruz não apenas descredibiliza a restante televisão que já existe, o que noutros termos e noutro contexto até poderia aceitar-se, como antecipadamente desacredita uma outra TV que talvez não exista ainda mas há-de existir um dia. Porque é necessária. Porque essa será, enfim, a desde sempre invocada mas sempre adiada ou iludida «janela para o mundo». Enfim, a autêntica TV Verdade e não um tosco simulacro dela.

É claro que essas migalhas de realidade, cuidadosamente escolhidas em função do seu carácter excepcional, constituem uma

deixem de ser, são de facto manobras de diversão, pistas falsas, ludibrios. Poderá alguém vir lembrar, e com razão, que esse é o perfil de toda a TV que se vai fazendo nos quatro cantos destas sociedades que escolheram a televisão como instrumento de anestesia, não de consciência desperta, enquanto sinistros cirurgiões vão operando sobre o corpo adormecido. É certo. Mas poucas vezes a manobra surgiu em estado tão «puro» e se auto-proclamou exemplar em detrimento de todo o resto. Receio que não tenha acontecido apenas por acaso, se bem que circunstâncias diversas e factores de oportunidade tenham convergido nesse sentido. Receio que alguns,



nordestino que sonha com terra. Já seria bastante mau, pois, que as minúsculas e avulsas verdadezinhas cujo consumo Carlos Cruz nos propõe viessem ocupar um lugar excessivo no imaginário quadro que cada um de nós faz de

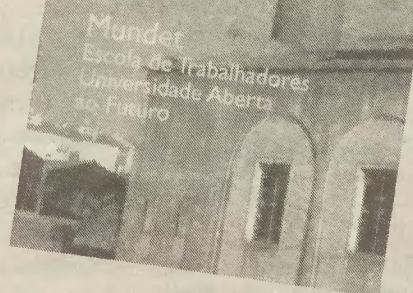
poalha que nos é atirada para os olhos e tende a distrair-nos de uma outra realidade, permanente e compacta, em que é imperativo atentar e é urgente transformar. Temos, assim, que estas «TV Verdade», sem que em rigor o

porventura muitos, tenham considerado que a capacidade de reflexão do público tenha chegado tão perto do grau zero que viabiliza enfim uma tão crua desfaçatez.

Receio, acima de tudo, que, de um modo geral, tenham razão.

Festas no Seixal

O País está carregadinho de festas de Agosto. Para esta semana, escolhemos dar ao leitor um cheirinho do que têm, desde o mês passado, vindo a ser as festas que o concelho do Seixal vive, em iniciativas promovidas pela Câmara Municipal. Começaram ontem as **Festas Populares da Amora**, que abriram, segundo o programa, com vários espectáculos musicais e uma exposição sobre os 23 anos do Poder Local Democrático. Hoje, o grupo **The Blues Band** actua às 22 horas no Palco 1, enquanto, à mesma hora, o **Conjunto Sinal** actua no Palco 2. Na sexta-feira, nos mesmos palcos e horários, respectivamente, vai haver música com **Tito Paris** e **Noite do Fado** com **Nuno Aguiar**. O Palco 1 é ocupado no sábado com o **Grupo Ramp** e no domingo com os **UHF**: No Palco 2, a noite de sábado está por conta do **Grupo Coral da Sociedade Filarmónica Operária Amorense** e a noite de domingo em convívio



musical com os **Irmãos Carmo**. Mas o sábado tem ainda mais música a oferecer noutras localidades do concelho, como em **Fernão Ferro**, **Paio Pires**, **Arrentela** e na própria cidade do Seixal.



XADREZ

DCXXII - 14 DE AGOSTO DE 1997
PROPOSIÇÃO Nº 1997X31
Por: **PETKO A. PETKOW**
Thèmes 64 [nº 9], 1958

Pr.: [5] Pb5 - Bs. 1, g1 - Tf1 - R64
Br.: [5]: Ch5 - Bb8 - Td8 - Dh3 - Rg6



Mate em 2 [dois] lances

SOLUÇÃO DO Nº 1997X31 [P. A. P.]

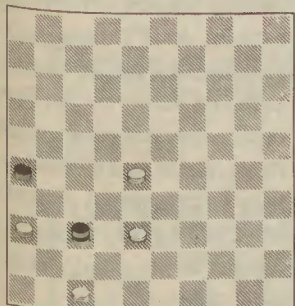
Chave: Dç 3!! [Ameaça: 2. Cg3 #]
1... Tc3 / Bc3 / Bc3 / Bh2 / Bf2 / Tf6 +; 2. Dd4 / D:d3 / Dg6 / Td4 / Cf6 / C:f6 #

A. de M. M.

DAMAS

DCXXII - 14 DE AGOSTO DE 1997
PROPOSIÇÃO Nº 1997D31
Por: **G. van DAM**
Holanda, 1947

Pr.: [2]: 26-(37)
Br.: [4]: 28-36-38-47



Branças jogam e ganham

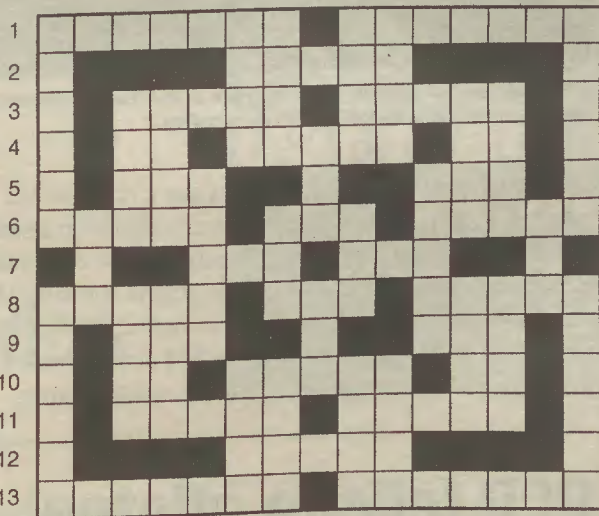
SOLUÇÃO DO Nº 1997D31 [G. van D.]

1. 38-32; (37-41)*; 2. 47-42; (41-47); 3. 32-27; 4. 27-32; (37-41)*; 5. 47-42; 6. 42-37; 7. 37-32; 8. 32-27; 9. 27-32; 10. 32-27; 11. 27-32; 12. 32-27; 13. 27-32; 14. 32-27; 15. 27-32; 16. 32-27; 17. 27-32; 18. 32-27; 19. 27-32; 20. 32-27; 21. 27-32; 22. 32-27; 23. 27-32; 24. 32-27; 25. 27-32; 26. 32-27; 27. 27-32; 28. 32-27; 29. 27-32; 30. 32-27; 31. 27-32; 32. 32-27; 33. 27-32; 34. 32-27; 35. 27-32; 36. 32-27; 37. 27-32; 38. 32-27; 39. 27-32; 40. 32-27; 41. 27-32; 42. 32-27; 43. 27-32; 44. 32-27; 45. 27-32; 46. 32-27; 47. 27-32; 48. 32-27; 49. 27-32; 50. 32-27; 51. 27-32; 52. 32-27; 53. 27-32; 54. 32-27; 55. 27-32; 56. 32-27; 57. 27-32; 58. 32-27; 59. 27-32; 60. 32-27; 61. 27-32; 62. 32-27; 63. 27-32; 64. 32-27; 65. 27-32; 66. 32-27; 67. 27-32; 68. 32-27; 69. 27-32; 70. 32-27; 71. 27-32; 72. 32-27; 73. 27-32; 74. 32-27; 75. 27-32; 76. 32-27; 77. 27-32; 78. 32-27; 79. 27-32; 80. 32-27; 81. 27-32; 82. 32-27; 83. 27-32; 84. 32-27; 85. 27-32; 86. 32-27; 87. 27-32; 88. 32-27; 89. 27-32; 90. 32-27; 91. 27-32; 92. 32-27; 93. 27-32; 94. 32-27; 95. 27-32; 96. 32-27; 97. 27-32; 98. 32-27; 99. 27-32; 100. 32-27

A. de M. M.

PALAVRAS CRUZADAS

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15

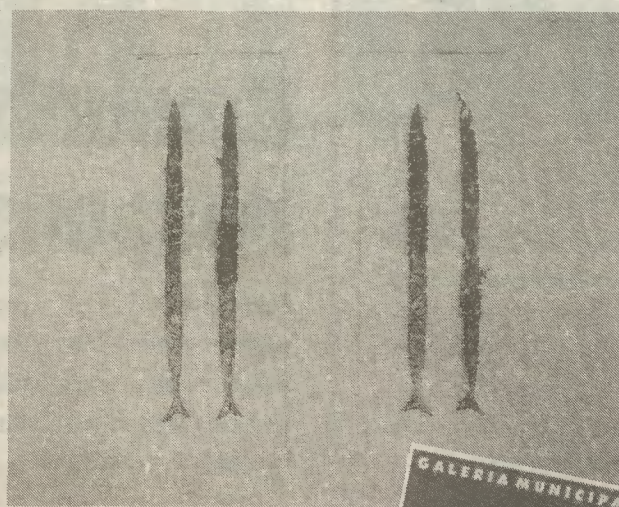


HORIZONTAIS: 1 - Espécie de cascalho que, nas regiões auríferas do Estado brasileiro de Minas Gerais, se encontra em camadas inclinadas nas faldas das montanhas e donde se extrai ouro; descorada. 2 - Pequena igreja em lugar ermo. 3 - Inutilizar; danada. 4 - Laço apertado; nome vulgar de uma ave da fam. dos psitacídeos, de bico muito curvo e forte que a auxilia quando trepa; antiga nota dó. 5 - Fruto da ateira; aberta com nó. 6 - Moradia de família nobre e antiga; criatura; missiva. 7 - Filtra; longa cinta japonesa, geralmente de seda, que forma um laço nas costas. 8 - Dança a três tempos; pequeno poema da Idade Média, narrativo ou lírico, em versos octossilábicos; magoara. 9 - Caminhavas para lá; apelido de heroína francesa. 10 - Nota musical; cozinhar no forno; à quele. 11 - Provídio de asas; lugar onde se alojam cães (pl.) 12 - Tabaco moído para cheirar (pl.). 13 - Negligentes; instrumento de madeira formado de tábuas com argolas móveis que se agitam para fazer barulho ou dar sinal.

VERTICAIS: 1 - Esfera oca de metal que tem dentro uma ou mais bolinhas maciças que, ao agitarem-se, produzem som (pl.); sebo ou elevação de terra que cerca uma propriedade. 2 - Base aérea portuguesa. 3 - Anual; instrumento de aço com asperezas, para desbastar ou polir metais. 4 - Papel-moeda; passas para fora. 5 - Baús. 6 - Ave de migração, columbina, abundante em Portugal de Abril a Setembro, após o que emigra para África; largo de igreja. 7 - Lavar; condimento; ressoas. 8 - Feridinha (inf.); lamentos. 9 - Acrescentar; tritura com os dentes; parte do lombo dos bovinos, entre a pá e o cachaço. 10 - Mamífero roedor da América do Sul, da fam. dos cavídeos, afim da cobaia, conhecido ainda pela designação de lebre-das-pampas; antiga medida de secos, correspondente a um alqueire. 11 - Picante. 12 - Instrumento que serve para marcar ângulos no terreno; rezai. 13 - Amarrar; repetição de um som (pl.). 14 - Possuir. 15 - Elegante; dimensão de um corpo considerada desde a base até à extremidade superior.

SOLUÇÃO:
ACÍDIO. 12 - SUIA. 13 - AMARRAR. 14 - TER. 15 - ALTO. 16 - ALTO. 17 - ALTO. 18 - ALTO. 19 - ALTO. 20 - ALTO. 21 - ALTO. 22 - ALTO. 23 - ALTO. 24 - ALTO. 25 - ALTO. 26 - ALTO. 27 - ALTO. 28 - ALTO. 29 - ALTO. 30 - ALTO. 31 - ALTO. 32 - ALTO. 33 - ALTO. 34 - ALTO. 35 - ALTO. 36 - ALTO. 37 - ALTO. 38 - ALTO. 39 - ALTO. 40 - ALTO. 41 - ALTO. 42 - ALTO. 43 - ALTO. 44 - ALTO. 45 - ALTO. 46 - ALTO. 47 - ALTO. 48 - ALTO. 49 - ALTO. 50 - ALTO. 51 - ALTO. 52 - ALTO. 53 - ALTO. 54 - ALTO. 55 - ALTO. 56 - ALTO. 57 - ALTO. 58 - ALTO. 59 - ALTO. 60 - ALTO. 61 - ALTO. 62 - ALTO. 63 - ALTO. 64 - ALTO. 65 - ALTO. 66 - ALTO. 67 - ALTO. 68 - ALTO. 69 - ALTO. 70 - ALTO. 71 - ALTO. 72 - ALTO. 73 - ALTO. 74 - ALTO. 75 - ALTO. 76 - ALTO. 77 - ALTO. 78 - ALTO. 79 - ALTO. 80 - ALTO. 81 - ALTO. 82 - ALTO. 83 - ALTO. 84 - ALTO. 85 - ALTO. 86 - ALTO. 87 - ALTO. 88 - ALTO. 89 - ALTO. 90 - ALTO. 91 - ALTO. 92 - ALTO. 93 - ALTO. 94 - ALTO. 95 - ALTO. 96 - ALTO. 97 - ALTO. 98 - ALTO. 99 - ALTO. 100 - ALTO.

EXPOSIÇÃO



Haru Ishii

É uma pintora japonesa, esta **Haru Ishii**, que expõe os seus trabalhos na **Galeria Municipal Gymnásio**, no **Espaço Chiado**, em Lisboa, em iniciativa promovida pelo **Pelouro da Cultura da Câmara Municipal**, em colaboração com a **Embaixada Portuguesa** em Tóquio. A exposição, que vai estar patente até 23 de Agosto nesta galeria da capital - na Rua da Misericórdia, nº 12 - não é apenas de pintura, pois **Haru Ishii** estende os seus interesses nas artes plás-

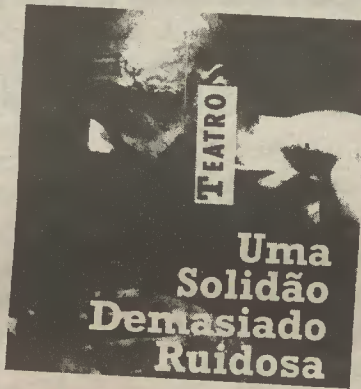


ticas pelo arenito, o azulejo, a cerâmica e a própria pintura. A ver, é a verificar que, na pintura contemporânea, os traços característicos das culturas e as diferenças entre Oriente e Ocidente, embora certamente subjacentes, esbateram-se... para ficar talvez o mais importante, que é o traço fundamental da personalidade de cada artista.

TEATRO

Uma Solidão Demasiado Ruidosa

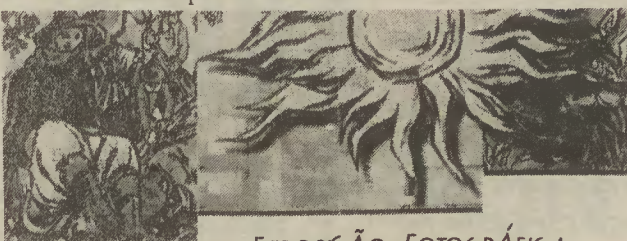
Não sabemos, por não termos visto a peça ou lido os textos, se o ruído será ou não demasiado em torno deste espectáculo que, de 7 a 31 de Agosto, vai à cena, pelas 22 horas, na **Sala de O Bando**, na Rua de Santo António à Estrela, 60, em Lisboa. Estreada no **Centro Cultural de Belém** e apresentada posteriormente em Coimbra, Almada, Porto e em Lisboa, no Teatro da Comuna, trata-se de uma co-produção CCB/António Simão, e é o próprio **António Simão** o intérprete que, iluminado por **Carlos Gonçalves**, leva à cena esta peça, que tem 60 minutos de duração. A peça é da autoria do checo **Bohumil Hrabal**, um escritor nascido em Brno, em 1914, e falecido este ano. E conta a história de um homem que «prefere morrer a aceitar a morte dos sonhos passados».



FOTOGRAFIA

Símbolos da Terra

Foi inaugurada no passado dia 5 mais uma iniciativa promovida pela **Câmara Municipal de Mora**, entre as muitas que esta autarquia leva a efeito na **Casa da Cultura**. Desta feita trata-se de uma exposição fotográfica que estará patente até 31 do corrente. Sob o lema **Mora, Alentejo, Símbolos da Terra**, os trabalhos expostos foram seleccionados entre os que se apresentaram ao **II Concurso de Fotografia** que a autarquia levou entretanto a cabo. Na organização colaboraram as juntas de freguesia do concelho e a iniciativa teve o apoio da **AR.CO** e da **APAF**.



EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA
MORA, ALENTEJO
SÍMBOLOS DA TERRA

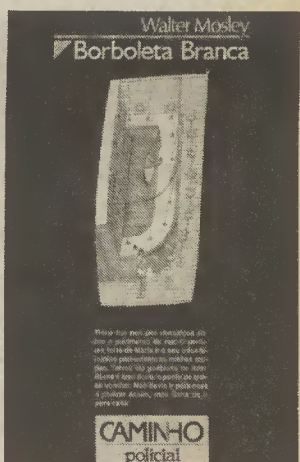
GALERIA DA CASA DA CULTURA DE MORA
5 A 31 DE AGOSTO
INAUGURAÇÃO ÀS 20 HORAS
organização: C.M.MORA e JUNTAS DE FREGUESIA apoio: AR.CO A.P.A.F.

LIVROS



Um Olhar do Norte

Se o que parece dividir os portugueses em tempo de debate - e de ocultações sobre as questões da regionalização - não são as regiões mas os futebóis, onde o «diálogo Norte-Sul» parece uma impossibilidade, então este livro que, do Norte, olha os problemas do desporto, vem mesmo a calhar. Da autoria de **Jorge Olímpio Bento**, o livro foi lançado recentemente na colecção **Campo do Desporto**, da editora **Campo das Letras**. E não virá certamente deitar água na fervura, pois na contracapa aí está, como um aviso: «As páginas deste livro convidam a olhar o Homem, a vida e os lugares através do desporto. Numa linguagem apaixonada, despida de vernizes e de parcimónias melíflulas, denunciam e afrontam um modo de olhar o desporto que vem fazendo escola numa grande parte da comunicação social.» E mais adiante: «É, sobretudo, a partir do Porto e do Norte e em nome dos seus princípios e valores que o autor toma partido.» Leia o leitor o livro. E tome também partido sobre estas crónicas.



Borboleta Branca

Gostariamos de propor agora ao leitor, nas calmarias do Verão, um livro de maior suavidade. Pegamos num policial, mas não temos sorte. Quem disse que este género é para não pensar ou apenas para jogar com o pensamento? Trata-se de **Borboleta Branca**, de **Walter Mosley**, um autor que já conhecemos desta colecção da **Caminho** por aí terem sido editados outros títulos seus, em que a personagem central é o mesmo **Easy Rawlins**, um negro norte-americano que acaba sempre por meter-se em sarilhos e sair deles resolvendo o mistério. Mas os livros de **Mosley**, cuja acção se passa nos ambientes sombrios da América dos anos 50, têm mais que se lhe diga. O racismo, a perseguição política e a repressão social destes anos negros do macarthysmo tornam-se, durante a narrativa, não o pano de fundo, mas o que prende o leitor. Ou que o afasta, se o leitor pretender apenas divertir-se.

ATALHE DE FOICE

Marte ataca

A tradição já não é o que era. Ainda não há muito tempo o mês de Agosto era uma pasmaceira que só visto, e agora... agora é o que se vê. Já os políticos e governantes não podem ir de férias descansados, que logo são obrigados a voltar a toque de caixa, seja porque uns insistem numa greve, seja porque outros deixam vir abaixo uma obra com urgências de inauguração, seja porque outros dão em desbocar num diz que não disse, seja porque o populismo - maquiavélica invenção - não dispensa a confraternização de massas com sardinha assada e cervejinha em copo de plástico. Uma desgraça. Como se isto fora pouco, acresce que os tempos vão mal para os banhos de multidão. Ou é a multidão que vai a banhos, borrifando-se nos políticos, ou são estes que levam autênticas banhadas quando se aventuram - autárquicas obrigam! - nos caminhos da população.

Que o diga o presidente da Câmara de Setúbal, Mata Cáceres, brindado há dias com uma vaia monumental na praça de touros da capital sadina, no descerrar de uma lápide a perpetuar sabe-se lá o quê, numa corrida em que até os animais alinham no protesto, escapulindo-se da arena na primeira oportunidade ou assentando o toutiço em plena praça em total recusa de faena. Uma autêntica tourada.

Que o diga também Marcelo Rebelo de Sousa, que nas suas deambulações algarvias deu à costa num Pontal cada vez mais transformado em pontinha, onde nem as elucubrações canoras de Mendes Bota conseguem já animar as massas.

Que o diga Fernando Gomes, a prima-dona do norte, que em visita pré-eleitoral a um bairro de barracas de estimação, ouviu o bom e o bonito de moradores ainda bem lembrados das promessas de outras campanhas eleitorais, já lá vão uns anitos.

Que o diga Manuel Monteiro, tão desesperado com a possibilidade da regionalização lhe arredar os caciques locais que deu o seu 'amém' a um cartaz com a bandeira nacional estilhaçada. O que por acaso é punível pela lei. O que talvez não seja fruto do acaso é que os rasgões estejam feitos de forma a fazer lembrar a cruz suástica.

Que o diga enfim o ministro João Cravinho, obrigado a regressar das terras do samba por causa de um fórró de se lhe tirar o chapéu, e que à falta de soluções de cartola tirou da manga uma receita mágica para atirar os pilotos ao ar - se a lei não serve o Governo, mude-se a lei.

E isto para não falar do imenso rol de trabalhadores que, ao invés de estarem entretidos nas bichas para a Fonte da Telha, não dão tréguas em lutas, protestos e reivindicações, convencidos de que se o orçamento do Estado chega para chorudas gratificações a gestores da Expo, mesmo demitidos, para a compra de autódromos ou negócios com Mellos e Belmiros de Azevedo, então também deve dar para comezinhos direitos de quem trabalha.

É por estas e por outras que Agosto já não é o que era. Até o anticiclone dos Açores saiu do sítio. A culpa, diriam as nossas avós, foi dessa invenção das idas à Lua. Nos tempos que correm, com Clinton na Casa Branca - e também ele a braços com uma greve de 200 mil motoristas que está a deixar de pantanas o mercado da entrega de encomendas, incluindo mercadorias - deve ser da exploração de Marte. Porque, como diria o outro, ninguém acredita em marcianos, mas lá que eles existem, existem.

■ Anabela Fino

Conflito agudiza-se «de forma irresponsável»

Comunistas da TAP responsabilizam o Governo

Para a célula do PCP, a continuação do diferendo entre pilotos e administração tem consequências negativas, exigindo que os trabalhadores «se mantenham unidos de forma a garantir o futuro da TAP, os seus direitos e os postos de trabalho».

Em comunicado que divulgou na manhã de ontem, o secretariado da célula do PCP na transportadora aérea nacional considera que o conflito que opõe o conselho de administração da TAP e o Sindicato dos Pilotos da Aviação Civil «ultrapassou os limites do razoável e está a pôr em causa a imagem» da companhia. A intervenção do Governo, «em vez de se fazer no sentido de gerar consensos e soluções que satisfizessem os interlocutores, tem servido para manter com os pilotos um braço de ferro que esperamos não venha a ter consequências trágicas».

Registando que os órgãos representativos dos trabalhadores, «particularmente a CT», expressaram preocupação e desencadearam tentativas de mediação com o objectivo de permitir a continuação do diálogo, os comunistas da TAP constatarem que «sucederam-se as posições públicas do CA e do SPAC, numa escalada sem precedentes, a extremar posições que nada de bom auguram».

«A requisição civil decretada pelo Governo, mal enquadrada, constitui grave precedente na violação dos direitos dos trabalhadores e é uma medida desproporcionada, injustificada e de discutível sustentação legal, só podendo fazer sentido se tiver como objectivo a preparação de alterações à legislação em vigor», afirma-se no comunicado.

Para a célula comunista, «o actual quadro da situação não se compadece com medidas de força que, ao invés, mais parecem significar sinais de fraqueza e inoperância por parte do Governo, do que capacidade para solucionar um problema que dura há já demasiado tempo».

Estranha convergência

Interrogando-se sobre «que objectivos se escondem» por trás de «tanta intransigência», os comunistas da TAP notam que «uma estranha convergência de vontades parece sustentar este braço de ferro». E adiantam: «O que se diz e ouve através da comunicação social, que tanto o Governo,

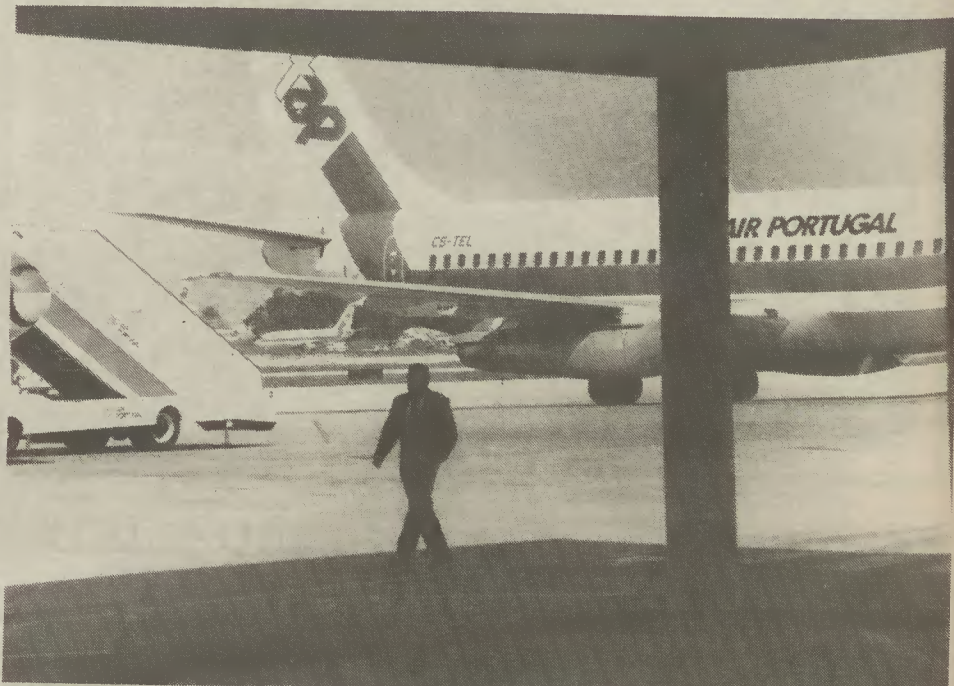
como o CA da TAP e o SPAC privilegiaram como portavozes dos seus recados, vai no sentido de proporcionar aos eventuais interessados na privatização da TAP dividendos que, de outro modo, não teriam.»

A célula do PCP na TAP acusa a administração da empresa de ter gerido esta crise de forma «incompeten-

mais em possíveis cedências que o presidente do CA, sr. eng.º Ferreira de Lima, autoritariamente como é seu hábito, não tivesse acedido».

O diferendo TAP/SPAC «tem vindo a agudizar-se de uma forma irresponsável, para o que têm contribuído, e muito, as declarações públicas degradou-se ainda mais com «a lamentável prestação televisiva do ministro João Cravinho neste último fim-de-semana, ao tentar justificar a requisição civil dos pilotos». Para a célula do Partido, esta foi uma «patética demonstra-

A continuação desta situação «tem consequências negativas, pelas quais, desde já, há que responsabilizar o Governo perante o País, sobre o futuro da TAP, empresa pública, estratégica, em condições de assegurar com segurança e com um bom nível de serviços, respeitando a cultura e a maneira de ser dos portugueses e que se deseja que se mantenha ao serviço do País e do público em geral», afirma-se no comunicado, que conclui com um apelo «a todos os trabalhadores» da transportadora aérea, para «que se mantenham unidos, de forma a garantir o



O conflito na TAP prejudica gravemente a imagem da empresa, mas a sua solução não se compadece com medidas de força (foto de arquivo)

te», e interpreta a contínua substituição do representante do CA nas negociações como indicador de que «possivelmente se tenham ultrapassado orientações ou, na sua inexistência, se tenha ido longe de

ção, a que o ministro não se deveria ter sujeito, ao assumir o papel de esclarecedor, quando ele próprio tem dificuldades em compreender o processo ou está condicionado por razões de ordem política».

futuro da TAP, os seus direitos e os postos de trabalho».

Na segunda-feira, o Gabinete de Imprensa do PCP divulgou uma nota sobre a situação na TAP, que publicamos na página 5.

PCP felicita atletas portugueses no mundial

O Grupo de Estudos de Apoio ao CC do PCP na Área do Desporto endereçou ao Presidente da Federação Portuguesa de Atletismo uma mensagem de felicitações «pelo brilhante comportamento dos atletas portugueses no Campeonato do Mundo de Atletismo realizado em Atenas».

Ao salientar a participação de portugueses em várias finais, que «só por si denota o acesso ao grupo restrito dos melhores atletas mundiais», a mensagem realça em particular a conquista de quatro medalhas pelas atletas Carla Sacramento, Fernanda Ribeiro e Manuela Machado, não

deixando de saudar o conjunto da equipa que «abrange todos os atletas - os que estiveram presentes em Atenas e os que não o conseguindo criaram condições de emulação propícias à obtenção dos requisitos necessários à representação do nosso país».

O texto faz ainda uma referência «muito positiva aos clubes, desde os de maior dimensão aos mais pequenos, treinadores, dirigentes associativos, associações, Federação Portuguesa de Atletismo e a todo o movimento desportivo voluntário pela dedicação, estruturação e qualidade que

vem progressivamente revelando». Registando a grande repercussão que o êxito dos atletas portugueses teve na opinião pública, o Grupo de Estudos do PCP pronuncia-se uma efectiva «democratização do desporto» em Portugal e nota que, face ao que falta realizar para esse objectivo, «não podemos adormecer à sombra das medalhas obtidas como se tudo terminasse aqui».

